

MONÇÕES

Revista do Curso de História da UFMS-FACH



HISTÓRIA POLÍTICA E CULTURA: IDEIAS, PODER,
IDENTIDADES, ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO
TOMO II
Vol. 12, n.14 (2025)

SUMÁRIO

1. **O "Gabinete do Ódio": Análise de uma Estrutura de Desinformação Institucionalizada (2018-2023).**
Marcelo José Florindo Filho, **Página 04**
2. **Música e Geografia: A Amazônia como lugar vivido em Nazaré Pereira**
Jefferson Henrique Cidreira, Emili Aquino de Lima, Julia Lobato Pinto de Moura,
PÁGINA 23
3. **ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA concepções e desafios da avaliação da aprendizagem no ensino público de Campo Grande/MS**
Renato Jales Silva Junior, Gabriela Vilamaior Proença **PÁGINA 33**
4. **A Inconstitucionalidade do dispositivo que estabelece regras de estabilidade e os reflexos da Lei Orgânica Nacional, Lei Federal Nº 14.751/2023**
Gilberto Vianna, Ana Maccari **PÁGINA 58**
5. **Imaginário Escatológico e Engajamento Político: A Construção do Discurso Pró-Israel no Pentecostalismo Assembleiano**
Joana Escobar Marinho **PÁGINA 76**
6. **Etnicidade Terena em Campo Grande-MS: Processos de Reconstrução Identitária em contextos urbanos**
Nadielly Aparecida Souza Ramos **PÁGINA 89**
7. **Um Estudo sobre formas de silenciamento da mulher na sociedade Sul-Mato-Grossense: medo, loucura e histeria**
Isadora Cessel dos Anjos, **PÁGINA 109**
8. **A Política da Desgraça: como o gerenciamento de desastres naturais, problemas sociais e crises humanitárias no Brasil vêm consolidando a política da desgraça como método de governança.**
Rosivaldo Borges Bentes, **PÁGINA 144**
9. **Limites e contradições do desenvolvimento regional: o Vale da Celulose em Mato Grosso do Sul**
Isabela Barbosa Rodrigues, Ednilson de Souza Ceobaniuc Araujo, Henrique de Oliveira Diniz
Carvalho **PÁGINA 153**

"Gabinete do Ódio": Análise de uma Estrutura de Desinformação Institucionalizada (2018-2023)

Marcelo José Florindo Filho¹

Resumo: Este artigo analisa o "Gabinete do Ódio" (2018-2023) como uma estrutura de desinformação institucionalizada. Com base em relatórios de CPMIs e CPI (8 de janeiro, Covid 19 e Fake News), demonstra que não foi um movimento espontâneo, mas uma organização hierárquica, dividida em núcleos e operada de dentro do aparato estatal. O artigo traz alguns precedentes históricos da desinformação como o Plano Cohen (1937), o texto detalha o modus operandi da rede, que usou assessores pagos com fundos públicos e computadores do Planalto para ataques sistemáticos. Esta estratégia culminou na "minuta do golpe" e nos atos de 8 de janeiro, levando à condenação de Jair Bolsonaro e militares pelo STF

Palavras-chave: Gabinete do Ódio; Desinformação; Fake News.

Abstract: This article examines the "Gabinete do Ódio" (2018–2023) as a structure of institutionalized disinformation. Drawing on the findings of Brazil's congressional inquiries (CPIs and CPMIs) into the January 8 attacks, Covid-19, and Fake News, it argues that the network was not a spontaneous movement but a hierarchical organization, divided into specialized cells and operating from within the state apparatus. The article contextualizes this phenomenon through historical precedents of disinformation in Brazil, such as the 1937 Cohen Plan. It details the network's modus operandi, including the use of publicly funded advisers and official government equipment in the Palácio do Planalto to coordinate systematic attacks. This strategy ultimately converged in the "draft coup decree" and the January 8, 2023 events, leading to the conviction of Jair Bolsonaro and military officials by the Supreme Federal Court (STF).

Keywords: Gabinete do Ódio; Disinformation; Fake News

Introdução

O termo "fake news", um anglicismo que se refere à expressão "notícias falsas" em português, mesmo não sendo um fenômeno recente, ganhou destaque ou, pelo menos, teve seu uso amplamente difundido no mundo a partir da metade dos anos 2010. Principalmente após eventos que não apenas alteraram cenários eleitorais nacionais, mas também sinalizaram uma reconfiguração das estratégias de poder e influência no sistema internacional, mediadas por tecnologias digitais e campanhas de desinformação.

¹ É graduando do Curso de Licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas - FACH Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, membro do Grupo de Estudos de Política Internacional (GEPI-UFMS) E-mail: marcelo.florindo@ufms.br.

A eleição presidencial de 2016 nos Estados Unidos, em que o republicano Donald Trump superou a favorita nas pesquisas, Hillary Clinton, foi um marco na difusão do termo *fake news*, que passou a ser amplamente utilizado no debate público internacional e “em tempo recorde, a expressão deixou de ser uma descrição de um fenômeno de mídia social e se transformou em um clichê jornalístico e uma ofensa política raivosa” (Wendling, 2018, tradução nossa). O autor João Paulo Meneses (2018) destaca que, mesmo que não seja possível dizer de onde o termo *fake news* se originou, ficou claro que foi Donald Trump quem vulgarizou o termo a partir de 2017 para desacreditar jornalistas. O termo já vinha sendo amplamente discutido durante e após o pleito de 2016, principalmente pela onda de *fake news* pró-Trump vinda da cidade de Veles, na Macedônia².

Outro evento associado ao fenômeno *fake news* é o Brexit, referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia, convocado pelo então primeiro-ministro David Cameron e realizado em 23 de junho de 2016. Campanhas que eram favoráveis à saída do Reino Unido da União Europeia, como '*Vote Leave*' e '*Leave EU*', mobilizaram uma grande quantidade de dinheiro para impulsionar suas ideias nas redes sociais por meio da contratação de empresas especializadas. De acordo com Pinto e Moraes (2020), o '*Vote Leave*' mobilizou cerca de 3,9 milhões de libras do limite de 7 milhões permitido pela legislação britânica para a empresa canadense AggregateIQ (AIQ), que trabalha com análise de dados e *microtargeting*³ para fins políticos. Segundo as autoras (2020), o movimento '*Leave EU*' contratou a empresa Cambridge Analytica (CA), que, assim como AggregateIQ (AIQ), trabalha na análise de dados e comunicação estratégica por meio de *big data*⁴.

Pinto e Moraes (2020) ressaltam que, meses após o referendo em junho de 2016, a empresa Cambridge Analytica (CA) e seu vice-presidente, Steve Bannon, começaram a trabalhar na campanha à presidência do republicano Donald Trump. Steve Bannon, que se tornaria assessor responsável pela vitória de Trump na eleição de 2016, é também um

² WENDLING, Mike. The (almost) complete history of 'fake news'. **BBC News**, Londres, 21 jan. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/blogs-trending-42724320> Acesso em: 25 jul. 2025.

³ Microtargeting: Conforme Farias e Melo Neto (2022, p.44), é um método pelo qual "os partidos políticos e anunciantes têm a capacidade de atingir precisamente indivíduos e grupos que desejam e com discursos e mensagens específicas que são capazes de influenciar diretamente nos seus respectivos posicionamentos. O problema, contudo, agrava-se à medida que o uso não regulamentado se dá mediante desinformação (dark patterns), filtros-bolha (filter bubble), e silenciador de discursos (chilling effect)".

⁴ Big Data (BD): "termo tem sido usado para descrever o enorme volume de dados, que se caracteriza também por possuir um fluxo desestruturado, cuja infraestrutura existente nas organizações é incapaz de processar, tendo como suas principais características o alto volume, a velocidade e a variedade" (Freitas Junior et al., 2017, p. 530).

porta-voz ou guru para extrema-direita mundial, considerado o elo da família Bolsonaro nos Estados Unidos⁵.

O impacto dos eventos políticos de 2016, como o referendo do Brexit e a eleição presidencial nos EUA, foi tão significativo que se refletiu na própria linguagem. Em 2016, o dicionário Oxford elegeu "*post-truth*" (pós-verdade) como a palavra do ano, definindo-a como o cenário em que "fatos objetivos têm menos poder de influência na formação da opinião pública do que apelos por emoções ou crenças pessoais" (Genesini, 2018, p. 47). Refletindo o mesmo fenômeno, o dicionário australiano Macquarie, também em 2016, escolheu *fake news*, afirmando que a expressão "captura uma evolução interessante na criação de conteúdo enganoso" ('Fake news' named word of the year by Macquarie Dictionary, In: The Guardian, 2017, tradução nossa).

A força do termo se consolidou no ano seguinte, quando, em 2017, o dicionário Collins também elegeu *fake news* como sua palavra do ano, apontando para um crescimento de 365% em seu uso, muito por conta do debate político nos EUA ('Fake news' é eleita palavra do ano por dicionário Collins, In: Veja, 2017). Portanto, a análise dessas escolhas mostra que *post truth* (pós-verdade) define o cenário em que sentimentos prevalecem sobre dados objetivos, e *fake news* é uma das ferramentas que expressa e alimenta essa lógica.

Embora o termo tenha sido amplamente difundido, banalizado ou vulgarizado posteriormente a esses acontecimentos (Meneses, 2018), Alves e Maciel (2020) destacam que as *fake news* não podem ser consideradas como as únicas causas desses eventos políticos. Assim, é necessário considerar uma perspectiva maior, envolvendo as dinâmicas do capitalismo digital, interesses corporativistas e as especificidades socioculturais e outros fatores que desencadearam nesse resultado.

Para aprofundar a análise, é fundamental recorrer à perspectiva da história. O historiador inglês Peter Burke, em entrevista ao Jornal da Unesp, esclarece que, embora o termo *fake news* seja recente, o fenômeno da desinformação é muito antigo (Nogueira, 2025). Burke traça uma genealogia de termos, lembrando que os serviços secretos russos já praticavam a "desinformação" nos anos 1950 e, antes disso, o conceito comum era o de "propaganda", todos sinônimos para a simples "mentira", que é tão antiga quanto a fala humana. Ao ser questionado se vivemos em uma era da "pós-verdade", sua resposta é dupla: "não", porque mentiras são disseminadas deliberadamente há séculos; e "sim", porque "os

⁵ PAULA, Isabella de. Quem é Steve Bannon, ex-estrategista de Trump e crítico do STF apontado como ponte dos Bolsonaro com os EUA. Gazeta do Povo, Curitiba, 29 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/perfil-steve-bannon-ex-estrategista-trump-critico-stf-bolsonaro/> Acesso em: 02 set. 2025.

meios de comunicação mudaram, permitindo que tanto informações verdadeiras quanto falsas se espalhem mais rápida e amplamente do que nunca" (Nogueira, 2025).

A perspectiva de Burke é reforçada por Alves e Maciel (2020), que também apontam que a mentira e a criação de boatos sempre existiram na política global. Um exemplo emblemático é o revisionismo histórico na União Soviética (URSS), em que manipulação de imagens era uma prática comum para apagar opositores dos registros oficiais (Alves; Maciel, 2020). A relevância dessa prática histórica foi destacada na exposição 'Red Star Over Russia', no museu Tate Modern, em 2018. Segundo Natalia Sidlina, curadora da exposição *Red Star Over Russia* no Tate Modern, a disseminação de "fake news" não é um fenômeno recente: já na década de 1930 elas eram utilizadas como estratégia política para fazer pessoas desaparecerem, muito antes de plataformas como Twitter ou YouTube (Macdonald, 2018).

No próprio contexto brasileiro, a instrumentalização da desinformação para fins de ruptura institucional tem um precedente importante. Em 1935, a ocorrência de um levante comunista, denominado de "Intentona" pelo anticomunistas, foi derrotada por uma forte repressão, mas o episódio desencadeou uma intensa campanha de propaganda que explorou o medo do comunismo para justificar o fortalecimento do regime de Getúlio Vargas (Capelato, 2007, p. 115). Em 1935 começou a ser discutido um projeto de lei de segurança nacional, por conta da agitação que se estabelecia na sociedade brasileira desde o início da década de 30 (Capelato, 2007, p. 116). De acordo com Capelato, o clima de pânico instaurado naquele contexto levou até mesmo setores liberais da imprensa a apoiar medidas de exceção. Um exemplo foi *O Estado de S. Paulo*, tradicional representante do liberalismo brasileiro, que interpretou os episódios de extrema violência como evidência de que a Constituição era incapaz de conter ameaças à ordem vigente e, por isso, elogiou a decisão do Congresso de conceder ao governo o estado de sítio (Capelato, 2007, p. 116).

Conforme analisa Capelato (2007), o clima de medo foi novamente acionado politicamente em 1937, quando o governo divulgou o chamado Plano Cohen, um documento forjado pelos integralistas e apresentado como prova de uma nova conspiração comunista. Amplamente noticiado pela imprensa como descoberta do Estado-Maior do Exército, o plano supostamente revelaria instruções do Comintern para uma insurreição no país. Embora alguns parlamentares questionassem sua autenticidade, o Congresso aprovou o estado de guerra por ampla maioria, permitindo ao Executivo manter e ampliar a excepcionalidade institucional. O falso documento, portanto, serviu como justificativa para a instalação do Estado Novo (Capelato, 2007, p. 141).

O episódio evidencia, portanto, como a criação deliberada de uma falsidade serviu como ferramenta para minar a ordem democrática, em uma clara manifestação do fenômeno que, quase um século depois, seria popularizado como fake news e seria uma das ferramentas do “Gabinete do Ódio” para minar a confiança no Estado Democrático de Direito.

Diante desse contexto, este artigo analisa o “Gabinete do Ódio” como uma estrutura de desinformação institucionalizada. Para isso, discute inicialmente o ecossistema digital e a eleição presidencial de 2018, examina a anatomia organizacional, o financiamento e o modus operandi da rede, com base nos relatórios das CPIs e CPMIs. Em seguida, investiga o uso da máquina pública na produção e difusão de desinformação, bem como a escalada que culminou nos ataques de 8 de janeiro de 2023 e em suas consequências jurídicas. Por fim, avalia os impactos desse processo sobre a democracia brasileira e os desafios colocados para seu fortalecimento.

1. O Ecossistema Digital e a Eleição Brasileira de 2018

Essa perspectiva histórica é fundamental, pois, ao mesmo tempo que demonstra a antiguidade da prática, ela também expõe as mudanças e limitações do termo 'fake news' para descrever o fenômeno em sua complexidade atual. A percepção dos riscos que a desinformação representa para a democracia não se restringe a governos e acadêmicos, sendo admitida pelas próprias plataformas.

Em um vídeo de 2018, disponível no site da própria Meta, o então gerente de engajamento cívico do Facebook, Samidh Chakrabarti, fez uma autocrítica contundente sobre a atuação da empresa. Ele reconheceu que a companhia foi "muito lenta" em perceber o abuso da plataforma por agentes mal-intencionados durante as eleições americanas de 2016, detalhando como entidades russas utilizaram as redes sociais como uma "arma de informação", com 80.000 postagens que alcançaram cerca de 126 milhões de pessoas nos Estados Unidos (Meta, 2018, tradução nossa). Ao final, Chakrabarti sintetizou a natureza do problema, afirmando que o papel das plataformas é o de amplificar a intenção humana, para o bem e para o mal:

Se há uma verdade fundamental sobre o impacto das mídias sociais na democracia, é que elas amplificam as intenções humanas — tanto as boas quanto as ruins. Na melhor das hipóteses, elas nos permitem nos expressar e agir. Na pior, permitem que as pessoas espalhem desinformação e corroam a democracia (Meta, 2018, tradução nossa).

Essa admissão de que as plataformas podem ser usadas para "corroer a democracia" encontrou no Brasil um de seus exemplos mais contundentes durante a eleição presidencial de 2018, que se tornou um marco para a compreensão do fenômeno no país. Conforme analisam Rodrigues, Bonone e Mielli (2020, p. 37), a campanha de Jair Bolsonaro conferiu uma nova proporção ao fenômeno, utilizando de forma massiva e estratégica conteúdos de desinformação impulsionados pelo uso de dados pessoais para o direcionamento de mensagens.

A imprensa documentou em tempo real a operação dessa "bem azeitada máquina de propaganda eleitoral", como descreveu o jornal *El País* (Barragán, 2018), citado e analisado também por Rodrigues, Bonone e Mielli (2020, p. 37). Com base no trabalho da agência de checagem *Aos Fatos*, o jornal elencou algumas das notícias falsas de maior difusão, que visavam o candidato Fernando Haddad e se concentravam em pautas morais e teorias conspiratórias, como a suposta distribuição de um "kit gay" em escolas e a falsa filiação do agressor de Bolsonaro ao PT (Barragán, 2018). A investigação mais contundente sobre o financiamento desse esquema foi reportada pela Folha de S. Paulo. Rodrigues, Bonone e Mielli (2020, p. 38) destacam a matéria de Patrícia Campos Mello da Folha de São Paulo, que revelou um esquema em que empresários teriam bancado o disparo de milhões de mensagens anti-PT via WhatsApp, o que configuraria uma prática de caixa dois eleitoral.

Assim, essa desordem encontrou no Brasil um terreno fértil: um ecossistema digital com um vácuo regulatório, sendo a eleição de 2018 uma das suas consequências mais lógicas, assim como a pandemia de Covid-19 e, posteriormente, a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023. O resultado foi a corrosão da esfera pública por meio de "ataques sistemáticos à imprensa, às universidades, às instituições públicas e à democracia", como aponta a tese de Tatiana Dourado (2020, p. 279). Compreendido o fenômeno e a natureza de seu impacto, a análise avança agora para o epicentro de uma das principais estruturas acusadas de orquestrar esses ataques: o "Gabinete do Ódio".

2. A Anatomia do "Gabinete do Ódio": Estrutura e Financiamento

A estrutura que viria a ser conhecida como "Gabinete do Ódio" teve sua existência inicialmente revelada por ex-aliados do então presidente Jair Bolsonaro, como os deputados Joice Hasselmann e Alexandre Frota. A abertura da CPMI ocorreu em um contexto político já tensionado pela instauração do Inquérito n.º 4781 pelo Supremo Tribunal Federal, que, também em 2019, passou a investigar a disseminação de *fake news*, ameaças e ofensas a

ministros da Corte (Freitas, 2022), sendo considerado um marco institucional na reação do Judiciário contra as redes digitais de desinformação associadas ao bolsonarismo. A investigação sobre este e outros fenômenos de desinformação foi o foco da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das *Fake News*, criada em 2019, que buscou apurar, entre outros pontos, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público e a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018.

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi criada por meio do Requerimento no 11, de 2019, do Congresso Nacional, para, no prazo de 180 dias, investigar “os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio (Brasil, 2022, p. 7).

Foi justamente no âmbito da CPMI das *Fake News* que o ex-ministro Gustavo Bebianno, em depoimento, descreveu o grupo como um massivo produtor de *fake news*, classificando-o como uma “Abin paralela”⁶. A intenção de criar essa estrutura foi revelada por Bebianno no início de março de 2020, doze dias antes de sua morte. Segundo seu relato, ainda nos primeiros meses do governo, ele foi procurado por Carlos Bolsonaro, que lhe apresentou os nomes de um delegado e três agentes federais que fariam parte da suposta agência de inteligência paralela (Hupsel Filho, 2024). A relevância dessas denúncias foi posteriormente reforçada no relatório da CPMI dos Atos de 8 de janeiro de 2023, no qual a relatora, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), reitera que a existência do “Gabinete do Ódio” se tornou pública a partir das declarações de ex-aliados do governo (Brasil, 2023).

Uma das evidências centrais apresentadas pelo relatório da CPMI das *Fake News* (Brasil, 2022) foi uma investigação, conduzida pelo próprio Facebook em parceria com o *Digital Forensic Research Lab* (DFRLab), que expôs uma das mais significativas redes de desinformação ligadas ao poder político no Brasil. Em 8 de julho de 2020, a plataforma anunciou a derrubada de uma rede de contas, páginas e grupos que apresentavam “comportamento inautêntico”. Segundo o documento da CPMI (Brasil, 2022), esses canais se dedicavam a difundir notícias falsas e ataques a instituições, utilizando compartilhamentos mútuos para inflar artificialmente sua visibilidade.

O conceito de “comportamento inautêntico coordenado” (Brasil, 2022, p. 608), conforme detalhado no relatório com base nas definições do DFRLab, é caracterizado pelo

⁶ A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), subordinada à Casa Civil da Presidência da República. Sua função é produzir conhecimentos estratégicos para a defesa do Estado e da sociedade frente a ameaças internas ou externas, subsidiando decisões de governo em áreas sensíveis como segurança, defesa e relações exteriores (Brasil, Agência Brasileira de Inteligência, 2023)

uso de múltiplos canais para enganar o público sobre a identidade e o propósito dos perfis, sendo o uso de contas falsas um elemento central nessas operações. A investigação, conforme exposto pela CPMI (Brasil 2022), revelou que todos os canais derrubados possuíam forte ligação com o então presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores. Adicionalmente, o Facebook observou que a rede inautêntica tinha conexões diretas com funcionários dos gabinetes dos deputados Eduardo Bolsonaro, Alana Passos (RJ), Anderson Moraes (RJ) e Coronel Nishikawa (SP), além do senador Flávio Bolsonaro. O relatório da CPMI destaca ainda que o DFRLab também encontrou ligações com pelo menos um membro do gabinete do vereador Carlos Bolsonaro. No total, a operação dismantelou 87 canais que alcançavam uma audiência somada de mais de 2 milhões de pessoas (Brasil, 2022, p. 608).

Os dados do Facebook, expostos no relatório da CPMI (Brasil, 2022), detalham a escala da operação de desinformação. Foi identificado um total de 87 canais, incluindo 33 contas, 14 páginas e 1 grupo no Facebook, além de 38 contas no Instagram, que agiam de maneira coordenada (Brasil, 2022, p. 609). Essa rede operava um esquema para iludir sistematicamente seus seguidores, que somavam cerca de 883 mil nas páginas do Facebook e 918 mil no Instagram (Brasil, 2022, p. 609). O relatório chama a atenção para o fato de que parte dessa estrutura foi utilizada para "contaminar o processo eleitoral nas eleições de 2018" (Brasil, 2022, p. 609), atuando tanto para promover o então candidato Jair Bolsonaro quanto para atacar seus oponentes.

A conexão dessa rede com o objeto de estudo deste capítulo é feita de forma explícita no documento. O estudo do Digital Forensic Research Lab (DFRLab), citado no relatório (Brasil, 2022), concluiu que o comportamento observado era "consistente com o modus operandi do chamado "Gabinete do Ódio" (Brasil, 2022, p. 609). O documento destaca ainda uma mudança de foco da rede após o período eleitoral: uma vez eleito o presidente, muitos dos canais passaram a "atacar as instituições brasileiras, especialmente o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e alguns dos seus membros" (Brasil, 2022, p. 609).

O documento da CPMI destaca uma consequência ainda mais grave dessa demora: muitos dos canais denunciados agiram, no início de 2020, na "propagação de informações falsas acerca da Covid-19", reforçando a desinformação de milhões de brasileiros e, "potencialmente, contribuindo para a morte de algumas delas" (Brasil, 2022, p. 613-614). Fica evidente, portanto, que a falha na moderação de conteúdo não apenas permitiu a continuidade de ataques políticos, mas teve um impacto direto e tangível na crise de saúde pública que o país enfrentava. Assim, A investigação da CPI da Covid-19 corroborou e aprofundou as conclusões de outras apurações, como o Inquérito n.º 4.781 do STF, explicitando a estrutura

da rede de desinformação. O relatório final da CPI da Covid-19 concluiu que a organização era formada por, ao menos, cinco núcleos interligados: o de comando, o formulador, o político, o de produção/disseminação e o de financiamento (Senado, 2021, p. 667).

O mais importante, segundo o documento, era o núcleo de comando, considerado a "cabeça da organização". O relatório aponta que ele era formado "pelo Presidente da República e seus filhos que ocupam cargos políticos" (Senado, 2021, p. 667), como o senador Flávio Bolsonaro, o deputado Eduardo Bolsonaro e o vereador Carlos Bolsonaro, sendo responsável por dirigir e orientar estrategicamente as ações. A inclusão do chefe do Poder Executivo e seu círculo familiar no topo da hierarquia aponta para uma instrumentalização do aparato estatal para fins de desinformação, conferindo uma gravidade sem precedentes às acusações.

Logo abaixo, atuava o núcleo formulador, que, segundo a CPI, operava "especialmente dentro do Palácio do Planalto" e ficou popularmente conhecido como "Gabinete do Ódio" (Senado, 2021, p. 668). O objetivo primordial deste núcleo era "gerar engajamento da base de apoio popular ao Presidente da República, ao tempo em que promove ataques para enfraquecer seus adversários políticos" (Senado, 2021, p. 668). Isso demonstra que a produção de *fake news* não era aleatória, mas uma estratégia de comunicação política deliberada, visando à manutenção do poder e acirramento de uma desordem informacional.

Oferecendo suporte às decisões, encontrava-se o núcleo político, composto "essencialmente por parlamentares, políticos, autoridades públicas e religiosas", incluindo ministros e deputados federais (Senado, 2021, p. 669). Segundo a CPI, esses membros incentivaram as pessoas ao descumprimento das normas sanitárias e adotaram condutas de incitação ao crime (Senado, 2021, p. 669). A participação deste núcleo conferia uma camada de legitimidade política e autoridade às narrativas desinformativas, ampliando seu poder de convencimento junto à população. Os deputados federais: Ricardo Barros, Osmar Terra, Carlos Jordy, Carla Zambelli, Bia Kicis, Carlos Wizard, o ex-ministro Ernesto Araújo, Roberto Goidanich (ex-presidente da FUNAG), o ex-deputado Roberto Jefferson, o ministro Onyx Lorenzoni e Hélio Angotti Netto tinham como objetivo mobilizar as bases no processo criminoso de desinformação. O relatório deixa claro que, assim como declarações do próprio presidente, Jair Bolsonaro, a manifestação e a propagação de desinformação por membros do Estado brasileiro exerceram influência na opinião pública.

Insta ressaltar que, assim como o próprio Presidente da República, os pronunciamentos desses parlamentares não se limitam à expressão de suas opiniões pessoais. Sendo pessoas públicas, suas falas exercem enorme influência sobre a população brasileira. Em função do cargo que ocupam, suas falas se revestem da presunção de autoridade. Além disso, por serem da base de apoio político da atual

administração, suas falas reproduzem e reforçam a orientação programática estabelecida pelo próprio Presidente da República em seu governo (Senado, 2021, p. 670)

Havia, também, o núcleo de produção e disseminação, responsável por viralizar o conteúdo, que era composto por três grupos distintos. O primeiro era formado por organizações que funcionavam na aparência como empresas jornalísticas, mas sem compromisso com os princípios do jornalismo, como o Jornal da Cidade Online e o Terça Livre. O segundo grupo era o dos influenciadores digitais, com destaque para Allan dos Santos, identificado como o "principal agente da disseminação de *fake news*". Por fim, o terceiro grupo consistia em uma "enorme quantidade de perfis sem identificação" e no uso de "robôs" (*bots*) para simular o comportamento de usuários reais e impulsionar postagens de forma automatizada (Senado, 2021, p. 670-677). Fica claro, portanto, que a rede operava em um ecossistema complexo, em que a convicção ideológica se misturava a interesses econômicos e táticas artificiais para garantir a máxima capilaridade da desinformação.

O quinto pilar da organização era o núcleo de financiamento, responsável por fornecer os "recursos materiais e financeiros necessários para sustentar economicamente a organização" (Senado, 2021, p. 678). Entre suas funções, estava a de gerar o "impulsão das publicações, consoante determinação do núcleo de comando" (Senado, 2021, p. 678). A CPI da Covid-19 identificou nominalmente como principais financiadores investigados pela comissão os empresários Otávio Fakhoury, que integra o Instituto Força Brasil, e Luciano Hang (Senado, 2021, p. 678). A identificação de empresários de grande porte como financiadores demonstra que a rede de desinformação não era apenas um projeto ideológico, mas uma operação com suporte econômico robusto, conectando poder financeiro a objetivos de desestabilização política e das instituições democráticas brasileiras.

3. *Modus Operandi*: A Máquina Pública como Ferramenta de Desinformação

No que tange à operação do grupo, o relatório da CPMI do 8 de janeiro deixa claro que "os principais operadores do "Gabinete do Ódio" eram assessores diretos do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seus familiares" (Brasil, 2023, p. 155). Um dos nomes centrais apontados pela comissão é o de Filipe Martins, então assessor da Presidência, que ganhou projeção nacional em março de 2021 ao fazer um gesto idêntico ao de supremacistas brancos durante uma sessão no Senado Federal (Brasil, 2023, p. 155). O gesto, realizado no centro do poder

Legislativo, funcionou como um símbolo público da filiação ideológica de um dos principais operadores do governo de extrema-direita.

A atuação de Martins, contudo, foi muito além do engajamento das militâncias digitais. No âmbito da CPMI do 8 de janeiro, seu nome retornou às manchetes quando o ex-ajudante de ordens Mauro Cid afirmou à Polícia Federal que Martins entregou diretamente ao ex-presidente uma "minuta de golpe de Estado" (Brasil, 2023, p. 155). Segundo os relatos apurados, Martins teria redigido a minuta com a assessoria jurídica de Amauri Ferres Saad, que subsidiou teses golpistas (Brasil, 2023, p. 156). De acordo com o depoimento de Cid, após receber o documento, Bolsonaro o apresentou à cúpula das Forças Armadas para avaliar um possível golpe que revertesse sua derrota eleitoral (Brasil, 2023, p. 156). A articulação de uma "minuta de golpe" representa a mais grave escalada nas ações do grupo, transitando da guerra de narrativas no ambiente digital para uma tentativa concreta de ruptura institucional, o que revela um dos objetivos da estratégia de desestabilização e desordem informacional.

Além de sua participação na articulação de teses golpistas, Filipe Martins também atuava diretamente na frente da desinformação digital. Suas redes sociais continham inúmeras publicações de apoio a Bolsonaro e contrárias ao segmento político do presidente Lula, especialmente durante o período eleitoral (Brasil, 2023, p. 157). Essa atuação resultou em quatro ações no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) movidas pela coligação de Lula, sob a alegação de disseminação de notícias falsas (Brasil, 2023, p. 157). A atuação de Martins nas redes sociais exemplifica a aplicação direta da tática de utilização da estrutura do governo para travar uma batalha de reputações.

Isso porque a CPMI do 8 de janeiro (Brasil, 2023) aponta para a utilização da própria máquina pública como ferramenta para a desinformação. O relatório pontua a “utilização de recursos públicos, com o aproveitamento da estrutura física da rede de computadores interna do Palácio do Planalto, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal” (Brasil, 2023, p. 157). Segundo a comissão, essa infraestrutura era utilizada por assessores ligados ao ex-presidente para a "difusão de notícias falsas com fim político" e para "atuar contra o regime democrático" (Brasil, 2023, p. 157) por meio de assessores como Martins.

Outro nome relevante na estrutura do "Gabinete do Ódio", segundo a CPMI, era Tércio Arnaud Tomaz, ex-assessor especial da Presidência (Brasil, 2023, p. 159). Sua entrada no círculo do poder ilustra o *modus operandi* do grupo: sem experiência prévia em política e formado em Biomedicina, Tércio foi descoberto por Carlos Bolsonaro após criar a página "Bolsonaro Opressor", usada para atacar adversários do então deputado (Brasil, 2023, p. 159). Essa atuação o levou a ser nomeado Assessor Especial da Presidência em 2019, cargo que

ocupou até o final de 2022, com um salário de R\$13,6 mil (Brasil, 2023, p. 159). A trajetória de Tércio exemplifica o modelo de cooptação de militantes digitais para cargos estratégicos, recompensando a lealdade e a agressividade online com posições remuneradas pelo Estado.

Além disso, a investigação da CPMI do 8 de janeiro (Brasil, 2023) aponta para o uso da estrutura pública para as atividades de desinformação. De acordo com uma decisão do ministro Alexandre de Moraes citada no relatório, a página "Bolsonaronews" foi acessada dezenas de vezes a partir de IPs do Palácio do Planalto e de uma Brigada de Artilharia Antiaérea (Brasil, 2023, p. 160). Notícias da imprensa mencionadas no documento ampliaram essa informação, afirmando que os perfis administrados por Tércio foram acessados 1.045 vezes a partir de computadores de órgãos públicos, incluindo o Senado, a Câmara e a Presidência (Brasil, 2023, p. 160). A utilização comprovada de redes de computadores de órgãos governamentais para administrar páginas de desinformação representa uma evidência contundente do uso da máquina pública para fins partidários, quebrando os limites entre governo e engajamento de militância digital contra as instituições democráticas.

O conteúdo das páginas administradas por Tércio era marcado pela agressividade e por ataques diretos a opositores. O relatório da CPMI do 8 de janeiro (Brasil, 2023) destaca que ele usou suas páginas para atacar a vereadora Marielle Franco e postou uma imagem da deputada Maria do Rosário como se tivesse sido baleada, ao lado de outros políticos em camisas de força (Brasil, 2023, p. 159). Essas páginas, como a "Bolsonaro Opressor 2.0", chegaram a ter mais de 1 milhão de seguidores e, segundo o DFRLab, faziam parte de uma rede de ódio mais ampla (Brasil, 2023, p. 160). O conteúdo violento e desumanizante disseminado por suas páginas ilustra a tática de normalização do discurso de ódio contra adversários, transformando o debate público em uma arena de ataques pessoais e ameaças.

O próprio Bolsonaro admitiu que assessores como Tércio e Mateus tivessem esta função de movimentar suas redes sociais: "O meu marqueteiro é um simples vereador, Carlos Bolsonaro, lá do Rio de Janeiro. É o Tercio Arnaud, aqui que trabalha comigo, é o Mateus, são pessoas, são perseguidas o tempo todo, como se fosse, tivesse inventado um gabinete do ódio. Não tem do que nos acusar. É o gabinete da liberdade, da seriedade (Brasil, 2023, 162).

Outro integrante central da rede era José Matheus Sales Gomes, que também ocupou o cargo de assessor especial no Palácio do Planalto, com salário superior a R\$ 13,6 mil mensais (Brasil, 2023, p. 163). Em depoimento no Inquérito das Milícias Digitais descritos no relatório da CPMI (Brasil, 2023), embora tenha negado a existência do "Gabinete do Ódio", confirmou que foi convidado para trabalhar com a família Bolsonaro após a boa repercussão de sua página no Facebook, "BOLSONARO ZUEIRO". Sua função oficial envolvia a estratégia de comunicação do governo, incluindo a definição de temas a serem abordados ou

evitados (Brasil, 2023, p. 163-164). A trajetória de José Matheus é similar à de Tércio Tomaz, reforçando o padrão de recrutar administradores de páginas de memes e ataques para posições estratégicas de comunicação no governo, remuneradas com dinheiro público.

A rede se expandia com outros nomes, como Mateus Matos Diniz, que, por sugestão de José Matheus, também se tornou assessor e chegou a ser promovido a diretor no Ministério das Comunicações pelo então ministro Fabio Faria, com salário de mais de R\$ 13,6 mil (Brasil, 2023, p. 164). O relatório da CPMI (Brasil, 2023) ainda cita Célio Faria Junior (hoje assessor de Flávio Bolsonaro), Felipe Mateus (citado no STF como do núcleo duro do grupo) e Leonardo Rodrigues de Jesus, o "Léo Índio", investigado por participar dos atos extremistas de 8 de janeiro (Brasil, 2023, p. 164-165).

As evidências do uso da máquina pública se estendem a outros assessores. Carlos Eduardo Guimarães, ligado ao deputado Eduardo Bolsonaro, administrava a conta "Bolsofeios" e a teria acessado mais de 50 vezes da rede interna da Câmara dos Deputados (Brasil, 2023, p. 165). Da mesma forma, Fernando Nascimento Pessoa era responsável por diversas outras páginas, como "Snapnaro" e "DiDireita", sendo que a primeira foi acessada dezenas de vezes de dentro da rede do Senado Federal (Brasil, 2023, p. 166). Esses registros de acesso via IPs de órgãos públicos oficiais são provas materiais que transformam as denúncias sobre o uso da estrutura do Estado em fatos documentados, demonstrando uma clara sobreposição entre a atividade parlamentar e a militância digital desinformativa.

4. Do Ataque às Urnas ao 8 de Janeiro: A Materialização do Golpe

A atuação do "Gabinete do Ódio" não se encerrou após a eleição de 2018, mas se manteve como uma estratégia contínua durante todo o governo, com foco especial na deslegitimação do sistema eleitoral. Segundo o relatório da CPMI do 8 de janeiro, o então presidente Jair Bolsonaro "realizou 183 ataques às urnas eletrônicas no período de exercício da presidência" (Brasil, 2023, p. 167). Essa hostilidade sistemática vinda do chefe do Executivo ajudou a criar e a nutrir um ambiente de desconfiança popular, fundamental para futuras contestações do resultado eleitoral.

Essa estratégia de descrédito foi impulsionada por táticas artificiais de engajamento. Uma análise de hashtag promovida em 7 de setembro de 2022 pela empresa "Pega bot", por exemplo, indicou uma "grande participação de robôs", com quase 60% dos perfis propagadores apresentando alta probabilidade de comportamento automatizado (Brasil, 2023, p. 167). O ecossistema de desinformação atingiu seu ápice no período entre as eleições de

2022, os acampamentos nos quarteis após a derrota de Bolsonaro e os atos de 8 de janeiro de 2023.

O relatório da CPMI descreve a atuação de uma série de "agitadores virtuais" de diversos setores da sociedade, incluindo funcionários públicos, políticos, empresários, influenciadores e o próprio Bolsonaro, cujo objetivo era fomentar o funcionamento dos grupos coordenados em ambientes digitais. Essa mobilização culminou na "efetiva convocação de apoiadores aos atos golpistas vistos em Brasília" (Brasil, 2023, p. 169). Fica claro, portanto, que os eventos de 8 de janeiro não foram um ato espontâneo, mas o resultado de uma campanha de desinformação prolongada e multifacetada, operada pela mesma rede de atores identificada desde o início do governo, denominada "Gabinete do ódio".

Cabe ressaltar que, após a conclusão dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito, os inquéritos no Supremo Tribunal Federal continuaram a avançar, levando a consequências jurídicas concretas para os atores da rede de desinformação. Ao longo de 2024 e 2025, a Procuradoria-Geral da República ofereceu denúncias formais contra diversos dos citados. Em março de 2025, a Primeira Turma do STF formou maioria para aceitar a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e membros de seu alto escalão, como os ex-ministros Braga Netto, Augusto Heleno e Anderson Torres, o ex-comandante da Marinha Almir Garnier e o ex-ajudante de ordens Mauro Cid, por crimes como tentativa de golpe de Estado (Vivas; Falcão, 2025).

A denúncia da PGR detalhou a organização em diferentes núcleos, levando a acusações específicas para outros operadores. Assessores como Filipe Martins também se tornaram réus, enquadrados em um segundo núcleo da organização (Veja as datas dos julgamentos no STF dos núcleos da tentativa de golpe, In: CNN, 2025). Por outro lado, o relatório da PGR sobre a trama golpista optou por não denunciar Tércio Arnaud Tomaz e Amauri Feres Saad, mesmo ambos tendo sido indiciados no inquérito da Polícia Federal (Moraes retira medidas cautelares contra mais 2 indiciados pela PF no inquérito do golpe, In: Carta Capital, 2025). Essa ação se tornou um marco, já que uma ação penal colocou, pela primeira vez no banco dos réus do STF, oficiais de alta patente e um ex-presidente da República pelos crimes de golpe de Estado e abolição violenta do Estado democrático de direito.

No dia 11 de setembro de 2025, o processo culminou em um julgamento histórico na Primeira Turma do STF que, por um placar de 4 a 1, condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro e sete réus do núcleo central, incluindo ex-ministros e oficiais de alta patente. Por maioria de votos, Bolsonaro se tornou o primeiro ex-presidente do Brasil a ser condenado por tentativa

de golpe de Estado. Segundo o acórdão do STF, as condenações abrangeram os crimes de: organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e ameaça grave; e deterioração de patrimônio tombado (Boechat; Vittorazzi, 2025).

As penas aplicadas aos réus variaram conforme a participação de cada um na trama. Bolsonaro, foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão, Walter Braga Netto, ex-ministro e candidato a vice-presidente, recebeu a pena de 26 anos de prisão. O Almirante Almir Garnier e o ex-ministro da Justiça Anderson Torres foram condenados a 24 anos cada, enquanto o general Augusto Heleno recebeu uma pena de 21 anos, e o ex-ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, de 19 anos. O deputado federal Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin, foi condenado a 16 anos. Por ter feito acordo de delação premiada, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, teve sua pena fixada em dois anos a ser cumprida em regime aberto (Alvim; Pina, 2025). Confirmando a responsabilidade criminal do grupo pela tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

Conclusão

O "Gabinete do Ódio" não foi uma metáfora ou um movimento espontâneo de militantes. Pelo contrário, a análise documental dos relatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito (Fake News, Covid-19 e 8 de janeiro) revelou uma organização hierarquizada, operada de dentro do aparato de Estado. Esta instrumentalização da desinformação para fins de ruptura, embora potencializada por novas tecnologias, encontra um claro precedente na história brasileira, como analisado no caso do Plano Cohen (1937), que também se utilizou de uma falsidade para justificar o golpe do Estado Novo .

A atuação desta rede recente minou sistematicamente a confiança pública nas instituições, desde a ciência durante a pandemia até ao processo eleitoral e ao próprio Judiciário. A violência discursiva, normalizada ao longo de anos, transbordou do ambiente digital para a violência física, com a articulação de uma "minuta de golpe" e a convocação para os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 .

O desfecho judicial, com a histórica condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro, ex-ministros e oficiais de alta patente pelo STF , funciona como a confirmação institucional da tese aqui apresentada: a desinformação foi, de facto, a principal arma utilizada para uma tentativa de ruptura democrática. A história do "Gabinete do Ódio", portanto, não se encerra com as condenações; ela permanece como um alerta sobre a resiliência da democracia e a

necessidade de vigilância contínua contra a instrumentalização do Estado para fins autoritários.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto. *Revista Internet Lab*, n. 1, v. 1, p. 145–171, fev. 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/o-fenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

ALVIM, Mariana; PINA, Rute. As penas dos aliados de Jair Bolsonaro condenados pelo STF junto com o ex-presidente. *BBC News Brasil*, São Paulo, 11 set. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4g2exe50ero>. Acesso em: 17 set. 2025.

BARRAGÁN, Almudena. Cinco ‘fake news’ que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. *EL PAÍS Brasil*, 18 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). *A ABIN*. Perguntas frequentes. Brasília: ABIN, publicado em 25 set. 2020; atualizado em 30 nov. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/abin/pt-br/canais_atendimento/perguntas-frequentes/a-abin. Acesso em: 6 ago. 2025

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Fake News. *Relatório final* / relatora Lídice da Mata. Brasília: Câmara dos Deputados; Senado Federal, 2022. 686 p. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2292/mna/relatorios>. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro. *Relatório final* / relatora Eliziane Gama. Brasília: Câmara dos Deputados; Senado Federal, 2023. 1.333 p. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2606/mna/relatorios>. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 27 jul. 2025.

BOECHAT, Gabriela; VITTORAZZI, Davi. Bolsonaro é condenado a 27 anos e 3 meses de prisão por plano de golpe. *CNN Brasil*, Brasília, 11 set. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-pena-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 17 set. 2025.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do

Estado Novo. Tradução . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. . . Acesso em: 17 nov. 2025.

DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. *Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil*. 2020. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31967>. Acesso em: 27 jul. 2025.

FAKE news é eleita palavra do ano por dicionário Collins. *Veja*, 02 nov. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/fake-news-e-eleita-palavra-do-ano-por-dicionario-collins/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

'FAKE news' named word of the year by Macquarie Dictionary. *The Guardian*, 25 jan. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/australia-news/2017/jan/25/fake-news-named-word-of-the-year-by-macquarie-dictionary>. Acesso em: 26 jul. 2025.

FARIAS, Rodrigo Nóbrega; MELO NETO, Afranio Neves de. *Microtargeting eleitoral e os riscos à democracia representativa*. Revista Justiça Eleitoral em Debate, v. 12, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revista.tre-rj.jus.br/rjed/article/view/167>. Acesso em: 26 jul. 2025.

FREITAS, Vladimir Passos de. O inquérito das fake news no STF e sua relação com o sistema de Justiça. Consultor Jurídico, 27 nov. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-nov-27/inquerito-fake-news-stf-relacao-justica/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

FREITAS JUNIOR, José Carlos da Silva et al. Big data e gestão do conhecimento: definições e direcionamentos de pesquisa. Revista Alcance Eletrônica, v. 23, n. 4, p. 529–546, out.-dez. 2017. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10227/2/BIG_DATA_E_GESTAO_DO_CONHECIMENTO_DEFINICOES_E_DIRECIONAMENTOS_DE_PESQUISA.pdf Acesso em: 29 jul. 2025.

HUPSEL FILHO, Valmar. *Plano de 'Abin paralela' foi citado por Bebianno em março de 2020*. *Veja*, São Paulo, 25 jan. 2024. Atualizado em 8 maio 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/plano-de-abin-paralela-foi-citado-por-bebianno-em-marco-de-2020/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MACDONALD, Fiona. *A manipulação de imagens pelos soviéticos, muito antes da era das 'fake news'*. BBC Culture, 30 jan. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cul-42810209>. Acesso em: 27 jul. 2025.

MENESES, J. P. *Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno das fake news*. Observatorio (OBS*), v. 12, n. 5, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15847/obsOBS12520181376>. Acesso em: 27 jul. 2025.

META. Hard Questions: What Effect Does Social Media Have on Democracy? 23 jan. 2018. Disponível em: <https://about.fb.com/news/2018/01/effect-social-media-democracy/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

MORAES retira medidas cautelares contra mais 2 indiciados pela PF no inquérito do golpe. *CartaCapital*, 12 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/moraes-retira-medidas-cautelares-contra-mais-2-indiciados-pela-pf-no-inquerito-do-golpe/>. Acesso em: 2 set. 2025.

NOGUEIRA, Pablo. “O termo fake news é recente, mas o fenômeno é muito antigo”. *Jornal Unesp*, 5 maio 2025,. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2025/05/05/o-termo-fake-news-e-recente-mas-o-phenomeno-e-muito-antigo/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

PAULA, Isabella de. Quem é Steve Bannon, ex-estrategista de Trump e crítico do STF apontado como ponte dos Bolsonaro com os EUA. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 29 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/perfil-steve-bannon-ex-estrategista-trump-critico-stf-bolsonaro/> Acesso em: 02 set. 2025.

PINTO, Danielle Jacón Ayres; MORAES, Isabela. As mídias digitais como ferramentas de manipulação de processos eleitorais democráticos: uma análise do caso Brexit. *Revista de Estudos Sociais*, n. 74, p. 71–82, 2020. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/res/article/view/6150/6254> Acesso em: 29 jul. 2025.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado; BONONE, Luana Meneguelli; MIELLI, Renata. Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular fake news? *ConfluênciAS - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*. Disponível em: https://www.academia.edu/44627569/DESINFORMA%C3%87%C3%83O_E_CRISE_DA_DEMOCRACIA_NO_BRASIL_%C3%A9_poss%C3%ADvel_regular_fake_news. Acesso em: 27 jul. 2025.

SENADO FEDERAL. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia da Covid-19. *Relatório Final* / relator Renan Calheiros. Brasília: Senado Federal, 2021. 1.288 p. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/mna/relatorios>. Acesso em: 6 ago. 2025.

TURMA do STF forma maioria para tornar réus Bolsonaro e mais 7 por tentativa de golpe de Estado. G1, 26 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/26/turma-do-stf-forma-maioria-para-tornar-reus-bolsonaro-e-mais-7-por-tentativa-de-golpe-de-estado.ghtml>. Acesso em: 2 set. 2025.

VEJA as datas dos julgamentos no STF dos núcleos da tentativa de golpe. *CNN Brasil*, 21 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/veja-as-datas-dos-julgamentos-no-stf-dos-nucleos-da-tentativa-de-golpe/>. Acesso em: 2 set. 2025

WENDLING, Mike. The (almost) complete history of 'fake news'. **BBC News**, Londres, 21 jan. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/blogs-trending-42724320> Acesso em: 25 jul. 2025.

MÚSICA E GEOGRAFIA: A AMAZÔNIA COMO LUGAR VIVIDO EM NAZARÉ PEREIRA

Jefferson Henrique Cidreira, Emili Aquino de Lima, Julia Lobato Pinto de Moura

Resumo

Este trabalho analisa a relação entre a música e geografia a partir da trajetória artística de Nazaré Pereira, cantora acreana que expressa em suas canções memórias, afetos e vivências amazônicas. A pesquisa fundamenta-se na perspectiva fenomenológica de Yi-Fu Tuan e Eric Dardel, destacando o lugar como categoria central para compreender a experiência humana no espaço. A partir da entrevista com a artista e da análise da canção *Xapuri do Amazonas* (1979), evidencia-se como elementos sensoriais, culturais e históricos da Amazônia são ressignificados em forma de música, construindo narrativas identitárias. Dessa forma, a obra de Nazaré Pereira revela a Amazônia não apenas como cenário, mas como lugar vivido, carregado de significados, pertencimentos e memórias.

Palavras-chave: Geografia; Música; Lugar; Memória; Amazônia.

MUSIC AND GEOGRAPHY: THE AMAZON AS A PLACE LIVED IN NAZARÉ PEREIRA

Abstract

This work analyzes the relationship between music and geography through the artistic trajectory of Nazaré Pereira, a singer from Acre who expresses Amazonian memories, affections, and experiences in her songs. The research is grounded in the phenomenological perspective of Yi-Fu Tuan and Eric Dardel, highlighting place as a central category for understanding the human experience in space. Based on an interview with the artist and an analysis of the song "Xapuri do Amazonas" (1979), it is evident how sensory, cultural, and historical elements of the Amazon are reinterpreted in musical form, constructing identity narratives. Thus, Nazaré Pereira's work reveals the Amazon not only as a setting, but as a lived place, laden with meaning, belonging, and memories.

Keywords: Geography; Music; Place; Memory; Amazon.

MÚSICA Y GEOGRAFÍA: LA AMAZONIA COMO LUGAR VIVIDO EN NAZARÉ PEREIRA

Resumen

Este trabalho analisa la relación entre la música y la geografía a través de la trayectoria artística de Nazaré Pereira, cantante de Acre, quien expresa recuerdos, afectos y experiencias amazónicas en sus canciones. La investigación se basa en la perspectiva fenomenológica de Yi-Fu Tuan y Eric Dardel, destacando el lugar como una categoría central para comprender la experiencia humana en el espacio. A partir de una entrevista con la artista y un análisis de la canción "Xapuri do Amazonas" (1979), se evidencia cómo los elementos sensoriales, culturales e históricos de la Amazonía se reinterpretan musicalmente, construyendo narrativas identitarias. Así, la obra de Nazaré Pereira revela la Amazonía no solo como un escenario, sino como un lugar vivido, cargado de significado, pertenencia y recuerdos.

Palabras clave: Geografía; Música; Lugar; Memoria; Amazonía.

INTRODUÇÃO

A música tem se consolidado como uma importante ferramenta de interpretação do espaço geográfico, uma vez que carrega representações, memórias e afetos, que expressam vivências individuais e coletivas. Ao longo das últimas décadas, pesquisadores têm destacado a relevância da canção como fonte de leitura espacial, visto que ela traduz experiências sociais, culturais e territoriais em forma de poética. Nesse sentido, a Amazônia ocupa um papel singular, pois representa um espaço que ultrapassa sua dimensão natural, sendo também território de identidades, lutas sociais e memórias afetivas. Nesse sentido, destaca-se a obra da cantora Nazaré Pereira, que é um exemplo marcante desse processo. Nascida em Xapuri e criada no Pará, a artista projeta em suas músicas imagens e sensações que conectam a floresta, os rios, as comunidades e a vida cabocla a um repertório simbólico que ressignifica o espaço amazônico.

O presente trabalho tem como objetivo compreender como a geografia pode dialogar com a música a partir da trajetória de Nazaré Pereira, enfatizando o conceito de lugar em sua dimensão fenomenológica. Para isso, analisa-se a entrevista concedida pela artista e sua canção *Xapuri do Amazonas*, relacionando-as com as contribuições teóricas de Yi-Fu Tuan e Eric Dardel. Busca-se, assim, demonstrar que a música é um recurso privilegiado para compreender a experiência de mundo, a memória e a identidade, permitindo a construção geográfica da Amazônia como lugar vivido.

Geografia e Música

A relação entre geografia e música tem se consolidado como um campo de estudo que reconhece a canção como uma forma de expressão espacial e cultural. A música, enquanto prática artística e social, não apenas irá transmitir emoções e narrativas, mas também pode ser

compreendida como um meio de traduzir a experiência espacial, ressignificando territórios e reforçando pertencimentos. De acordo com Castro (2009, p.13), “Um compositor escreve suas músicas inspirado, muitas vezes, em experiências individuais, na memória coletiva de sua comunidade ou seu povo”. A partir dessa perspectiva, uma composição não terá apenas o objetivo de atingir seu público-alvo dentro do seu estilo musical, mas também possui a função de identificar problemas sociais, ambientais, dinâmicas e conflitos territoriais em forma de letras e melodias e claro, as experiências e vivências do compositor.

Os autores transferem às suas composições determinadas representações, percepções e experiências espaciais derivadas de sua formação social, crenças, ideologias, estilos de vida, identidades com cidades e lugares, ou até mesmo intenções específicas de provocar e controlar sensações e emoções no âmbito coletivo. As descrições espaciais musicadas contemplam escolhas, escolhas daquilo que se quer abordar e como abordar e, nesse sentido, não há letra musical com conteúdo geográfico que seja neutra ou desprovida de intencionalidade ética e estética (Fuini, 2014, p. 103).

Com isso, Fuini (2014) destaca que as descrições das músicas contemplam escolhas do que querem abordar e como abordar, sem neutralidade do que pretendem retratar em suas letras musicais. Assim, cada canção que evoca lugares, territórios e paisagens carrega uma dimensão política e simbólica, tornando-se um recurso para compreender como indivíduos e comunidades percebem, vivenciam e narram o espaço em que estão inseridos.

Na Amazônia, essa noção ganha ainda mais profundidade, uma vez que a floresta, o seringal, os rios e as comunidades não são apenas cenários naturais, mas peças-chaves para a construção identitária, cultural e afetiva. Os lugares amazônicos e suas singularidades guardam memórias individuais e coletivas, repleto de sons, cheiros, imagens (lembranças) que constrói e alimentam tanto a identidade daquelas que a vivem, mas também na criação artística.

Nazaré Pereira: trajetos

Segundo o *Dicionário Cravo Albin da música popular brasileira*, Nazaré Pereira, cujo nome de nascimento é Maria de Nazaré Pereira, nasceu em 10 de dezembro de 1940, na cidade de Xapuri (AC). Filha de um pai seringueiro e de uma mãe lavadeira, mudou-se aos sete anos com a família para o Estado do Pará, morando no bairro de Icoaraci (atual Vila Sorriso), em Belém.

Formou-se professora primária e, posteriormente, cursou Teatro na Uni-Rio, no Rio de

Janeiro. Em 1969, atuou em novelas e ganhou um prêmio no programa *A grande chance*, de Flávio Cavalcanti, na TV Tupi, que lhe proporcionou uma viagem para Portugal. De lá seguiu para Nancy, na França, onde estudou Teatro no *Centre Universitaire International de Formation et des Recherches Dramatiques*.

Em Paris, participou de montagens teatrais como *Les Regards du Sourd*, sob a direção de Bob Wilson. Representou o Brasil em festivais internacionais, como o de Quito, no Equador, e o Festival de Nancy. Também iniciou sua carreira como cantora em casas noturnas europeias. Seu primeiro trabalho como autora foi a música - *Xapuri do Amazonas*, em 1978.

No campo discográfico, lançou seu primeiro disco intitulado *Nazaré*, gravado pela Cezame/ RCA, na França, em 1978. Seu repertório inclui versões de clássicos da música brasileira e composições próprias. Obteve reconhecimento internacional e participou de festivais, turnês e lançamentos tanto na Europa quanto nos países vizinhos ao Brasil.

Assim, Nazaré incorpora e transcendeu, além de uma vasta gama artística internacional, os ecos das vozes amazônicas, das memórias, dos cheiros, dos sons e sorrisos, da transfiguração do ambiente de fala para a imaginação do outro, de suas vivências e a construção de um lugar amazônico.

Lugar, memória e afeto na voz de Nazaré Pereira: uma leitura fenomenológica

É fundamental aqui discutir o conceito de lugar, dentro da Geografia Humanística, se sustenta como categoria central da experiência humana. A partir da perspectiva fenomenológica, Yi-Fu Tuan (1983) destaca que o espaço se converte em lugar quando adquire significado afetivos e valores simbólicos, enquanto Eric Dardel (2011) introduz a noção de geograficidade, entendida como a condição fundamental do ser humano de existir em relação a terra.

Dardel destaca a condição primordial da relação interna e externa, entre o ente (ser) e os entes que o rodeiam, assim, há um envolvimento sem determinismos entre ser e o seu espaço circundante significando e ressignificando o mundo-ser.

Se a geografia oferece à imaginação e à sensibilidade, até em seus voos mais livres, o socorro de suas vocações terrestres, carregada de valores terrestres, marinhos ou atmosféricos, também, sempre espontaneamente, a experiência geográfica, tão profunda e tão simples, convida o homem a dar a realidade geográfica um tipo de animação e de fisionomia em que ele revê sua

experiência humana, interior ou social (DARDEL, 2015, p.6).

Nesse contexto, no diálogo com a entrevista da cantora acreana Nazaré Pereira compreende-se como memórias da infância, experiências sensoriais e afetos se articulam na produção de lugares, revelando uma relação existencial com Xapuri, com o Acre e o Pará através do seu cotidiano como um ser lançado ao mundo, o transformando e sendo por ele transformado por essa *experiência geográfica, onde o homem passa a dar um tipo de animação e fisionomia à realidade geográfica*.

Para chegar à ode da experiência ser-mundo de Nazaré, o seu mundo amazônico, utiliza-se da metodologia da história oral, a qual torna-se essencial aqui, pois, como lembra Alberti (2004), ela valoriza as narrativas subjetivas como fontes de conhecimento histórico e cultural.

A História oral, segundo Sebe (2007, p. 15), para maior esclarecimento, é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

Assim, a fala da artista é essencial, pois é atravessada por lembranças pessoais e coletivas, que ressignificam o espaço vivido e projetam nele a identidade amazônica. A análise a seguir busca articular a entrevista de Nazaré Pereira e sua música Xapuri do Amazonas com as contribuições teóricas de Tuan e Dardel, pois, a história oral implica “uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que marca a história oral como ‘história viva’. A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral” (Meihsy, 2000, p. 19).

Entrevista e experiência de lugar

Na interlocução vívida a partir da entrevista com Nazaré, a cantora associa sua cidade natal a um espaço de memória e pertencimento: “*Xapuri significa tudo! Quando eu quero mergulhar no meu passado, na minha vida, na minha existência, eu viajo com a minha cabeça para Xapuri*”. Logo, apesar da artista ter passado a primeira infância em Xapuri - no Acre e aos

sete anos de idade ter se mudado para o Pará, ilustra o que Tuan (1983) sugere sobre o processo de transformação do espaço em lugar, em que o vivido se converte em centro de valores, com isso, Nazaré pode se mudar diversas vezes, mas Xapuri, seu primeiro lar sempre estará consigo, nas suas memórias, identidades e afetos.

A criança não apenas tem um passado curto, mas seus olhos, mais que os dos adultos, estão no presente e no futuro imediato. Sua vitalidade para fazer coisas e explorar o espaço não condiz com a pausa reflexiva e com a olhada para trás que fazem com que os lugares pareçam saturados de significância (Tuan, 1983, p.37).

O Acre aparece, na fala de Nazaré, como território de luta coletiva, marcado pela memória dos seringueiros e de Chico Mendes. Ao declarar que “o estado do Acre representa uma certa força, e uma coragem de um povo que luta pela liberdade desta floresta maravilhosa”, a cantora projeta no espaço amazônico uma dimensão histórica e política. Dardel (2011) observa que o apego ao solo natal ou a busca por novos ambientes são expressões de geograficidade, revelando como a terra é parte indissociável da condição humana. O Pará, por sua vez, é lembrado como espaço de formação cultural e intelectual, segundo Tuan (1983), os lugares sedimentam experiências e funcionam como referenciais da construção pessoal, o que se confirma no relato da artista, ao destacar a escola, o teatro e a cultura como marcos de sua juventude.

A infância, descrita como vivência livre na floresta, no igarapés e no contato direto com a natureza, expressa o que Dardel (2011) denomina experiência primitiva do espaço, em que a paisagem é sentida antes mesmo de ser conceituada. Nazaré ressalta também a música como elemento de memória, relembrando as canções de ninar de sua mãe. A partir disso, os lugares se tornam significativos justamente por sua carga emocional e efetiva, transmitida de geração em geração.

Mesmo na França, a cantora afirma nunca ter se sentido deslocada, porque “a Amazônia está sempre comigo”. Essa fala exemplifica a continuidade do vínculo afetivo com o lugar de origem, que resiste à distância. Como explica Dardel (2011), a experiência geográfica não se reduz ao espaço físico, mas envolve um modo de ser-no-mundo em cumplicidade com a terra.

Xapuri do Amazonas
Canção de Nazaré Pereira – 1979

Dona Maria, minha mãe morena
Cabocla linda lá do Rio Jari
Fosse descendo pelo Amazonas
O sol brilhou pra mim no Xapuri

Lá no Xapuri

Lá no Xapuri

Lá no Xapuri

Lá no Xapuri

Dona Maria, mãezinha morena
Ainda sou tão pequena e sinto saudades
No balançar de rede, dos igarapés
Destas coisas lindas que não tem idade
Dona Maria, mãezinha morena
Ainda sou tão pequena e sinto saudades
De me banhar nos rios, tomar tacacá
Beber açaí lá em Icoaraci

Lá em Icoaraci

Lá em Icoaraci

Lá em Icoaraci

Lá em Icoaraci

Terra cabocla, terra pequena
Cheirando a flor, cheirando a açucena
Igual ao teu cabelo, Dona Maria

Minha mãe morena, oi

Lá do Rio Jari

Lá do Xapuri

Lá de Icoaraci

Lá do Xapuri

Lá do Rio Jari

Lá do Xapuri

Lá de Icoaraci

A canção expressa a costura de memórias e afetos entre três lugares: Xapuri, Rio Jari e Icoaraci. Nela, a figura materna - “*Dona Maria, minha mãe morena*”- é citada como símbolo de raiz, afeto e transmissão cultural. Isso se articula ao depoimento da cantora sobre a importância da sua mãe como esteio e como responsável pela inserção da música em sua vida.

A minha mãe cantava muito pra gente dormir, hoje não se faz mais isso, mas na época cantava, sabe? De noite cantava, e a mamãe fazendo isso, ela nos botou no meio da música, e a música foi fazendo, dando essa força pra mim, e eu acho que é isso aí, que mais me marca (Nazaré Pereira, 2025).

A canção exemplifica isso ao associar cheiros, sabores e sons - “*cheirando a flor, cheirando a açucena*”, “tomar tacacá, beber açaí”. Sua recordação dos sons da floresta e dos cantos dos pássaros remete ao caráter sensorial da paisagem. Dardel (2011) afirma que o espaço geográfico não é neutro, mas está sempre carregado de experiências que afetam o corpo e a existência, revelando a cumplicidade entre homem e terra. Assim, os sons e cheiros descritos pela cantora tornam-se expressões de um lugar vivido.

Isso revela não só a trajetória artística, mas *démarches* de um ser-estar-no-mundo inserindo e ressignificando, pintando o mundo a partir de sua vivência cotidiana que elucida o espaço amazônico como um lugar de afeto, de vida, de imagens e, coadunando com Foucault (1988; 2003), causando e/ou demonstrando efeitos de verdades a partir do olhar de Nazaré e, principalmente, percebendo essa construção de um mundo seu, lar a partir do habitar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fenomenologia traz como contribuição para a ciência geográfica uma análise concomitante entre o ser e o mundo - o ser-aí lançado e vivendo nele – a qual realizamos como uma experiência terrestre, existencialista, logo, humana.

Destarte, esse fazer ciência - onde há um duplo pertencimento, pois ainda é desacreditada pelo estudo de cunho positivista, matemática; mas também, é basilar para o enfrentamento de visões solidificadas através do outro, de diferente olhar e cheia de interesses e

de relações de poder, porque visa uma ontologia, desnudando-se dos preconceitos e fazendo emergir o prisma do ser que habita, que experimenta seu espaço e tempo que vive, que é um ser-e-estar-no-mundo, um ser que se lança e age – já que mira a possibilidade de elevar os limites do cumprir geográfico ao limite de suas potencialidades, segundo (Cidreira, 2024).

Apesar de Martin Heidegger, nos seus escritos, não ter um olhar direcionado e atento para a ciência geográfica, é um dos filósofos que mais contribuiu para a Geografia Humanista, uma vez que abre um leque de possibilidades sobre as dimensões do ser (o sentido do ser, por exemplo, como seu escopo), logo à ontologia, fundamento que busca um retorno às coisas mesmas, que iria servir de base para ao pensamento geográfico como Eric Dardel, Edward Relph, Merleau-Ponty e tantos outros.

Heidegger traz um novo olhar e/ou uma superação de uma dicotomia entre indivíduo e item de análise, que é notabilizado e empreendido por Dardel, pois não há como não pensar nesse envolvimento entre esses dois “seres”, entes, pois, o “sujeito” e o “objeto” “se envolvem um no outro [...] e o mundo geográfico só é autenticamente acessível a partir do nível de experiência vivida, em que o terrestre e o humano se ajustam a uma medida original” (DARDEL, 2011, p. 112), conforme sintetizou Besse o postulado dardeliano que carrega interlocuções com os escritos heideggerianos.

Assim, a entrevista e a música de Nazaré Pereira ilustram, de maneira viva, a importância da categoria de lugar na geografia. A fenomenologia de Yi-Fu Tuan e Eric Dardel, fomentada por Heidegger, fornece o referencial para compreender como o espaço vivido se transforma em lugar por meio da memória, dos sentidos e da afetividade. O testemunho da artista mostra que o lugar é mais que um ponto no mapa, é experiência, é narrativa, é identidade. Em Xapuri, no Pará, a cantora reafirma a continuidade de sua ligação com a Amazônia, evidenciando que a geograficidade humana se manifesta na inseparabilidade entre terra e existência, ser e ambiente.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. In: Simpósio Nacional de História. **Anais eletrônicos**. João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/81083>. Acesso em: 16 set. 2025.

CASTRO, Daniel. de. Geografia e música: a dupla face de uma relação. **Espaço e Cultura**, UERJ, n. 26, p. 7-18, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/3551/2471>. Acesso em: 5 jan. 2025.

CIDREIRA, Jefferson Henrique. **A (re)invenção da Amazônia**: discurso, espaço, lugar. Rio Branco: Nepan Editora, 2024.

CRAVO ALBIN, Ricardo. **Nazaré Pereira**. Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/artista/nazare-pereira/>. Acesso em: 16 set. 2025.

DARDEL, Eric. **o homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011. E-book.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, NAU Editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FUINI, Lucas Labigalini Territórios e territorialidades da música: uma representação de cotidianos e lugares. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 97-112, 2014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/81083>. Acesso em: 26 ago. 2025.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback, 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom & Holanda, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983. E-book.

XAPURI DO AMAZONAS. Nazaré Pereira. França: Cezame Music Agency, 1979.

Entrevista

PEREIRA, Nazaré. **Entrevista concedida pela cantora Nazaré Pereira**, em 6 de setembro de 2025.

ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: concepções e desafios da avaliação da aprendizagem no ensino público de Campo Grande/MS

Renato Jales Silva Junior, Gabriela Vilamaior Proença

RESUMO: Este trabalho investiga as concepções e práticas avaliativas de professoras da rede pública de ensino de Campo Grande/MS, com foco na avaliação da aprendizagem no contexto da educação básica. A pesquisa parte da compreensão de que a avaliação, para além de sua função classificatória, deve promover a aprendizagem e colaborar com o desenvolvimento integral do estudante. O estudo tem como objetivo principal compreender como os docentes da rede pública concebem e aplicam a avaliação em seu cotidiano escolar. A metodologia adotada é qualitativa, com abordagem etnográfica, utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. As participantes foram duas professoras da Escola Estadual José Maria Hugo Rodrigues. A análise das entrevistas revelou que, embora as docentes possuam concepções críticas e formativas sobre a avaliação, suas práticas são tensionadas pelas exigências institucionais, como a padronização das avaliações, a cobrança por médias e a sobrecarga de trabalho. Conclui-se que a avaliação da aprendizagem, quando pensada de maneira reflexiva e dialógica, pode contribuir para a construção de uma escola mais democrática. Contudo, essa transformação exige políticas de valorização docente, formação adequada e condições reais de trabalho. Esta pesquisa, realizada em pequena escala, oferece uma mostra significativa da realidade enfrentada por professores da rede pública, servindo como ponto de partida para investigações futuras mais amplas.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem. Educação pública. Docência. Formação de professores.

ABSTRACT: This study investigates the conceptions and assessment practices of teachers working in public schools in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, with a focus on student learning evaluation within the context of basic education. The research is grounded in the understanding that assessment, beyond its classificatory function, should foster learning and contribute to the student's holistic development. The main objective is to understand how public school teachers perceive and implement assessment in their daily teaching practices. A qualitative methodology was adopted, with an ethnographic approach, and semi-structured interviews were used as the data collection instrument. The participants were two teachers from José Maria Hugo Rodrigues State School. The analysis of the interviews revealed that, although the teachers hold critical and formative views on assessment, their practices are constrained by institutional demands, such as standardized testing, pressure for numerical grading, and work overload. The study concludes that learning assessment, when approached reflectively and dialogically, can contribute to building a more democratic school. However, such transformation requires policies that value teachers, adequate training, and real working conditions. Although conducted on a small scale, this research offers a significant glimpse into the reality faced by public school teachers and serves as a starting point for broader future investigations.

Keywords: Learning assessment. Public education. Teaching. Teacher training.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe a compreender as concepções avaliativas e práticas dos professores na rede pública de Campo Grande/MS. O intuito é investigar as distintas concepções a respeito da avaliação, bem como analisar o cotidiano escolar em que os professores estão inseridos.

Saviani (2008), aponta em sua obra “Escola e Democracia” (1984), que existem dois grupos de teorias que compreendem a educação. Num primeiro, temos aquelas teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade. Já no segundo, às teorias entendem a educação como um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização. (p. 3)

[...] denominarei as teorias do primeiro grupo de "teorias não-críticas" já que encaram a educação como autônoma e buscam compreendê-la a partir dela mesma. Inversamente, aquelas do segundo grupo são críticas uma vez que se empenham em compreender a educação remetendo-a sempre a seus condicionantes objetivos, isto é, aos determinantes sociais, vale dizer, à estrutura sócio-econômica que condiciona a forma de manifestação do fenômeno educativo. (p. 5)

O primeiro grupo, que o autor aponta, é composto pela Pedagogia Tradicional, Pedagogia Nova e Pedagogia Tecnicista. Saviani salienta que esse primeiro grupo vê a marginalidade como um desvio da sociedade e a educação como solução para tal. Entretanto, não considera nenhum outro fator para a desigualdade social, somente a educação. Para tanto, a denominação “não-crítica”. A Pedagogia Tradicional entende a avaliação de modo predominantemente classificatória e punitiva, foca na memorização de conteúdos e na capacidade dos alunos de reproduzir informações. O principal objetivo é medir o nível de conhecimento adquirido, utilizando provas e exames para selecionar e classificar os alunos (Saviani, 1984).

A Pedagogia Nova, a avaliação é formativa e contínua, com ênfase no desenvolvimento integral do aluno. Avalia-se o progresso do estudante em relação a si mesmo e não em comparação com os outros. Métodos como observação, projetos e autoavaliação são valorizados. As principais distinções entre elas, apontada por Saviani, é que na Pedagogia Tradicional o foco seria o professor, e na Pedagogia Nova, o foco é no aluno. Enquanto na Pedagogia Tecnicista (Pistrak, 2000), o meio é o principal agente para a educação. A avaliação é objetiva e quantitativa, baseada em critérios claros e padronizados. Utiliza testes padronizados e medidas de desempenho para garantir a eficiência do processo educativo e o alcance dos objetivos educacionais.

Além das três teorias abordadas por Saviani, têm-se outras tendências pedagógicas que concebem a avaliação da aprendizagem de forma distinta. A Pedagogia Libertadora, de Paulo Freire (1987), concebe a avaliação como um processo dialógico e crítico, que envolve a participação ativa dos alunos, e ainda deve contribuir para a conscientização e a transformação social, promovendo a reflexão sobre a realidade e a prática educativa.

A tendência Construtivista, de Jean Piaget (1975), coloca que a avaliação deve ser processual e formativa, focada na construção do conhecimento pelo aluno. Importa mais o processo de aprendizagem do que o produto final. A avaliação no Sociointeracionismo, de acordo com Vygotsky (1991), deve considerar o contexto social e cultural do aluno, focando no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Métodos como a observação participativa e a avaliação dinâmica, que considera o potencial de desenvolvimento do aluno com assistência (Zona de Desenvolvimento Proximal), são destacados.

Cipriano Luckesi (1990, p. 94) afirma que a avaliação “manifesta-se como um ato dinâmico que qualifica e subsidia o reencaminhamento da ação, possibilitando consequências no sentido da construção dos resultados que se deseja”. Para o autor, a avaliação se dá por meio de um processo contínuo que abre espaço para que o professor identifique os níveis de desenvolvimento dos estudantes e então defina as intervenções, métodos e estratégias pedagógicas necessários para a melhoria da aprendizagem dos estudantes. E por fim, a Teoria Histórico-crítica, de Saviani (1984), propõe uma avaliação que é diagnóstica e formativa, voltada para a compreensão das dificuldades dos alunos e a superação dessas dificuldades. A avaliação deve estar integrada ao processo de ensino e aprendizado, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

Jussara Hoffmann (1991), no capítulo três de sua obra *Avaliação: mito e desafio*, problematiza o significado de testar e medir, utilizados pelos professores como forma de avaliar o aprendizado de seus alunos.

O que percebo é que a compreensão de muitos professores é de que "tudo pode ser medido", sem que se dêem conta de que muitas notas são atribuídas arbitrariamente, ou seja, porque critérios individuais, vagos e confusos, ou preciso demais para determinadas situações. (p. 41)

A atribuição de graus numéricos a subjetividades como a vida do estudante na escola, sua participação, interesse ou comprometimento, não é objetiva. Logo podem ocorrer equívocos que interferem diretamente na aprovação ou reprovação de um aluno. Essa arbitrariedade para atribuir graus e conceitos, geralmente, acontece por comparação ou métodos impressionistas (p. 41).

Considero que o reducionismo da avaliação a concepção de medida denuncia uma consciência ingênua do educador no tratamento desse fenômeno, pois ele não se aprofunda nas causas e consequências de tais fatos, cometendo equívocos de maneira simplista.(p. 45)

Por meio disso, a avaliação passa a ter um caráter classificatório e excludente, que limita o potencial de contribuir efetivamente com o desenvolvimento dos alunos.

Circe Bittencourt, em sua obra *Ensino de História: Fundamentos e métodos* (2008), discute no capítulo 2, como as práticas tradicionais de ensino, focadas na memorização e na transmissão de fatos históricos, têm prevalecido no sistema educacional brasileiro ao longo do tempo.

Os métodos passaram a ser considerados "técnicas de ensino", iniciou-se uma fase de propostas pedagógicas que passaram a ser denominadas de "tecnicismo culto educacional" [...] Não havia, portanto, necessidade de repensar o conteúdo, mas apenas de aperfeiçoar "técnicas do ensino". (p. 90 e 91)

Ela também explora como essas práticas refletem uma visão conservadora da educação e como a escola tem resistido a mudanças metodológicas que promovam um ensino mais crítico e reflexivo. Essas práticas tecnicistas moldaram também o modo como a avaliação é concebida pelos professores.

[...] a pedagogia tecnicista, ao ensaiar transpor para a escola a forma de funcionamento do sistema fabril, perdeu de vista a especificidade da educação, ignorando que a articulação entre escola e processo produtivo se dá de modo indireto e através de complexas mediações. Além do mais, na prática educativa, a orientação tecnicista se cruzou com as condições tradicionais predominantes nas escolas bem como com a influência da pedagogia nova que exerceu poderoso atrativo sobre os educadores. (Saviani, 2008. p. 16)

Saviani também discute essa influência do tecnicismo no ensino, salientando a burocratização e o controle da qualidade de ensino através do preenchimento de planilhas. Esse modelo de pedagogia agrega ao professor a necessidade em atribuir nota aos alunos em períodos demarcados e de maneira objetiva. O que contribui para a conotação negativa da avaliação até mesmo para o professor.

A partir dessas observações, podemos dizer que a prática educacional brasileira opera, na quase totalidade das vezes, como verificação. Por isso, tem sido incapaz de retirar do processo de aferição as consequências mais significativas para a melhoria da qualidade e do nível de aprendizagem dos educandos (Luckesi, 1990, p. 94).

A avaliação, para Luckesi (1991), faz parte do processo de ensino e de aprendizagem, e deve auxiliar o professor no caminho da compreensão dos estudantes não somente como um "medidor" de conhecimento, mas sim reconhecendo os esforços dos alunos, sua assimilação e dificuldades, para então tomar decisões sobre o processo de ensino.

Quando a avaliação é tratada como meio de classificação, não há uma efetiva preocupação com a aprendizagem dos estudantes.

Assim, o processo avaliativo diagnóstico e progressivo durante as aulas garante um avanço significativo na aprendizagem dos educandos, ou seja, a nota a ser designada ao aluno deve dizer respeito ao seu desenvolvimento nesse processo de aprendizagem. Dito isso, vê-se que a avaliação desenvolvida como verificação, ou então como exame (Luckesi, 1991), não exerce papel proveitoso para os estudantes, todavia, para que haja uma concepção mais adequada, o professor deve primeiramente tomar conhecimento de tal importância. Logo, observa-se que para além de diferentes concepções sobre o que é a avaliação, existe ainda a preocupação em como ela é aplicada/ praticada pelo professor.

A pesquisa proposta terá como locus a capital do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, que conta com mais de 800 mil habitantes e 98% de escolarização de 6 a 14 anos de idade (IBGE, 2021). O estudo centralizará nos professores da rede pública de ensino, que lecionam no ensino fundamental e médio. A escolha por esse público deve-se à relevância do papel docente na mediação do processo de ensino-aprendizagem e à necessidade de compreender como esses profissionais lidam com os desafios e possibilidades da prática pedagógica no contexto escolar. Além disso, o recorte por etapa de ensino busca abranger diferentes faixas etárias e níveis de complexidade curricular, permitindo uma análise mais ampla das estratégias e concepções educacionais presentes nas escolas públicas da capital sul-mato-grossense.

Para que o estudo atingisse seus objetivos foram estabelecidas etapas/fases que guiaram o processo de pesquisa, que tem como primeira fase a busca bibliográfica e exploratória. O início de um projeto de pesquisa é uma etapa crucial, pois estabelece as bases para o desenvolvimento de uma investigação científica, considerando que o levantamento bibliográfico fornece uma base sólida para o desenvolvimento do quadro conceitual e da fundamentação teórica do projeto. Isso permite contextualizar a investigação dentro de um arcabouço teórico relevante e estabelecer conexões significativas entre a pesquisa e trabalhos anteriores. As bases de dados a serem consultadas são a Scielo, Scholar Google e a CAPES. As palavras-chave utilizadas são: "avaliação da aprendizagem" AND "anos finais do ensino fundamental" AND "ensino de História".

A segunda fase do projeto é a documental, na qual analisamos os seguintes documentos:

- a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

- b) Base Nacional Comum Curricular – Ensino de História – Anos Finais do Ensino Fundamental;
- c) Projeto Político Pedagógico da escola selecionada.

A terceira fase é a da coleta de dados. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais, envolvendo o(a) professor(a) participante e a pesquisadora, em data, horário e local acordados com antecedência entre os envolvidos. Para que seja satisfatória em relação à coleta de dados necessários, a entrevista foi feita de forma semiestruturada, com as perguntas focadas na graduação de cada professor, o que estes profissionais foram ensinados a respeito da avaliação da aprendizagem, como a enxergam hoje e se isso influencia em sua prática em sala de aula.

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bemfeita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. (Ludke; André, 2014, p. 39)

Os critérios de inclusão utilizados para os participantes são: ter mais de 18 anos; possuir ao menos dois anos de exercício da profissão; ter experiência na rede pública de ensino. Já os critérios de exclusão serão: ser professor substituto da rede pública; estar afastado durante o período das entrevistas.

A quarta fase do texto consistiu na análise dos dados obtidos e envolveu uma abordagem qualitativa etnográfica, discutida pelas autoras Menga Ludke e Marli André (2014, p. 14) como pesquisa qualitativa ou naturalística que “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

A abordagem qualitativa centralizou na percepção do fenômeno a partir da perspectiva daqueles envolvidos – no presente caso: docentes da rede pública de ensino de Campo Grande, MS, sendo a abordagem mais apropriada para o objeto desse estudo, pois “[...] é preciso que a análise não se restrinja ao que está explícito no material, mas procure ir mais a fundo, desvelando mensagens implícitas, dimensões contraditórias e temas sistematicamente ‘silenciados’ ” (Ludke; André, 2014, p. 57).

A entrevista semiestruturada é muito vantajosa nas pesquisas de abordagem qualitativa, devido à aproximação possível da pesquisadora com os participantes, o que permite a captação de informações e reações dos entrevistados – ambos elementos

considerados relevantes para a elaboração de consensos e resoluções. Cada entrevista será analisada e categorizada, havendo um confronto sistemático entre as respostas.

Após essa etapa, foram elaboradas as considerações finais sobre os resultados analisados e problematizada a formação inicial dos professores, que em muito se relaciona com as concepções adotadas por esses.

AValiação DA APRENDIZAGEM

O principal diálogo a ser estabelecido é entre os conceitos abordados por Cipriano Luckesi, que oferecem uma visão crítica e detalhada sobre o papel e as formas de avaliação no contexto educacional. Primeiramente, Luckesi distingue entre os conceitos de avaliação e verificação. Ele define avaliação como um diagnóstico da qualidade dos resultados intermediários ou finais, caracterizando-a como um processo dinâmico que envolve um contínuo acompanhamento e ajuste.

Em contraste, a verificação é descrita como uma configuração dos resultados parciais ou finais, sendo uma prática estática que simplesmente registra o que foi alcançado até determinado ponto (Luckesi, 1990, p. 100). Além disso, Luckesi critica a avaliação que se resume a um exame, onde a nota se torna o foco principal. Segundo ele, nesse modelo, não importa o processo pelo qual as notas foram obtidas; elas são tratadas como números isolados que nada revelam sobre o percurso ativo do processo de aprendizagem. Essa abordagem negligencia os caminhos percorridos pelos estudantes e se concentra apenas no resultado final, desconsiderando a complexidade do aprendizado (Luckesi, 1991, p. 18).

Luckesi também discute a avaliação como um mecanismo de censura e punição. Ele argumenta que, quando utilizada de maneira fetichizada, a avaliação promove o desenvolvimento da autocensura. Neste contexto, o autocontrole psicológico se torna a forma mais insidiosa de controle, pois o indivíduo se torna prisioneiro de suas próprias ações e pensamentos, moldados por padrões externos. Esse tipo de autocontrole é visto como a pior forma de coerção, pois dispensa a necessidade de uma imposição externa contínua (Luckesi, 1991, p. 25). Finalmente, Luckesi aborda a face autoritária da avaliação, especialmente dentro do modelo liberal conservador. Ele argumenta que, nesse contexto, a prática da avaliação escolar é inerentemente autoritária, pois visa o controle e o enquadramento dos indivíduos dentro de parâmetros socialmente estabelecidos.

A avaliação, assim, torna-se um instrumento disciplinador não apenas das condutas

cognitivas, mas também das sociais, operando tanto através de coações explícitas quanto por meios sub-reptícios, como a propaganda ideológica. Esse modelo de avaliação serve, portanto, para manter o equilíbrio social e reforçar a ordem estabelecida (Luckesi, 1984, p. 32).

Por meio de tais conceitos, a discussão sobre a avaliação da aprendizagem dentro das relações existentes em sala de aula pode ser compreendida mais profundamente e assim questionada. Além dos conceitos de Luckesi, podemos compreender a avaliação sob a perspectiva de Duarte (2015, p. 54):

A avaliação vista como um diagnóstico contínuo e dinâmico torna-se um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino para que, de fato, o aluno aprenda. Além disso, ela deve ser essencialmente formativa, na medida em que cabe à avaliação subsidiar o trabalho pedagógico, redirecionando o processo ensino-aprendizagem para sanar dificuldades, aperfeiçoando-o constantemente.

Pode-se compreender que a avaliação é parte integrante do processo e não apenas um instrumento para se designar pontos. Assim, com suas subjetividades moldadas pelo meio em que estão inseridos, como a escola, o professor e os estudantes, cada situação deve ser considerada de forma singular. O autor ainda continua: “O professor planeja, dirige e controla o processo de ensino, tendo em vista estimular a atividade própria dos alunos para a aprendizagem” (Duarte, 2015, p. 57). Portanto, o professor exerce vital função no processo da avaliação, é o principal fator para que ela seja realizada de forma coerente e favorável.

A autora Jussara Hoffmann (2011, p. 92), traz distinções entre a avaliação aplicada de maneira classificatória, a serviço de uma sociedade liberal capitalista e uma perspectiva de avaliação libertadora, mediadora. Na visão liberal, a avaliação educacional assume um caráter predominantemente individual e competitivo. Esse enfoque valoriza o desempenho isolado do aluno, promovendo uma cultura de competição onde os estudantes são comparados uns aos outros.

A avaliação, nesse contexto, é utilizada como uma ferramenta para medir e classificar os alunos de acordo com seu desempenho, muitas vezes desconsiderando as diferenças individuais e os diversos ritmos de aprendizagem. A avaliação é vista como um mecanismo classificatório e sentencial. Ou seja, seu principal objetivo é categorizar os alunos em diferentes níveis de desempenho, resultando em uma divisão clara entre aqueles que são considerados aptos e aqueles que não são. Essa concepção reforça a ideia de que o valor do estudante pode ser quantificado e definido por meio de notas e rankings, estabelecendo uma hierarquia rígida dentro do ambiente escolar. Uma característica marcante dessa visão é a intenção de reprodução das classes sociais.

A avaliação liberal tende a perpetuar as desigualdades existentes, favorecendo os

alunos que já possuem vantagens socioeconômicas. Isso ocorre porque os critérios de avaliação muitas vezes não consideram o contexto social e cultural dos estudantes, mas sim um padrão homogêneo de excelência que beneficia aqueles com mais recursos e apoio familiar. Dentro dessa perspectiva, a postura do professor é disciplinadora e diretiva. O docente é visto como a figura de autoridade que detém o conhecimento e cujo papel é avaliar os alunos de maneira rígida e controladora. Essa abordagem promove um ambiente educacional onde o foco está na obediência e na conformidade, ao invés de incentivar a autonomia e o pensamento crítico dos estudantes. Outro aspecto relevante é o privilégio à memorização.

A avaliação liberal valoriza a capacidade dos alunos de reter e reproduzir informações, ao invés de desenvolver habilidades de compreensão profunda e aplicação prática do conhecimento. Esse enfoque limita a aprendizagem a um processo mecânico, onde o sucesso é medido pela quantidade de conteúdo que o aluno consegue memorizar e reproduzir em provas e testes. E por fim, há uma exigência burocrática periódica. A avaliação se torna uma atividade formal e regular, com prazos e procedimentos definidos que devem ser seguidos rigorosamente. Esse aspecto burocrático reforça a natureza formal da avaliação, desconsiderando a necessidade de adaptações e flexibilidades que poderiam melhor atender às necessidades individuais dos alunos.

Na visão libertadora e mediadora, a avaliação educacional é concebida como uma ação coletiva e consensual. Nesse enfoque, todos os envolvidos no processo educativo, incluindo professores, alunos e comunidade, participam ativamente da construção e aplicação das práticas avaliativas. Essa abordagem promove um ambiente de colaboração e diálogo, onde as decisões são tomadas de forma conjunta, valorizando a voz e a experiência de cada participante.

A avaliação assume uma concepção investigativa e reflexiva. Isso significa que o processo avaliativo é contínuo e dinâmico, voltado para a compreensão profunda das práticas pedagógicas e do desenvolvimento dos alunos. Em vez de apenas medir o desempenho, a avaliação busca investigar as causas do sucesso e das dificuldades, promovendo uma reflexão constante sobre os métodos de ensino e aprendizagem. Essa abordagem incentiva a autoavaliação e o autoconhecimento, tanto por parte dos alunos quanto dos educadores. Uma característica central dessa visão é a proposição de conscientização das desigualdades sociais e culturais. A avaliação libertadora e mediadora reconhece as diferenças entre os alunos e busca ativamente combater as desigualdades presentes no ambiente escolar.

Esse enfoque promove a inclusão e a equidade, procurando entender e valorizar os contextos diversos de cada estudante, ajustando as práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais e coletivas. A postura dos educadores e de todos os envolvidos na

ação educativa é cooperativa. A avaliação é vista como um processo de construção conjunta, onde educadores, alunos e comunidade trabalham em parceria para promover a aprendizagem e o desenvolvimento. Essa abordagem cria um ambiente de apoio mútuo, onde o sucesso de um é visto como o sucesso de todos, incentivando a colaboração e a solidariedade. Nesse contexto, há um privilégio à aprendizagem significativa.

A avaliação não se limita à memorização de conteúdos, mas busca garantir que os alunos compreendam profundamente os conceitos e possam aplicá-los de maneira crítica e criativa em suas vidas. Esse enfoque valoriza o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e capacidade de reflexão, promovendo uma aprendizagem que faz sentido para os alunos e que tem relevância prática. Além disso, promove a consciência crítica e responsável de todos sobre o cotidiano. Os envolvidos no processo educativo são incentivados a refletir sobre suas práticas e sobre o contexto social em que estão inseridos, desenvolvendo uma postura crítica e responsável em relação ao mundo ao seu redor. Essa consciência crítica é fundamental para a formação de cidadãos engajados e capazes de contribuir para a transformação social.

A autora ainda destaca que a pergunta fundamental a ser feita pelos professores é “Por que avaliamos?” e “Para quem avaliamos?” (p. 93). Ao invés de como avaliar, ou por que o fazer.

Se a resposta a essas questões não tiver como enfoque principal educando como ser social e político, sujeito do seu próprio desenvolvimento, de nada valerão as inovações que vierem a ser introduzidas. Da mesma forma, se a resposta a essas questões foram uma preocupação de indivíduos isolados, pequenos grupos ou de alguns administradores, o esforço poderá ser em vão. A reconstrução da avaliação não acontecerá por experiências isoladas ou fragmentadas, mas por uma ação continuada e que ultrapasse os muros das instituições.

A avaliação deve reconhecer e valorizar o aluno não apenas como um indivíduo que adquire conhecimento, mas como um ser integral, com capacidade de interagir e transformar a sociedade. O aluno deve ser visto como o sujeito do seu próprio desenvolvimento, com a capacidade de pensar criticamente e agir de forma autônoma e responsável. A reestruturação da avaliação requer um compromisso contínuo, com ações sustentadas ao longo do tempo.

OFÍCIO DO PROFESSOR

O ofício do professor, mais do que uma simples função técnica, constitui-se como um compromisso ético, político e social profundamente enraizado nas práticas educativas. A partir das reflexões de Paulo Freire, especialmente em sua obra "Carta aos Professores" (2001), torna-se evidente que o ato de ensinar transcende a mera transmissão de conteúdos, configurando-se como uma prática de diálogo, escuta, construção coletiva de saberes e emancipação dos sujeitos. Nesse contexto, discutir o ofício docente não é apenas uma exigência acadêmica, mas uma necessidade urgente para compreender os desafios que se impõem à educação na contemporaneidade. A sociedade atual, marcada por intensas

transformações sociais, culturais, tecnológicas e econômicas, demanda uma atuação docente capaz de responder às complexidades do mundo globalizado, às desigualdades sociais e às diversas formas de exclusão. O professor, nesse cenário, assume um papel central na mediação dos saberes, na formação crítica dos sujeitos e na construção de uma educação pautada na justiça social, na equidade e no respeito às diversidades.

Refletir sobre o ofício do professor, portanto, implica reconhecer que a prática pedagógica está intrinsecamente ligada às condições históricas, sociais e culturais em que se insere. Como bem aponta Freire (2001), ensinar exige rigorosidade metódica, pesquisa constante, criticidade e, sobretudo, compromisso com a transformação social. Dessa forma, compreender o fazer docente é fundamental não apenas para qualificar os processos educativos, mas também para enfrentar os desafios impostos por um contexto que, muitas vezes, desvaloriza a profissão, precariza as condições de trabalho e fragiliza as políticas públicas educacionais. Este capítulo propõe, portanto, uma reflexão teórica sobre o ofício docente, ancorada nos princípios freireanos e em autores que dialogam com essa perspectiva crítica e emancipatória. Ao situar o professor como sujeito histórico, mediador e agente de transformação, busca-se evidenciar que discutir sua prática é, antes de tudo, discutir os rumos da educação e, por extensão, da própria sociedade.

O ofício docente pode ser compreendido como uma prática que integra trabalho, missão e profissão. Ser professor, nessa perspectiva, não se limita a uma função técnica, mas envolve uma atuação ética, política e social. Freire (2001) destaca que o professor é um sujeito político e ético, cuja prática está comprometida com a emancipação dos educandos e com a transformação da realidade. Ensinar, para Freire, é um ato de responsabilidade, que exige do docente a consciência crítica de seu papel como mediador do conhecimento e agente de transformação social. Nesse sentido, o papel do professor sofreu significativas

transformações ao longo do tempo. Se, em um passado não muito distante, sua função estava centrada na transmissão mecânica de conteúdos, hoje se espera que o docente atue como mediador dos processos de aprendizagem, facilitando a construção coletiva do saber. Essa mudança de paradigma reflete uma concepção de educação que valoriza a participação ativa dos sujeitos, a problematização da realidade e o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas.

Para Jussara Hoffmann (1996), o professor é, também, avaliador, formador e reflexivo. Seu trabalho ultrapassa o ato de ensinar, envolvendo o acompanhamento constante dos processos de aprendizagem dos estudantes, a reflexão sobre sua própria prática e o compromisso com a formação integral dos sujeitos. Assim, a avaliação, concebida como processo formativo, torna-se parte indissociável do fazer docente, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais democráticas e inclusivas.

Complementando essa reflexão, Tardif (2014) afirma que os saberes docentes são construções sociais, frutos das interações entre os professores, os contextos escolares e as experiências vividas. Esses saberes não são apenas técnicos ou científicos, mas também práticos, experienciais e culturais, constituindo-se como elementos fundamentais da identidade profissional do docente. Dessa forma, ser professor é, também, construir e reconstruir constantemente seus saberes, em um processo dinâmico e dialógico. Portanto, compreender o ofício docente na contemporaneidade exige reconhecer sua complexidade e sua centralidade nos processos educativos.

Compreender a complexidade do ofício docente exige, necessariamente, refletir sobre os saberes que estruturam essa prática. Para Tardif (2002), os saberes docentes são construções sociais que resultam das interações entre o professor, seu meio e sua prática. Esses saberes não são apenas científicos, mas também práticos, experienciais e culturais, sendo indispensáveis para o exercício da docência. Os saberes da experiência são aqueles produzidos no cotidiano da prática pedagógica, nas interações com os alunos, colegas e com o contexto escolar. Esses saberes são, segundo Tardif (2002, p. 36), "saberes que se constroem no decorrer da prática e se sedimentam nas rotinas, nas estratégias e nas soluções encontradas para os desafios do ensino". Eles constituem uma dimensão vital do saber docente, pois conferem ao professor a capacidade de agir de forma contextualizada e sensível às necessidades dos educandos. Por outro lado, os saberes científicos e pedagógicos referem-se ao domínio dos conhecimentos acadêmicos, teóricos e metodológicos. Incluem os fundamentos da didática, da psicologia da educação, das teorias de aprendizagem e dos conteúdos específicos das áreas de ensino. Como destaca Mizukami (2004), a articulação

entre teoria e prática é indispensável, pois "a teoria é necessária para dar significado e fundamentação à prática, enquanto a prática permite validar, ressignificar e contextualizar a teoria" (MIZUKAMI, 2004, p. 10).

Os saberes culturais e contextuais dizem respeito à compreensão da realidade dos alunos, das suas culturas, dos aspectos sociais, econômicos e históricos que atravessam suas vidas. Freire (1996) afirma que "ensinar exige respeito aos saberes dos educandos" (FREIRE, 1996, p. 24), reconhecendo que os sujeitos chegam à escola carregados de experiências, saberes populares e culturais que devem ser valorizados como ponto de partida no processo educativo. Esses saberes, articulados, conferem ao professor a possibilidade de exercer sua prática de maneira crítica, ética e comprometida. Nesse sentido, a atuação docente também pressupõe o desenvolvimento de competências profissionais, que são fundamentais para a efetivação de uma educação de qualidade. Entre essas competências, destaca-se o planejamento pedagógico, entendido como um processo dinâmico, reflexivo e contínuo, que organiza e orienta as ações educativas. A mediação pedagógica é outra competência central, pois exige do professor sensibilidade, escuta ativa e capacidade de construir situações de aprendizagem que promovam o desenvolvimento dos alunos de forma significativa.

A avaliação formativa, conforme defende Hoffmann (1996), integra-se como parte indissociável do processo de ensino e aprendizagem, permitindo que o professor acompanhe, compreenda e intervenha no percurso dos estudantes, priorizando o desenvolvimento e não apenas os resultados. Além disso, a prática docente exige uma postura ética e política, compromisso fundamental para a construção de uma educação emancipadora. Hoffmann reforça que a avaliação deve ser compreendida como um processo formativo, que contribui para que o estudante perceba seu próprio desenvolvimento, ao invés de ser um mecanismo de punição ou exclusão. Para a autora, "avaliar é assumir um compromisso com o aprender, com o compreender, com o respeitar o outro" (HOFFMANN, 1996, p. 34). Nesse contexto, o planejamento pedagógico adquire um caráter ético e político, deixando de ser uma tarefa meramente burocrática. Freire (1996) afirma que "ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando" (FREIRE, 1996, p. 67), o que implica em um planejamento que valorize os saberes dos alunos e promova práticas pedagógicas que estejam alinhadas à construção da cidadania e da justiça social.

A relação entre teoria e prática é, portanto, indissociável na constituição do saber docente. Como salienta Mizukami (2004), "não há prática sem teoria, nem teoria sem prática; elas se constroem e se realimentam mutuamente" (MIZUKAMI, 2004, p. 10). Isso significa que os saberes acadêmicos, pedagógicos e científicos precisam estar articulados às vivências

do cotidiano escolar, permitindo que o professor interprete e intervenha de maneira qualificada na realidade educacional. Freire (1996) afirma que "ensinar exige reflexão crítica sobre a prática" (FREIRE, 1996, p. 23), o que implica que o professor deve constantemente refletir sobre sua atuação, seus objetivos e os impactos sociais do seu trabalho. Assim, a docência não se reduz a um conjunto de técnicas, mas constitui-se como uma prática social, ética, política e cultural, fundamentada na mobilização de saberes e competências que permitem ao professor atuar de maneira crítica, transformadora e comprometida. Tardif (2002) contribui para essa reflexão ao destacar que os saberes docentes "são saberes sociais, produzidos na e pela prática, em interação constante com o contexto" (TARDIF, 2002, p. 36). Dessa forma, os saberes profissionais são fruto da articulação entre os conhecimentos científicos, os saberes pedagógicos, os saberes da experiência e os saberes culturais, tornando o professor um intelectual que opera na mediação entre os diferentes mundos que atravessam a escola.

O exercício da docência, na contemporaneidade, está marcado por uma série de desafios que atravessam tanto as dimensões pedagógicas quanto às condições objetivas de trabalho. A desvalorização profissional dos professores é uma realidade global, manifestada em baixos salários, falta de reconhecimento social e ausência de políticas públicas eficazes que assegurem condições dignas de trabalho e desenvolvimento profissional. Segundo o Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO (2021), milhões de professores em todo o mundo trabalham em contextos de precarização, enfrentando não apenas baixos rendimentos, mas também jornadas exaustivas e ausência de suporte institucional adequado. Dalila Andrade Oliveira (2004) destaca que a precarização do trabalho docente não é um fenômeno isolado, mas um reflexo das políticas neoliberais que passaram a orientar as reformas educacionais desde os anos 1990. Para a autora, tal precarização manifesta-se na intensificação do trabalho, no acúmulo de funções, no excesso de burocracia e na perda progressiva de autonomia docente. Essa condição não apenas compromete a qualidade do processo educativo, como também impacta diretamente na saúde mental dos professores.

Além das condições materiais de trabalho, os desafios pedagógicos são igualmente significativos. A docência contemporânea demanda que o professor atue frente a uma sala de aula cada vez mais heterogênea, marcada pela diversidade cultural, social, étnica, de gênero e de capacidades. Isso exige uma prática pedagógica que dialogue com os princípios da educação inclusiva, do respeito às diferenças e da promoção de uma aprendizagem significativa para todos os alunos. Ademais, o avanço das tecnologias digitais introduziu novas demandas no cotidiano escolar. Se, por um lado, esses recursos oferecem possibilidades

inovadoras para a mediação pedagógica, por outro, evidenciam desigualdades no acesso, além de demandarem dos professores competências digitais que nem sempre foram contempladas em sua formação inicial ou continuada. Os desafios contemporâneos também estão associados às novas demandas sociais e culturais, como a educação para os direitos humanos, para a cidadania digital, para a sustentabilidade ambiental e para a convivência democrática. Enfrentar essas questões requer do professor não apenas atualização constante, mas, sobretudo, uma postura ética, política e reflexiva, como enfatiza Freire (1996).

A consequência direta desse cenário é o agravamento das questões relacionadas à saúde mental dos docentes. O estresse crônico, a síndrome de burnout e o esgotamento físico e emocional são realidades frequentemente relatadas por professores em diversos contextos educacionais. De acordo com dados da UNESCO (2021), há uma crescente preocupação mundial com os índices de adoecimento mental dos profissionais da educação, fenômeno relacionado diretamente às condições precárias de trabalho e às exigências crescentes da profissão.

A reflexão acerca do ofício docente permite compreender que ser professor, na contemporaneidade, é assumir um papel que transcende a mera transmissão de conteúdos. Trata-se de um trabalho que articula dimensões pedagógicas, políticas, sociais e éticas, fundamentado na mobilização de saberes diversos e na construção de práticas reflexivas, críticas e emancipatórias. Os desafios enfrentados pelos professores, como a desvalorização profissional, a precarização das condições de trabalho, as exigências pedagógicas frente à diversidade e à inclusão, bem como os impactos na saúde mental, demonstram que a docência é atravessada por tensões estruturais e contextuais que exigem respostas coletivas, institucionais e formativas. Nesse sentido, a compreensão dos saberes docentes, fundamentada nas contribuições de autores como Freire, Tardif, Hoffmann e Mizukami, evidencia que a práxis educativa é um movimento constante entre teoria e prática, entre reflexão e ação, sempre orientado pela busca da autonomia dos educandos e da transformação social.

Diante desse panorama, torna-se fundamental ouvir e analisar as vozes dos professores que atuam na rede pública de ensino. Suas experiências, percepções, desafios e saberes construídos no cotidiano escolar permitirão aprofundar a compreensão dos sentidos que atribuem à sua prática docente. É justamente essa análise que será realizada no capítulo seguinte, por meio da sistematização e interpretação das entrevistas realizadas com professores, permitindo um diálogo entre a reflexão teórica e a realidade concreta da sala de aula.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A discussão sobre a prática docente e a avaliação da aprendizagem ocupa lugar central nos debates sobre a qualidade da educação básica. Neste capítulo, serão analisadas as vozes de duas professoras da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, com base em entrevistas realizadas no contexto desta pesquisa. As falas das docentes são confrontadas com referenciais teóricos da área, buscando compreender como se estruturam as práticas avaliativas no cotidiano escolar, quais são seus limites, possibilidades e sentidos atribuídos pelas profissionais. A pesquisa se concentra em professoras que lecionam na Escola Estadual José Maria Hugo Rodrigues. A Escola José Maria está situada no bairro Mata do Jacinto, região norte de Campo Grande (MS), e se destaca por ser a única da região a oferecer o Ensino Médio, atendendo a estudantes de mais de trinta bairros, sobretudo oriundos das camadas populares e médias.

A escola funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, com uma infraestrutura robusta composta por salas de tecnologia, biblioteca, laboratórios de Ciências e Matemática, quadras de esportes, auditório, sala de vídeo e outros ambientes que favorecem o desenvolvimento integral dos estudantes. Esse contexto estrutural e social em que a escola está inserida exige dos professores práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade, a inclusão e a promoção da aprendizagem significativa. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola demonstra uma concepção pedagógica fundamentada na Tendência Histórico-Crítica e orientada por diretrizes da BNCC e do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul.

Essa base teórica influencia diretamente a organização das práticas docentes, refletindo um compromisso com a formação cidadã e crítica dos estudantes. A proposta é centrada no professor como mediador e agente ativo no processo de ensino-aprendizagem. Os professores devem partir da realidade do aluno, valorizando seus saberes prévios, com metodologias que promovam a construção ativa do conhecimento. Há destaque para a integração entre teoria e prática, considerando a interdisciplinaridade como eixo fundamental da prática pedagógica. A escola propõe o planejamento colaborativo entre professores de uma mesma área do conhecimento, promovendo a articulação de temáticas integradoras por bimestre. Essa organização favorece a coerência didática e a unidade pedagógica, aliviando a sobrecarga discente e promovendo o trabalho em equipe entre os docentes.

A prática avaliativa preconizada no PPP é formativa, diagnóstica e processual. Parte-se da compreensão de que avaliar é acompanhar a aprendizagem e tomar decisões sobre

ela, o que exige do professor constante observação e intervenção pedagógica. São combatidas as práticas tradicionais de avaliação classificatória e punitiva, e estimula-se a utilização de instrumentos diversos (projetos, cadernos, simulados, autoavaliação etc.). O PPP apresenta um plano sistematizado para recomposição da aprendizagem, envolvendo diagnóstico inicial, eletivas obrigatórias de acompanhamento e retomadas planejadas. Os professores são co-responsáveis por esses processos, cabendo-lhes ajustar metodologias e intensificar o apoio aos estudantes com baixo desempenho.

A escola incentiva o uso de metodologias ativas (aprendizagem por estações, oficinas, projetos, visitas técnicas, produções audiovisuais etc.). Os docentes têm papel essencial na aplicação dessas práticas, sendo também valorizada a produção e uso de materiais didáticos. O PPP propõe a formação continuada dos professores como estratégia para aprimoramento das práticas. São sugeridos encontros, grupos de estudos, trocas de experiências e uso de cronogramas para organização das datas e temas. A formação está integrada ao cotidiano escolar. Os professores têm participação ativa na avaliação institucional, refletindo sobre suas práticas e contribuindo para a revisão crítica do PPP. A reflexão coletiva e o compromisso com a melhoria são apresentados como parte da cultura da escola. O PPP da EE José Maria Hugo Rodrigues revela uma compreensão ampliada e crítica do papel docente. Os professores são considerados protagonistas na construção de um ensino de qualidade, responsáveis não apenas pela transmissão de conteúdo, mas por um trabalho pedagógico articulado, interdisciplinar, formativo e voltado à cidadania. A prática docente, portanto, é atravessada por uma postura investigativa, colaborativa e comprometida com a aprendizagem de todos os estudantes.

Iremos identificar as professoras participantes da pesquisa com Professora A e Professora B, para manter o sigilo de suas identidades. As duas entrevistadas trilharam caminhos distintos em sua formação docente. Enquanto Professora A (48 anos) cursou licenciatura em História entre 1999 e 2003, a professora B (28 anos) é formada em Ciências Sociais e realizou formação pedagógica em Sociologia durante o mestrado em Antropologia. Apesar das diferenças, ambas apontam a ausência de uma formação adequada para a prática avaliativa: “A gente tinha mesmo, acho que uma matéria, metodologia do ensino, sei que lá. Mas, só que na prática na escola é bem diferente. Não é como na faculdade. Bem diferente. Até estranha.” (Professora A). “Na faculdade, não. No curso pedagógico eu tive uma disciplina só de avaliações, mas na graduação, em Ciências Sociais, não tinha, era muito focado em pesquisa.” (Professora B).

A lacuna apontada pelas entrevistadas ecoa as reflexões de Hoffmann (1993), para quem a avaliação escolar permanece presa a uma lógica classificatória e conteudista, sem que haja formação crítica que problematize seu papel no processo pedagógico.

Ao serem questionadas sobre o sentido e o papel da avaliação da aprendizagem, as duas professoras entrevistadas expressaram compreensões que vão além da mera atribuição de notas. Suas falas revelam tanto uma visão crítica da lógica avaliativa tradicional quanto um desejo de construir práticas mais formativas e significativas.

A Professora A, por exemplo, descreve a avaliação como um “caminho”, sugerindo um processo que acompanha o estudante ao longo da aprendizagem: “avaliação? Ai eu não sei se seria bem uma ponte, um caminho. [...] Através da avaliação a gente vê onde vai chegar. Então seria mais ou menos isso. O caminho da sabedoria”

Essa imagem de processo formativo está em consonância com autores como Cipriano Luckesi (2011), que defende que avaliar deve ser um ato de promoção da aprendizagem, e não de verificação excludente. Para Luckesi, a avaliação “não pode ser instrumento de exclusão, mas deve ser um momento de reflexão e intervenção pedagógica”.

A Professora B, por sua vez, vai além da ideia de percurso e vincula a avaliação à formação crítica do sujeito, “acho que seria ‘formação’. [...] Avaliação é você entender um conteúdo e depois conseguir aplicar em outras áreas da sua vida. Avaliação não está só na parte de você poder responder e 'check'”

Essa concepção se aproxima da proposta de Jussara Hoffmann (1993), que entende a avaliação como parte do processo de construção do conhecimento, devendo considerar a singularidade dos sujeitos e suas formas de aprender. Para Hoffmann, “avaliar é compreender o aluno em sua totalidade e ajudá-lo a superar dificuldades, num processo contínuo e interativo”.

No entanto, ambas as docentes reconhecem que, na prática, as condições de trabalho e os modelos impostos pelas políticas educacionais dificultam a realização de uma avaliação verdadeiramente formativa. A Professora B aponta a incongruência entre os discursos institucionais e a realidade escolar:

Eu vejo que os teóricos da Educação, e eu sou uma pesquisadora também, eu fico pensando que eu não posso ser assim. Mas quando vejo os teóricos falando das jornadas formativas, a sensação que eu tenho é que essa pessoa nunca pisou numa sala de aula.

Essas concepções dialogam com a perspectiva de Luckesi (2011), que compreende a avaliação como um processo dialógico, mediador da aprendizagem e comprometido com a formação humana. No entanto, as práticas vivenciadas pelas docentes estão distantes desse

ideal, como destaca Professora A: “a prova bimestral mesmo não pode ser dissertativa. Só de múltipla escolha. Prova oral, nem em sonho. [...] Porque a gente tem uma aula, em média, por semana, então, não tem como você fazer”.

Ambas as professoras destacam a presença de exigências externas que restringem sua autonomia pedagógica. A obrigatoriedade do RAV (Recuperar para Avançar), a estrutura de avaliação por componentes curriculares e a exigência de “boas médias” comprometem uma prática avaliativa mais formativa:

Tem aluno que tira tudo zero. Vamos supor, durante o semestre, porque eles sabem que tem essa prova. [...] Aí quem é o culpado é o professor. Você tem que fazer todo o relatório explicando o que que você fez. (Professora A)
A sensação que eu tenho é que estão colocando na avaliação só a responsabilidade do professor. Como se não houvesse uma contrapartida do aluno, do estudante ou da família do estudante. (Professora B)

Freitas (2012) adverte que a cultura da performatividade e dos rankings imposta pelas avaliações externas fragiliza o papel pedagógico da escola e rebaixa a avaliação à mera função estatística.

As professoras entrevistadas relatam atuar com mais de vinte turmas, em escolas distintas e em diferentes turnos, com pouco tempo para planejamento, correção e formação. A segunda entrevistada menciona diretamente o impacto sobre a saúde mental: “Tinha uma sala que eu entrava e acho que demorava uns 20 minutos para eles conseguirem se acalmar para a gente conversar. [...] Isso estava me adoecendo.” (Professora B)

As professoras também refletiram sobre suas experiências com formação continuada, apontando tanto sua importância quanto suas limitações. A Professora A destacou que “gosta dos cursos”, mas que raramente consegue aplicar algo do que é aprendido, pois falta estrutura, apoio ou tempo. Já a Professora B foi mais crítica:

Quando tem [formação], é sempre uma pessoa falando que a gente... É uma pessoa que não entra em sala de aula, sabe? Eu falo: cara, você não entra em sala de aula com pelo menos uns 38 alunos para a gente falar sobre avaliação.

Esses relatos evidenciam a dissociação entre o discurso institucional e a realidade prática dos professores. Segundo Tardif (2002), os saberes da experiência, construídos no enfrentamento das situações concretas de sala de aula, precisam ser reconhecidos como legítimos no processo formativo. A desvalorização desses saberes, somada à burocratização da formação, contribui para a percepção de inutilidade dos programas de capacitação. Essa crítica revela um tensionamento entre a teoria e a prática. Philippe Perrenoud (1999) já

alertava que implementar uma avaliação formativa exige mudanças profundas na cultura escolar, na formação docente e na organização do trabalho pedagógico. Para ele, “não basta introduzir novos instrumentos; é preciso construir um novo olhar sobre o aluno e o processo de aprendizagem”.

Outro ponto emergente nas entrevistas diz respeito à percepção social da docência. As falas revelam a vivência de estigmas, especialmente no trato com a família e com setores da sociedade que veem a escola apenas como espaço de guarda. “Parece que eu não sou professora, parece que eu sou babá.” afirma a Professora A. A Professora B concorda, “Tem pai que fala: ‘vocês têm que resolver aí. Eu resolvo as coisas na minha casa.’ [...] Como se o filho fosse meu.”

A falta de reconhecimento do trabalho docente aparece como fator de desgaste emocional e simbólico, afetando a constituição da identidade profissional. Como afirma Dubar (2005), a identidade profissional docente se constrói na tensão entre a trajetória individual e o reconhecimento institucional e social.

Os salários baixos, as salas de aula superlotadas... [...] Não tem infraestrutura. O professor parece que... Eu falo assim, o professor [vale o mesmo] que o mosquito do cocô do cavalo do bandido. [...] enquanto a gente não resolver isso, não resolver a disparidade entre relação convocado e efetivo, enquanto a gente não mudar o nosso teto salarial, enquanto a gente não valorizar a Educação, não tem Cristo, não tem Bolsa no mundo que vai fazer alguém querer ser professor. (Professora B)

Apesar das adversidades, as professoras demonstram grande capacidade de reinvenção. A Professora B, por exemplo, relata o uso de jogos, podcasts, seminários e mapas mentais como estratégias avaliativas e de engajamento dos alunos:

Fiz bingo, quiz na informática. Acho que de tudo um pouco, até eu achar onde que... Na verdade, eu tento sempre mudar a avaliação mensal. Então falo para os meus alunos, e depende do meu tempo, né. O tempo do bimestre. Por exemplo, neste bimestre a gente fez avaliação mensal; no primeiro ano, foi um seminário, no segundo ano, foi atividade ao longo do bimestre, foram pesquisas ao longo do bimestre, e no terceiro ano, foi um quadro comparativo. (Professora B)

Essas práticas revelam um esforço contínuo de mediação pedagógica, mesmo diante de recursos escassos e da sobrecarga de trabalho. Como destaca Charlot (2000), o professor é um sujeito que produz saberes em situações de conflito e contradição. A capacidade de criação e adaptação, ainda que limitada, é uma forma de resistência ativa.

As entrevistas analisadas reforçam a complexidade da prática avaliativa e da docência em contextos públicos marcados por precarização e responsabilização unidirecional dos professores. As docentes entrevistadas evidenciam que, apesar das políticas padronizadas e das estruturas engessadas, a avaliação ainda é um campo de disputa simbólica e pedagógica.

A escuta das experiências docentes permite não apenas compreender os limites institucionais, mas também vislumbrar caminhos de transformação que passam pela valorização dos saberes da prática, pela autonomia pedagógica e pela reconstrução de vínculos entre escola, família e comunidade. Em síntese, as falas das professoras entrevistadas apontam que a avaliação, em sua função ideal, deve contribuir para o desenvolvimento do estudante, promovendo reflexões, engajamento e autonomia. Contudo, na realidade concreta das escolas públicas, o que prevalece ainda é a lógica da mensuração, do controle e da adaptação forçada aos sistemas externos de responsabilização. Isso reforça a importância de repensar o papel da avaliação a partir da escuta dos docentes e da valorização de suas experiências concretas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wildner dos Santos; ZANDEVALLI, Carla Busato. BNC- Formação e as reformas curriculares neoliberais: As mudanças nos Currículos dos Cursos de Licenciatura em História em Mato Grosso do Sul. *In*: ZANDEVALLI, Carla Busato; SANTOS, Maria Aparecida Lima dos. **Formação docente e currículos em tempos de BNCC: competências e habilidades para qual qualidade?** São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. **IDEB** – Anos finais do Ensino Fundamental (Rede pública). Censo Educacional 2021. Brasília, 13 de setembro de 2022.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DUARTE, C.E.L. Avaliação da aprendizagem escolar: como os professores estão praticando a avaliação na escola. **Holos**, Natal, v. 8, p. 53-67, 2015.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 31. ed.

São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Carta aos Professores*. In: _____. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A avaliação como instrumento de regulação da qualidade do ensino*. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação**: mito e desafio. 41º ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 1996.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. Porto Alegre: Mediação, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

LUCKESI, C. Avaliação da Aprendizagem Escolar: apontamentos sobre a pedagogia do exame. **A Tecnologia Educacional**, n. 20, v. 101, p. 82-6, jul. 1991.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, C. Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola? In: **A construção do projeto de ensino e a avaliação**. São Paulo: FDE, 1990. p. 71-80.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2014.

MARTINS, Marcus. Avaliação da aprendizagem no ensino de História: entre “silêncios de” e “desafios para” um campo de pesquisa. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO** (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 38, p. 152-168, Jan-Jun, 2020

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. A prática de ensino e a formação de professores: perspectivas e reflexões. *Revista Educação e Sociedade*, v. 25, n. 89, p. 7-25, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho Docente e Neoliberalismo: Redefinições do trabalho docente no contexto das reformas educacionais dos anos 1990. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 88, p. 1017-1036, 2004.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIAGET, Jean. **"A Construção do Real na Criança."** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PISTRAK, Mikhail M. Ensino. *In*: _____. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SAVIANI, Dermeval. "**Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações." Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, A. C. da. Entrevista. *In*: ELLIOT, L. G. **Instrumentos de avaliação e pesquisa**: Caminhos para construção e validação. 1. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012. p. 149-192.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDIF, Maurice. *Os Saberes da Docência: natureza, aquisição e desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

UNESCO. *Relatório de Monitoramento Global da Educação: Os professores na linha de frente*. Paris: UNESCO, 2021.

VYGOTSKY, Lev S. Interação entre aprendizado e desenvolvimento. In: _____. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

A INCONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO QUE ESTABELECE REGRAS DE ESTABILIDADE E OS REFLEXOS DA LEI ORGÂNICA NACIONAL, LEI FEDERAL nº 14.751/2023

Ana Luiza Maccari *

Gilberto de souza Vianna**

RESUMO

O presente artigo analisará a constitucionalidade e os impactos do dispositivo da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (Lei nº 14.751/2023)¹ que estabelece regras para a estabilidade dos militares estaduais em Santa Catarina. Inicialmente, será feita uma revisão dos dispositivos constitucionais com foco na legislação em comento, a qual será examinada possível inconstitucionalidade do dispositivo que trata do prazo para estabilidade, analisando o arcabouço constitucional como um todo, e fazendo uso de precedentes jurídicos e doutrinários. Sequencialmente, será feita breve análise da estrutura judicial, com o foco na existência de dispositivo processual adequado para analisar e sanear a questão. Além disso,

¹*Tenente-coronel da Polícia Militar de Santa Catarina, graduada em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduada em administração em segurança Pública com ênfase na Atividade Policial Militar pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Contato: ana.maccari@gmail.com

** Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Frequentou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Autor de “O Cruzeiro e a Corrente” (Editora Dialética, 2020). É oficial da reserva. Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG), é pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos (CEE). Contato: gilberto.vianna@esg.br

Em alguns Estados a Polícia Militar e o corpo de Bombeiro fazem parte da mesma instituição. (N.A)

serão discutidos os reflexos da novel legislação frente às normatizações estaduais e a premente necessidade de adequação legal para garantir segurança jurídica e bem-estar dos militares estaduais.

Palavras-chave: Polícia Militar. Lei Orgânica Nacional. Estabilidade. Constitucionalidade.

ABSTRACT

This article will analyze the constitutionality and impacts of the provision of the National Organic Law of the Military Police and Military Fire Brigades of the States, the Federal District and the Territories (Law nº 14,751/2023) which establishes rules for the stability of the state military in Santa Catarina. Initially, a review of the constitutional provisions will be carried out focusing on the legislation under discussion, which will examine the possible unconstitutionality of the device that deals with the period for stability, analyzing the constitutional framework as a whole, and making use of legal and doctrinal precedents. Subsequently, a brief analysis of the judicial structure will be made, focusing on the existence of an adequate procedural device to analyze and resolve the issue. Furthermore, the consequences of the new legislation in relation to state regulations and the pressing need for legal adaptation to guarantee legal security and well-being of state military personnel will be discussed.

Keywords: Military Police. National Organic Law. Stability. Constitutionality.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e progressão das instituições militares estaduais ocorreram de forma diversa, uma vez que são diretamente impactadas pelas políticas públicas estabelecidas em âmbito estadual, em conformidade com a subordinação e competências estabelecidas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88, que assim dispõe:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

(...)

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

(...)

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

(...)

§ 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (BRASIL, 1988)

A hodierna pretensão de estabelecer diretrizes de alcance nacional, visando maior uniformidade entre as forças policiais e os corpos de bombeiros dos estados, tem sido manifestada em âmbito ministerial.

Nesta lógica, a mesma Carta Magna concedeu de forma privativa à União a competência de legislar normas gerais para assuntos específicos dos militares dos estados, trazendo em seu rol taxativo temas como a organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, inatividade e pensão.

Em meio à discussão sobre o tema, no escopo de uniformização das instituições, eis que é promulgada a Lei federal nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, cuja ementa trata da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios – LOBNPM/BM, normatizando e estabelecendo diretrizes para o grande contingente militar existente nos estados e no Distrito Federal.

A edição da supramencionada legislação marca um importante avanço legislativo no país, que busca uniformizar e modernizar as normas gerais que regem as instituições estaduais militares, com uma série de mandamentos e dispositivos de aplicação em âmbito nacional.

Neste norte, a lei federal supramencionada apresentou de forma taxativa parâmetros legais no que tange a estabilidade dos militares estaduais, fixando o lapso temporal de três (03) anos.

Sobre o tema, há de se observar as competências reservadas aos entes federativos por dispositivos da própria CRFB/88, a qual de forma expressa, através da análise do seu art. 42, §1º, determina que lei estadual específica trate do tema em comento, ou seja, sobre estabilidade.

Presente aparentemente o conflito constitucional, importante é que a norma está vigente e produzindo efeitos legais, com reflexos práticos para os militares dos estados e entender essas mudanças é crucial para assegurar que as adaptações necessárias sejam feitas de maneira correta e eficaz.

1 A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO QUE TRATA DA ESTABILIDADE PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 14.751/2023

A Lei nº 14.751/2023, legislação federal que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, introduziu dispositivo que trata do prazo para estabilidade dos militares estaduais, gerando discussões acerca da sua constitucionalidade.

O cerne da discussão reside no conflito aparente entre o dispositivo da nova legislação, que trata do instituto da estabilidade e a leitura e interpretação dos artigos 22, 42, § 1º e 142, § 3º inciso X, da Constituição Federal de 1988.

Em relação à uniformidade, a mesma Carta Magna, no estabelecimento de atribuições aos entes federados, concedeu de forma privativa à União a competência de legislar normas gerais para assuntos específicos, trazendo em seu rol taxativo, matérias como a organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, inatividade e pensão. Neste sentido, segue abaixo, *ipsis litteris*, o retromencionado dispositivo:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividade e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares; (BRASIL, 1988, art.22)

No que tange o importante inciso em destaque, o constituinte conferiu, sob a importância e proteção do manto constitucional, matérias cuja competência caberia à normativa federal, sob proposta do Poder Executivo, seguindo sua regular tramitação e análise junto ao Poder Legislativo. Na ausência de uma lei federal específica, nos termos das diretrizes constitucionais, durante mais de 03 (três) décadas, o Decreto-Lei nº 667/1969 foi aplicado como norma geral, em razão de seu conteúdo, e por seu acolhimento na condição de lei ordinária, através do instituto da recepção.

Sobre esta condição legal, ao tratar da aplicação do Decreto-Lei nº 667/69, Bail e Rocha (2023, p.2) posicionam-se no seguinte sentido: “Ocorre, no entanto, que a atual norma que se presta ao intento é anterior a própria Constituição, não refletindo mais a realidade, falhando, por conseguinte no fito de manter a uniformidade entre as forças estaduais.”

Em meio à discussão sobre a obsolescência e inadequação da norma vigente, eis que é promulgada a Lei federal nº 14.751 de 12, de dezembro de 2023, cuja ementa trata da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, normatizando e estabelecendo diretrizes para o grande contingente militar existente nos estados e no Distrito Federal, em conformidade com a previsão constitucional.

Entre muitos outros assuntos de importância ímpar para as corporações militares dos estados, a Lei federal nº 14.751/2023 também apresentou alterações sobre o prazo de estabilidade que devem ser aplicados, sob o conceito de que se trata de uma garantia. Neste

norte, a lei federal retromencionada estabeleceu de forma taxativa o lapso temporal de três (03) anos para que o militar estadual contraia a estabilidade, conforme é possível verificar do artigo abaixo da legislação em comento:

Art. 18 - São garantias das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, bem como de seus membros ativos e veteranos da reserva remunerada e reformados, entre outras:

(...)

XXVI - estabilidade dos militares de carreira após 3 (três) anos de efetivo serviço nas corporações militares; (BRASIL, 2023, art.18).

A estabilidade é um direito concedido ao militar estadual, após determinado período de efetivo serviço na Corporação, situação que visa oferecer maior segurança e proteção ao desenvolvimento de suas atividades, seja na atividade fim ou na atividade meio.

Sobre este direito, há de se observar as competências reservadas aos entes federativos por dispositivos da própria Constituição Federal, o qual de forma expressa, através da análise do seu artigo 42, §1º c/c art. 142, § 3º inciso X, determina que **lei estadual específica** trate do tema em comento, ou seja, cabe aos poderes executivo e legislativo estadual definir matéria que trate sobre estabilidade.

Neste contexto, ressaltamos que a Constituição Federal de 1988, ao tratar da estabilidade específica dos integrantes das instituições militares estaduais, fez uma complexa construção, porém bastante precisa, no que tange a competência legislativa para tratar do tema, conforme extraímos a seguir do artigo 42, § 1º:

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, **cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X**, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. (**grifo nosso**)

E conforme conteúdo elencado no inciso X, do art. 142, § 3º do mesmo diploma, importante evidenciar (BRASIL, 1988, art. 42):

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

(...)

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, **a estabilidade** e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. (**grifo nosso**)

Nesta lógica, se faz pertinente uma análise sobre estes parâmetros legais e os limites estabelecidos pela Carta Magna, de forma a verificar se a matéria em questão deve ser objeto de lei federal, ou se ofende as competências reservadas aos estados.

Nesta perspectiva, no que tange o inciso que trata das normas gerais das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, a Constituição Federal elencou um rol de temas específicos sobre os militares estaduais, e não qualquer temática envolvendo esta categoria.

Ainda tratando do bojo constitucional, o diploma possui outros artigos aplicáveis aos militares dos estados, em especial os assuntos mencionados no art. 42, § 1º c/c o art. 142, § 3º, inciso X, os quais devem ser tratados por lei estadual específica, situação na qual está inserida de forma incontestável a ESTABILIDADE!

Sobre o tema, cabe trazer ao presente trabalho os ensinamentos de Moraes (2022, p. 485) que aduz taxativamente:

A própria Constituição Federal, porém determina a aplicação aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, das disposições previstas no art. 14, § 8º, no art. 40, § 9º, e no art. 142, §§ 2º e 3º. Caberá ainda **a lei estadual especificar** sobre o ingresso dos Militares dos estados, os limites de idade, **a estabilidade** e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, consideradas as peculiaridades de suas atividades. **(grifo nosso)**

Nesta seara, a novel legislação federal, cujos dispositivos deveriam ser de ordem geral sobre os temas elencados no inciso constitucional afim, dispôs de forma bastante taxativa sobre outros temas, dentre eles, destacamos o período fixado pela lei para a garantia da estabilidade a ser aplicada aos militares dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Considerando que a legislação em comento é especialmente recente e não houve lapso temporal suficiente para a existência de jurisprudência formal a ser analisada no presente artigo, é válido trazermos tema correlato, tratando da normativa do art. 22, XXI da Constituição Federal de 1988, com o seu rol exaustivo de temas, e a edição de norma federal de aplicação geral sobre outra matéria como forma de analogia.

Nesse ponto de vista, cabe destaque a norma federal que trata do Sistema de Proteção Social dos Militares, aplicada aos militares federais e estaduais.

Importante salientar que a inatividade e pensões atinentes aos militares estaduais não se encontrava citada como objeto de norma geral federal, nos termos do artigo 22, inciso XXI da Lei Maior, sendo assim, de competência dos estados legislarem sobre a matéria, uma vez que se encontrava no rol de temas do art. 142, §3º, X da Constituição Federal de 1988.

Por esta lógica, a matéria tratando de questões relacionadas à inatividade e pensões eram tratadas no âmbito legislativo dos estados, em conformidade com os ditames constitucionais (art. 41, § 1º c/c art. 142, §3º, X).

Para sanear a legalidade e constitucionalidade da inclusão dos militares estaduais na proposta de lei federal, que culminou na Lei federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que trata do Sistema de Proteção Social dos Militares, houve a necessidade de suplementar as matérias do artigo 22, inciso XXI da Constituição Federal, através da Emenda Constitucional nº 103 de 2019 que incluiu a inatividade e pensões no rol de temas elencados como de competência privativa da União para legislar sobre normas gerais.

Desta forma, não há o que questionar a constitucionalidade da legislação supramencionada, considerando a alteração do texto da Lei Maior, respeitando o devido rito e quórum exigidos para tal alteração.

Importante evidenciar que em relação à estabilidade não houve suplementação do rol de matérias elencadas. Há realmente, o conceito insculpido na própria lei federal denominando a estabilidade como garantia, esta última contemplada no rol do art. 22, XXI, situação que aparentemente sanearia qualquer interpretação diversa acerca da competência da União. No entanto, não se pode desconsiderar que há previsão constitucional específica quanto à competência estadual sobre a matéria, prevista na própria Constituição Federal, não podendo ser suplantada por norma hierarquicamente inferior.

Conforme ratificado anteriormente neste capítulo, antes da Emenda Constitucional nº 103/2019, quando se tratava da inatividade, o entendimento jurisprudencial era no sentido de reconhecer a competência da legislação estadual por força do art. 42, § 1º c/c art. 142, § 3º, X da CF/88 .

Sob este ponto de vista, podemos citar o julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal de Recurso Especial, de relatoria da Ministra Ellen Gracie no ano de 2010:

Cabe à lei estadual, nos termos da norma constitucional do art. 142, § 3º, X, regular as disposições do art. 42, § 1º, da CF e estabelecer as condições de transferência do militar para a inatividade.” [RE 495.341 AgR, rel. min. Ellen Gracie, j. 14-9-2010, 2ª T, DJE de 1º-10-2010.]

Nessa acepção, o novel mandamento federal em comento vai de encontro a inúmeras legislações e diretrizes estaduais e criou um imbróglio jurídico em razão da flagrante incompetência da legislação federal para tratar da matéria, contrariando dispositivos constitucionais inequívocos que determinam expressamente a competência do ente estadual.

Ao tratar da repartição de competências determinado pela Constituição Federal de 1988, José Afonso da Silva, reconhecido doutrinador constitucional, ensina:

A nossa constituição adota esse sistema complexo que buscar realizar o equilíbrio federativo, por meio de uma repartição de competências que se fundamenta na técnica da enumeração dos poderes da União (art. 21 e 22), com poderes remanescentes para os Estados (art. 25, §1º) e poderes definidos indicativamente para os municípios (art.30), mas combina, com esta reserva de campos específicos, (nem sempre exclusivos, mas apenas privativos), possibilidades de delegação (art. 22, parágrafo único), áreas comuns onde se preveem atuações paralelas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 23) e setores concorrentes entre União e Estado, em que a competência para estabelecer políticas gerais, diretrizes gerais ou normais gerais cabem à União enquanto se defere aos Estados e até aos Municípios a competência suplementar (SILVA, 2005, p.479).

Em termos de análise do arcabouço jurídico, é evidente que nossa Constituição Federal de 1988 é um documento complexo, devendo ser interpretado de forma sistemática. Tal documento organiza e estrutura os poderes e direitos no país. Para entender possíveis conflitos entre o artigo 22, inciso XXI, o artigo 42, §1º e o artigo 142, §3º, é importante analisar o conteúdo específico de cada artigo, sua posição na organização do texto constitucional e como eles podem interagir.

O artigo 22, inciso XXI, dá à União a competência para estabelecer normas gerais sobre a organização e funcionamento das polícias militares e corpos de bombeiros militares em temáticas específicas, tendo sido inclusive alterado pela Emenda Constitucional nº 103 de 2019 para ampliar o rol das matérias de competência da União, incluindo a inatividade e pensões, possibilitando que tais matérias fossem posteriormente objeto de legislação federal para estabelecimento de normas gerais a ser aplicada aos militares dos estados.

Nesta senda, não houve alteração constitucional do artigo 22, inciso XXI para inclusão via emenda constitucional, restando apenas o artigo 42, 1º c/c art. 142, 3º X, que menciona caber à lei estadual específica dispor sobre certos assuntos, entre eles cita taxativamente o instituto da estabilidade.

Tal situação pode gerar conflitos se houver discrepâncias entre o texto da lei federal e a lei estadual sobre a adequação do conteúdo, os limites legais e a possível complementaridade ao tratar da matéria específica, sendo necessária a manutenção da segurança jurídica do país e o cumprimento fiel das normativas constitucionais.

Diante desse contexto, a constitucionalidade do dispositivo que trata da estabilidade na Lei federal nº 14.751/2023 depende de uma interpretação cuidadosa dos artigos 22, 42 e 142 da Constituição Federal.

A análise deve considerar se o dispositivo do art. 18, inciso XXVI da novel legislação federal está incluso na competência privativa da União e se não adentra na esfera

de competência dos estados, prevista nos dispositivos da Constituição Federal de 1988, conforme exposto anteriormente.

Evidenciada a incompetência, nos moldes do que determina nossa Carta Magna, é passível a declaração de inconstitucionalidade do dispositivo em questão, mantendo a harmonia e coerência do ordenamento jurídico brasileiro.

Desta forma, uma vez que a dúvida recai sobre os dispositivos constitucionais, será necessário que a lide seja levada a Corte Constitucional, ou seja, ao Supremo Tribunal Federal (STF), cuja função é interpretar os dispositivos da Constituição Federal, definindo sobre os limites de competência impostos pela Lei Maior e a constitucionalidade do dispositivo da legislação federal.

Para tanto, será necessário provocar o Poder Judiciário para atuar no controle abstrato de constitucionalidade, ou seja, torna-se imprescindível que seja impetrada Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

Considerando a importância dos meios legais para cumprimento dos dispositivos constitucionais, Sarlet; Marinoni e Mitidiero (2024, p. 1078) fazem a seguinte colocação:

A razão de ser uma ação em que se pede exclusivamente declaração de inconstitucionalidade advém da necessidade de se eliminar da ordem jurídica norma que seja incompatível com a Constituição. Tutela-se, assim a ordem jurídica. A decisão que declara a inconstitucionalidade produz efeitos *erga omnes*, resultando inquestionável diante de todos, e, na mesma medida, a norma não é mais aplicável.

A ação para a declaração de inconstitucionalidade da norma deve ser demandada junto ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102 e 103 da Constituição Federal, sendo o instrumento adequado para questionar a constitucionalidade de leis ou atos normativos federais ou estaduais.

Importante ressaltar que as decisões proferidas em ação direta de inconstitucionalidade possuem eficácia *ex tunc*, *erga omnes* e possui efeito vinculante para todo o Poder Judiciário e para todos os órgãos da Administração Pública, direta e indireta.

Logo, caso resista a constitucionalidade da competência federal sobre o tema, caberá aos estados adequarem-se para a garantia da segurança jurídica de suas corporações e de seus militares de carreira.

2. DAS ALTERAÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 14751/2023

Conforme exposto anteriormente, restou evidenciado o hiato legislativo no cumprimento do inciso XXI, do artigo 22 da Constituição Federal de 1988, no que concerne

às normas gerais que tratam da organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividade e pensões dos militares estaduais.

Neste cenário, restava premente a necessidade da edição de lei federal tratando da matéria como forma de perfectibilizar a vontade do constituinte original, expressa na Lei Maior, em substituição ao Decreto-Lei nº 667 de 1969.

Bali e Rocha (2023, p.8) ao tratar do conteúdo presente no Decreto Lei nº 667 de 1969, aduzem:

O rol de assuntos estipulados pelo decreto lei, apesar de não guardar exata correspondência, é patível com o preceito constitucional, mantendo certa similitude. Contudo, é muito anterior ao contexto atual, defasado para atualidade, sofrendo forte crítica da doutrina especializada (...)

Por força constitucional, é permitido aos estados editar normas específicas, desde que não contrariem as normas gerais editadas pela União. Nos ensinamentos de Vicente e Alexandrino (2022, p.337):

Cabe ressaltar, entretanto, que o regime anteriormente exposto – necessidade de delegação formal por parte da União para que os estados e o Distrito Federal legissem sobre “questões específicas” – não se aplicam àquelas matérias indicadas no art. 22 em que a competência privativa da União está limitada à fixação de “normas gerais”. Com efeito, quando a competência privativa conferida à União é restrita à instituição de “normas gerais”, os demais entes federados, a toda evidência, podem, independentemente da delegação formal, legislar sobre normas específicas acerca das respectivas matérias.

Desta forma, as lacunas deixadas pela norma em vigência eram preenchidas pelas legislações estaduais específicas, situação que causavam distorções e insegurança jurídica.

Essa circunstância causava percalços, pois a intenção do constituinte original tornou-se ineficaz frente às deformações trazidas pelas legislações estaduais, uma vez que o teor do Decreto-Lei nº 667 de 1969, norma geral vigente, não encontrava correspondência exata de conteúdo, criando uma lacuna jurídica, na qual cada ente federado formulou sua própria legislação.

Em razão do exposto, foi aprovada a Lei nº 14.751/2023, ou seja, a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

A nova legislação traz uma série de dispositivos, de aplicação imediata, que exigirá adequações nas normativas dos estados. A demanda surge porque a normatização específica estadual deve respeitar a novel lei geral, que não previu *vacatio legis* para a sua vigência, excetuando a adoção dos requisitos de escolaridade, situação prevista no art. 39 do diploma, o qual deve ser instituído no prazo máximo de 06 (seis) anos.

A Lei nº 14.751/2023 ou Lei Orgânica das Polícias Militares e Corpo de Bombeiro Militares (LOBNPM/BM) estabelece normas gerais, em nível nacional, para organizar e padronizar o funcionamento dessas corporações. Além disso, define garantias, deveres e vedações para as duas categorias, proporcionando amparo legal e maior segurança jurídica à atuação dos policiais militares e bombeiros. (SENADO FEDERAL, 2023).

Nos ensinamentos de Silva (2022, p.3):

Atendendo aos preceptivos constitucionais próprios, uma Lei Orgânica visa estabelecer prerrogativas, direitos, deveres e atribuições para uma instituição/corporação e seus agentes, determinando ainda diretrizes da atuação da carreira e garantindo o desempenho nas sendas da legalidade, estabelecendo uma estrutura comum e uniforme para todas as Corporações congêneres, sendo o resguardo para a execução das atividades institucionais de seus integrantes em benefício da coletividade.

Ainda em seu corpo, a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares possui 44 artigos divididos em oito capítulos. O texto atribui 25 competências aos policiais militares e 27 aos bombeiros. Os militares devem seguir 12 princípios e 20 diretrizes.

Os princípios devem estar inseridos na atuação e execução das atribuições e competências das instituições militares, enquanto cabe às diretrizes estabelecer o norte para tornar mais real sua aplicação.

No conhecimento de Baratieri; Santos e Antunes (2024):

O que fez foi, sem invadir o espaço de competência legislativa assegurado aos entes federados, instituir pontos de partida para o legislador estadual e pressupostos de atuação aos comandantes das Polícias e Bombeiros Militares; os quais precisam ser seguidos nas normativas a serem criadas e nas normas que, apesar de vigente, **não foram recepcionadas pela lei federal (grifo nosso)**.

Desta feita, nos estados federativos, algumas normas perderam sua aplicação por irem de encontro aos dispositivos da Lei federal nº 14.751/2023 sendo necessária sua revisão e readequação.

Ainda no que concerne as inovações legislativas, cabe destacar o artigo 18 da legislação federal onde são elencadas inúmeras garantias das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, e dos seus efetivos. Das garantias que terão que ser adaptadas às normas vigentes nos estados, podemos citar a previsão do inciso XXIV que impõe tempo mínimo de 1 (um) ano de permanência na unidade militar.

O supramencionado dispositivo cria uma obrigatoriedade na gestão de pessoal, uma vez que determina a manutenção do militar pelo menos por 1 (um) ano na unidade. Tal

garantia cria um critério objetivo e preserva maior segurança de atuação das atividades exercidas pelos militares estaduais.

Ainda no mesmo artigo, importante citar o inciso XXVI que traz no rol de garantias a estabilidade dos militares de carreira após 03 (três) anos de efetivo serviço nas corporações militares, situação que vai de encontro com normativas de vários estados da federação.

Estas alterações irão refletir indiretamente nas legislações que tratam dos Conselhos de Disciplina e Conselhos de Justificação, uma vez que possuem como critério objetivo a estabilidade para sua aplicação.

O artigo 22 da nova lei também traz alterações das regras aplicadas até 2023 em Santa Catarina ao tratar do militar elegível. Na hipótese do inciso III do artigo retromencionado, a agregação garante o retorno do militar ao serviço ativo.

O §2º também traz inovação legal, considerando que garante a contagem do tempo de mandato para fins de cálculo de tempo de serviço, aplicáveis nos casos em que não haja remuneração integral. É a garantia de que o período será contabilizado quando houver direito à reserva remunerada proporcional.

Outra modificação trazida pela lei é a possibilidade de permuta ou cessão de militares entre os entes federados, disposto no artigo 41.

Inúmeras são as situações as quais é de suma relevância que haja a possibilidade legal prevista no artigo 41 da lei federal para o atendimento de demandas específicas. Tal dispositivo vai ao encontro da uniformização que está sendo dado às Instituições Militares Estaduais através dos dispositivos em vigência da nova Lei Orgânica Nacional. Nesta lógica, a obra em elaboração e apoio da FENEME discorre:

Não podemos deixar de ressaltar que a cessão e a permuta se encaixam no caráter nacional das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, sendo este um dos alicerces da LOBNPM/BM, consolidando a ideia de que o militar dos estados e do Distrito Federal deve estar preparado para atuar em qualquer local do país. Para isso, devem os comandantes-gerais, que são os autorizadores da cessão ou permuta, aderirem a lógica de indivisibilidade das IMES em certas questões (...) (TEZA et al., no prelo, p. 184)

Outro dispositivo que deverá ser incorporado às normatizações das unidades federativas são as alterações determinadas pelo artigo 42 da LOBNPM/BM à Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, como verificamos abaixo nova redação:

Art. 4º [...]

[...]

IX - uso comedido e proporcional da força pelos agentes da segurança pública, pautado nos documentos internacionais de proteção aos direitos humanos de que o Brasil seja signatário;" (NR) (BRASIL, 2018, art.4º)

Com a alteração do artigo acima, procurou-se destacar os parâmetros para o uso da força pelos agentes de segurança pública, trazendo como fonte os documentos internacionais, desde que o Brasil seja signatário.

Na mesma linha, houve a inserção do artigo 4º - A que inova nos seguintes termos:

Art. 4º A - A lei do ente federado deverá conter como critério para ingresso na instituição ser aprovado em exame de saúde e exame toxicológico com larga janela de detecção.

Parágrafo único. Além dos exames do caput deste artigo, o regulamento desta Lei estabelecerá as regras do exame toxicológico aleatório. (BRASIL, 2018, art.4º A)

Com a nova redação, os editais de concurso da Polícia Militar dos estados devem fazer previsão de que, a qualquer momento da carreira, pode ser pedido exame toxicológico. Tal inovação é salutar para a disciplina e saúde dos integrantes das corporações militares, trazendo segurança para toda a população que tem o direito de ser atendida por profissional de segurança hígido, atuando sem efeitos de entorpecentes. Cabe destacar que a redação trata de todos os militares, ou seja, Praças e Oficiais, policiais militares da reserva, não havendo exceção legal por exercício de função.

Outro ponto relevante da nova lei é a exigência de curso superior para ingresso nas carreiras de policiais militares. A lei estabeleceu para as policias militares dos estados a exigência do bacharelado em Direito para o Quadro de Oficiais de Estado-Maior e curso superior em qualquer área para o Quadro de Praças.

Conforme exposto, resta evidenciado que a Lei federal nº 14.751/2023 estabelece normas gerais que buscam organizar e padronizar o funcionamento das corporações militares estaduais. Ao fazer isso, a lei visa garantir um tratamento mais igualitário para essas carreiras em todo o país, assegurando que os militares estaduais cumpram os mesmos deveres e atribuições em conformidade com a Constituição Federal atual, além de usufruírem das mesmas garantias.

A padronização e a modernização dessas instituições são passas fundamentais para garantir uma segurança pública mais eficaz e justa em todo o território nacional.

Em resumo, a aprovação da Lei nº 14.751/2023 marca um momento significativo e de grande oportunidade para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares em todo o Brasil.

É sabido que instituições tradicionais como a Polícia Militar podem enfrentar resistência interna às mudanças. É crucial desenvolver estratégias de comunicação e

engajamento para assegurar que todos os membros compreendam e apoiem as novas diretrizes.

3. Da Segurança Jurídica e a Teoria dos Freios e Contrapesos no Estado Federal

A tensão entre as competências federais e estaduais, vislumbrada no conflito interpretativo sobre a estabilidade dos militares estaduais, ultrapassa o plano estritamente jurídico-formal e toca diretamente na questão da segurança jurídica, fundamento basilar do Estado Democrático de Direito. Como bem ensina Canotilho (2003), a segurança jurídica traduz-se em estabilidade normativa, previsibilidade institucional e proteção da confiança legítima dos administrados. Nesse sentido, a edição de norma federal que incide sobre campo reservado à legislação estadual pode ser interpretada como interferência indevida na autonomia política dos entes federados, gerando instabilidade normativa e prejudicando a harmonia federativa.

Neste cenário, é pertinente retomar o modelo de separação de poderes e a lógica de freios e contrapesos (checks and balances) como mecanismo de preservação da ordem constitucional. A atuação do Supremo Tribunal Federal, ao dirimir controvérsias constitucionais como esta, configura-se como pilar de controle e equilíbrio entre os Poderes e os entes da Federação, conforme estabelecido nos artigos 102 e 103 da Constituição de 1988. Não se trata apenas de resolver uma dúvida normativa, mas de reafirmar os contornos do pacto federativo e sua sustentabilidade institucional.

4. O Federalismo Cooperativo como Alternativa Hermenêutica

Frente à complexidade das competências legislativas no Estado brasileiro, algumas correntes doutrinárias têm defendido a adoção de uma perspectiva de federalismo cooperativo, conforme delineado por autores como Diogo de Figueiredo Moreira Neto (2007). Sob essa ótica, a rigidez da repartição de competências cede lugar a um modelo mais dialógico e harmônico, em que União e estados atuam de forma coordenada e não concorrente na promoção de políticas públicas de segurança.

Aplicando tal lógica à interpretação da Lei nº 14.751/2023, pode-se admitir que a norma federal contenha diretrizes que funcionem como vetores orientadores da legislação

estadual, e não como normas impositivas de eficácia plena e imediata. Essa leitura permitiria que os estados, ao editarem suas leis específicas sobre estabilidade, o façam à luz dos parâmetros gerais definidos pela União, resguardando sua autonomia e, ao mesmo tempo, promovendo maior uniformização entre as corporações militares.

5. Os Impactos Institucionais da Uniformização: Entre a Técnica e a Política

É importante considerar, ainda, os impactos institucionais da uniformização normativa imposta pela Lei Orgânica Nacional. Como apontam estudiosos da administração pública como Bresser-Pereira (1998), reformas estruturais em instituições tradicionalmente hierarquizadas, como as corporações militares, exigem sensibilidade política e cautela técnica. Ao definir um marco normativo único para todo o território nacional, sem *vacatio legis* para a maioria dos dispositivos, a Lei nº 14.751/2023 impõe aos Estados um desafio de reestruturação imediata, por vezes desconectado de suas realidades orçamentárias, administrativas e culturais.

É nesse contexto que o conceito de governança multinível ganha relevância, destacando a necessidade de mecanismos de transição que respeitem os ritmos e capacidades institucionais de cada ente da federação. Assim, uma eventual decisão do STF sobre a constitucionalidade da norma deve considerar não apenas o texto da Constituição, mas também os efeitos práticos que tal definição jurídica produzirá no cotidiano das corporações estaduais.

Logo, a imposição unilateral de prazos e condições para aquisição da estabilidade — ainda que com o intuito de uniformização — pode desestruturar mecanismos internos das corporações militares estaduais que historicamente ajustaram suas normas à luz de suas especificidades operacionais. A eventual judicialização do tema, portanto, não se dá apenas sob a perspectiva da legalidade, mas também da proteção do princípio da eficiência e da continuidade do serviço público essencial à segurança da coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promulgação da Lei Federal nº 14.751/2023, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, representa um marco relevante

no cenário legislativo brasileiro, pois busca uniformizar normas e procedimentos aplicáveis às corporações militares estaduais, conforme o previsto pela Constituição Federal de 1988. No entanto, essa iniciativa tem gerado controvérsias, especialmente no que tange à constitucionalidade de dispositivos como o que define o período de estabilidade de três anos para os militares estaduais, um ponto de grande relevância tanto para o ordenamento jurídico quanto para as carreiras dos servidores envolvidos.

A partir da análise dos fundamentos constitucionais que sustentam a competência da União para legislar sobre normas gerais relacionadas às Polícias Militares e aos Corpos de Bombeiros Militares, conclui-se que a CRFB/88, em seu artigo 22, inciso XXI, concede à União essa competência de maneira privativa. Entretanto, no caso específico da estabilidade dos militares estaduais, o artigo 42, §1º, combinado com o artigo 142, §3º, inciso X, estabelece que essa matéria deve ser tratada por meio de legislação estadual específica, o que traz à tona um possível conflito de competência.

Em relação ao dispositivo da Lei Federal nº 14.751/2023 que trata da estabilidade dos militares estaduais após três anos de efetivo serviço, a análise jurídica sugere que, embora a intenção de uniformizar as normas seja louvável, há uma extrapolação das competências federais. Ao legislar sobre a estabilidade de servidores estaduais, a União possivelmente adentra um campo reservado aos estados, o que pode resultar em inconstitucionalidade desse dispositivo. Essa situação deve ser examinada pelos tribunais superiores, particularmente o Supremo Tribunal Federal (STF), responsável por dirimir tais conflitos de normativas constitucionais.

O impacto dessa nova regulamentação sobre os militares dos estados exige uma revisão das normas estaduais para alinhamento com a legislação federal. Contudo, a implementação das mudanças previstas pela Lei nº 14.751/2023 traz desafios significativos. A necessidade de adaptar legislações estaduais, respeitando ao mesmo tempo as peculiaridades regionais e o princípio do pacto federativo, pode causar tensões jurídicas e administrativas.

Por fim, é importante destacar que a promulgação da Lei nº 14.751/2023 oferece tanto desafios quanto oportunidades. A necessidade de adaptação pode ser vista como uma oportunidade para modernizar e padronizar as forças militares estaduais, garantindo maior coerência e previsibilidade nas carreiras dos militares.

REFERÊNCIAS

BAIL, Omar; ROCHA, João Pedro Passos. Reflexos da possível aprovação da Lei Orgânica das Polícias Militares na legislação específica do estado do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.9, n.1, p. 1937-1953, jan., 2023.

BARATIERI, Noel Antônio; SANTOS, Bruna Kelly dos; ANTUNES, Maicon. Nova lei orgânica dos militares estaduais e parâmetros objetivos para promoção. **CONJUR**, 2024. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2024-jul-03/nova-lei-organica-dos-militares-estaduais-e-parametro-s-objetivos-para-promocao/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022].

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº. 13.675, de 11 de junho de 2018**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 7 set. 2024.

BRASIL. **Lei Federal nº. 14.751, de 12 de dezembro de 2023**. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20232026/2023/lei/l14751.htm. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Entenda a nova lei orgânica das PMs e dos bombeiros militares**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/12/entenda-a-nova-lei-organica-das-pms-e-dos-bombeiros-militares>. Acesso em: 04 ago. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 495.341 AgR. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário. Relatora: Ministra Ellen Gracie. Julgado em 14 de setembro de 2010. **Diário da Justiça Eletrônico**, 1º out. 2010. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

FIGUEIREDO MOREIRA NETO, Diogo de. Curso de Direito Administrativo. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 39. ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. Atlas, 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 13. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

TEZA, Marlon Jorge; SILVA, Elias Miler da; HIPÓLITO, Marcello Martinez; COLPANI, Clóvis Lopes. **Lei 14.751 de 12 de Dezembro de 2023 – Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (LOBNPM/BM) anotada**. No prelo.

VICENTE, Paulo; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito constitucional descomplicado**. 21. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Método, 2022.

Imaginário Escatológico e Engajamento Político: A Construção do Discurso Pró-Israel no Pentecostalismo Assembleiano

Joana Escobar Marinho

Resumo

Este artigo investiga o desenvolvimento do sionismo cristão no Brasil, com ênfase na Assembleia de Deus e na influência exercida por sua imprensa denominacional, especialmente o jornal *Mensageiro da Paz*. A análise baseia-se na obra *Escatologia Pentecostal: a revelação sistematizada na teologia pentecostal*, de Esdras Cabral de Melo, cuja abordagem teológica permite compreender como interpretações escatológicas foram utilizadas para construir uma narrativa que vincula a experiência pentecostal brasileira aos eventos políticos envolvendo o Estado de Israel. Os resultados indicam que a retórica profética, moral e geopolítica veiculada pelo periódico contribuiu para a formação de uma identidade religiosa que associa Israel ao cumprimento das profecias bíblicas e ao cenário do fim dos tempos. Essa construção simbólica, reforçada ao longo das décadas, alinhou parte do público pentecostal ao conservadorismo político contemporâneo e à defesa explícita de Israel como nação escolhida, evidenciando a relevância da imprensa assembleiana na difusão do imaginário sionista cristão no país.

Palavras-chave: sionismo cristão; Assembleia de Deus; Mensageiro da Paz; escatologia pentecostal; Israel.

Abstract

This article examines the development of Christian Zionism in Brazil, focusing on the Assemblies of God and the influence exerted by its denominational press, particularly the newspaper *Mensageiro da Paz*. The analysis draws on Esdras Cabral de Melo's work *Escatologia Pentecostal: a revelação sistematizada na teologia pentecostal*, which provides a theological framework for understanding how Pentecostal eschatological interpretations have shaped the construction of a narrative linking Brazilian Pentecostal experience to political events involving the State of Israel. The findings indicate that the prophetic, moral, and geopolitical rhetoric disseminated by the newspaper contributed to forming a religious identity that associates Israel with the fulfillment of biblical prophecies and end-times expectations. Over the decades, this symbolic construction aligned a significant segment of the Pentecostal public with contemporary conservative politics and an explicit defense of Israel as a chosen nation, highlighting the central role of the Assemblies of God press in spreading the Christian Zionist imagination in Brazil.

Introdução

O sionismo judaico é um movimento político, nacionalista e cultural que surgiu no final do século XIX com o objetivo de estabelecer um Estado judeu autônomo na Palestina, região considerada a terra ancestral do povo judeu. Seu marco fundador é geralmente associado a Theodor Herzl, jornalista austro-húngaro que, em 1896, publicou *O Estado Judeu*, obra em que defendia que a solução para o antissemitismo europeu seria a criação de um Estado próprio para os judeus. O sionismo surgiu em um contexto de crescente perseguição, violência e exclusão social contra comunidades judaicas, especialmente na Europa Oriental. Assim, o movimento buscava garantir segurança, autodeterminação e continuidade cultural ao povo judeu. Desde o início, o sionismo não foi homogêneo existiram correntes laicas, religiosas, socialistas e revisionistas, cada uma com ideias diferentes sobre como deveria ser o futuro Estado judeu.

Com o passar das décadas, o sionismo judaico ganhou força internacional, principalmente após a Declaração Balfour de 1917, na qual o governo britânico declarou apoio à criação de um “lar nacional judeu” na Palestina. O movimento se intensificou após o Holocausto, quando o extermínio sistemático de seis milhões de judeus reforçou mundialmente a urgência de garantir proteção e soberania ao povo judeu. Em 1948, com a fundação do Estado de Israel, o projeto sionista alcançou seu objetivo central, mas o tema permanece complexo e sensível devido aos conflitos entre israelenses e palestinos, à ocupação territorial e às disputas políticas e religiosas na região. Hoje, o sionismo é entendido tanto como a história da construção do Estado de Israel quanto como um conjunto de ideologias e interpretações que continuam a influenciar sua política, sociedade e relações internacionais.

O sionismo cristão, entendido como a crença de que o retorno do povo judeu à Palestina e a consolidação do Estado de Israel constituem sinais proféticos ligados aos eventos escatológicos do cristianismo, assumiu relevância significativa no cenário religioso brasileiro. Embora suas raízes teológicas estejam associadas ao dispensacionalismo norte-americano do século XIX, o movimento encontrou no pentecostalismo brasileiro terreno fértil para difusão. Nesse contexto, a revista *O Mensageiro da Paz*, órgão oficial das Assembleias de Deus, desempenhou papel central na circulação dessas ideias ao longo do século XX e início do século XXI.

1.1 Jornal O Mensageiro Da Paz

Desde suas primeiras décadas de circulação, *O Mensageiro da Paz* articulou uma visão escatológica marcada pela expectativa do arrebatamento e pela leitura literal das profecias bíblicas. As interpretações oferecidas pela revista frequentemente vinculavam eventos históricos globais ao cumprimento das profecias, inserindo Israel como protagonista no destino escatológico do mundo. Essa perspectiva acabou por naturalizar o alinhamento teológico-político entre os pentecostais brasileiros e o Estado de Israel, reforçando a legitimidade espiritual do sionismo cristão.

A partir da segunda metade do século XX, especialmente após a Guerra dos Seis Dias em 1967, a revista intensificou sua abordagem sobre Israel, interpretando sua vitória militar como evidência bíblica da ação divina. Diversos artigos passaram a apresentar Israel como a “nação escolhida” e como sinal inequívoco de que o fim dos tempos estava próximo. Essa narrativa mobilizou a imaginação religiosa de milhões de leitores, consolidando uma cultura pentecostal de forte curiosidade escatológica e adesão às leituras proféticas.

Nos anos 1980 e 1990, *O Mensageiro da Paz* também incorporou elementos políticos ao discurso religioso. A defesa explícita do Estado de Israel tornou-se recorrente, muitas vezes vinculando a postura pró-Israel a uma espécie de marca identitária do “crente fiel”. Nessa perspectiva, apoiar Israel significava não apenas reconhecer a importância dos acontecimentos bíblicos, mas também alinhar-se com uma posição moralmente correta e espiritualmente amparada pela revelação divina.

A revista também foi responsável por difundir representações simbólicas de Israel que dialogavam com o imaginário pentecostal brasileiro. Reportagens sobre peregrinações à Terra Santa, perfis de líderes israelenses e testemunhos de conversão de judeus ao cristianismo contribuíram para reforçar um vínculo afetivo com o país. Essas narrativas, muitas vezes pautadas por uma visão idealizada da realidade israelense, ampliaram o interesse do público pentecostal por Israel, transformando-o em destino frequente de turismo religioso.

Outro aspecto relevante é o uso pedagógico da revista. Como *O Mensageiro da Paz* era amplamente utilizada por pastores, professores de Escola Bíblica Dominical e dirigentes de congregações, suas interpretações sobre Israel tornaram-se referência interpretativa para comunidades inteiras. Assim, o sionismo cristão não se espalhou apenas por identificação

emocional ou interesse escatológico, mas também pela legitimidade institucional da revista como veículo de formação doutrinária.

1.2 O Jornal Introduzido ao Brasil

No início do século XXI, observa-se a intensificação do diálogo entre o campo religioso pentecostal e o campo político brasileiro. Nesse período, a revista ampliou suas discussões sobre Israel ao conectar apoio religioso com posicionamentos diplomáticos e ideológicos. A aproximação de líderes evangélicos com autoridades israelenses repercutiu nas páginas da revista, reforçando a ideia de que o apoio a Israel deveria ser entendido como uma prática espiritual, política e moralmente orientada.

Além disso, as análises publicadas na revista frequentemente se articulam com a retórica de conflito entre “povo de Deus” e “forças anticristãs”, muitas vezes associando ameaças geopolíticas a batalhas espirituais. Tal enquadramento contribui para uma leitura maniqueísta das relações internacionais, na qual Israel aparece como baluarte da fé e da civilização ocidental, enquanto seus inimigos são caracterizados como obstáculos ao cumprimento do plano divino.

Apesar da forte tradição sionista, *O Mensageiro da Paz* também apresenta, ocasionalmente, tensões internas entre uma leitura estritamente bíblica e análises mais críticas do contexto político do Oriente Médio. Alguns autores tentam diferenciar apoio espiritual à nação israelense de apoio irrestrito a todas as ações do Estado de Israel, embora essas vozes geralmente não constituam o discurso hegemônico da revista. Ainda assim, tais tensões indicam que o debate sobre sionismo cristão no Brasil não é monolítico.

Em síntese, a revista *O Mensageiro da Paz* desempenhou papel central na formação, disseminação e consolidação do sionismo cristão entre os pentecostais brasileiros. Por meio de narrativas proféticas, reportagens, análises geopolíticas e conteúdos pedagógicos, o periódico contribuiu para integrar a temática de Israel à identidade religiosa das Assembleias de Deus. Assim, compreender o sionismo cristão no Brasil exige considerar não apenas sua base teológica, mas também a influência midiática e institucional que publicações como *O Mensageiro da Paz* exerceram ao longo de quase um século de circulação.

A compreensão do sionismo cristão no Brasil também exige reconhecer o papel das mediações culturais que estruturam a forma como Israel é interpretado e representado pelos pentecostais. *O Mensageiro da Paz*, ao longo de décadas, não apenas divulgou notícias sobre o Oriente Médio, mas reinterpretou esses eventos a partir de categorias bíblicas, convertendo acontecimentos complexos em narrativas espiritualmente inteligíveis. Essa mediação cultural contribuiu para transformar Israel em símbolo religioso universalista, deslocado de suas contradições históricas e políticas. Ao operar como filtro interpretativo, a revista intensificou o processo de sacralização da política internacional, aproximando o fiel da arena geopolítica por meio da linguagem profética.

Essa prática de tradução religiosa do mundo político também se manifesta na forma como a revista enquadra os conflitos no Oriente Médio. Confrontos armados, tensões diplomáticas e disputas territoriais são frequentemente apresentados como realização de profecias, reforçando uma leitura teleológica da história. Nessa perspectiva, Israel é sempre o polo positivo da narrativa, enquanto seus adversários aparecem como ameaças espirituais. O efeito dessa estrutura discursiva é a construção de uma visão maniqueísta da geopolítica, amplamente reproduzida por líderes pentecostais brasileiros e consolidada na opinião pública religiosa.

A vinculação entre sionismo cristão e conservadorismo político também merece destaque. O periódico da Assembleia de Deus, sobretudo a partir dos anos 2000, incorporou linhas argumentativas próximas ao ideário conservador global, que associa defesa da tradição, nacionalismo religioso e crítica ao secularismo. Israel, nesse contexto, é simbolizado como exemplo de resistência cultural e religiosa em meio a um mundo supostamente decadente. A revista reforça essa noção ao destacar práticas militares, tecnológicas e políticas de Israel como modelos de força e resiliência, compondo um imaginário político que ressoa amplamente entre setores conservadores do Brasil.

Paralelamente, o fortalecimento da comunicação digital ampliou o alcance do discurso sionista cristão. O conteúdo de *O Mensageiro da Paz* passou a circular também por redes sociais, canais de YouTube e materiais de ensino de igrejas locais. Essa expansão midiática não apenas reproduz o discurso tradicional da revista, mas o atualiza e adapta às dinâmicas do ambiente digital, possibilitando que temas como Jerusalém, guerras e conversões de judeus circulem de forma acelerada entre fiéis. Assim, o campo pentecostal brasileiro passou a

operar como ecossistema comunicacional que integra mídia impressa, digital e institucional, contribuindo para a consolidação do sionismo cristão no debate público nacional.

A interação entre religião e política no contexto do sionismo cristão manifesta-se também nas campanhas eleitorais. Candidatos evangélicos frequentemente utilizam símbolos israelenses, como a bandeira, o Muro das Lamentações e referências ao Antigo Testamento, como estratégia de identificação com seu eleitorado. Esses elementos funcionam como marcadores de autenticidade religiosa e como forma de demonstrar alinhamento com doutrinas historicamente presentes nas Assembleias de Deus. A revista legitima tais práticas ao oferecer respaldo ideológico e espiritual, reforçando o entendimento de que o apoio político a Israel constitui atributo desejável em líderes públicos.

Outro aspecto relevante é a repercussão do sionismo cristão na formulação de políticas públicas. A pressão exercida por grupos evangélicos sobre decisões relacionadas à diplomacia, educação e direitos humanos frequentemente mobiliza Israel como referência moral. Em alguns casos, propostas legislativas citam o país como exemplo de organização familiar, militar ou tecnológica, mesmo quando tais comparações carecem de base empírica sólida. Tal uso simbólico de Israel como ideal normativo evidencia a função do sionismo cristão como dispositivo político interno, extrapolando o domínio puramente religioso.

2.1 a construção Pró israel para o neopentecostalismo

A revista *O Mensageiro da Paz* também serviu como espaço de construção de identidades coletivas. Ao reiterar constantemente a figura do “crente pró-Israel” como sinônimo de fidelidade bíblica, o periódico contribuiu para a criação de um ethos pentecostal em que as escolhas políticas são parte integrante da vida espiritual. Nesse sentido, o sionismo cristão funciona como elemento de coesão comunitária, reforçando vínculos e demarcando fronteiras entre o grupo e a sociedade mais ampla. Essa dinâmica identitária explica, em parte, o alto grau de mobilização política observado entre pentecostais em momentos eleitorais e diplomáticos.

Contudo, é importante reconhecer que o sionismo cristão não é isento de controvérsias internas. Embora o discurso hegemônico da Assembleia de Deus seja amplamente pró-Israel, existem correntes teológicas dentro do próprio pentecostalismo que defendem leituras mais

críticas ou simbólicas das profecias bíblicas. Alguns teólogos pentecostais contemporâneos questionam a fusão entre teologia escatológica e posicionamento político, argumentando que a instrumentalização da fé para fins diplomáticos pode gerar reducionismos e distorções. Esses debates, ainda minoritários, revelam que o campo religioso brasileiro é plural e está em constante negociação.

Além disso, a aproximação entre sionismo cristão e política brasileira coincide com processos mais amplos de internacionalização do pentecostalismo. Redes transnacionais de igrejas, missões e eventos proféticos conectam Brasil, Estados Unidos e Israel, produzindo um fluxo global de ideias, produtos religiosos e representações simbólicas. *O Mensageiro da Paz*, ao divulgar esses intercâmbios, posiciona o pentecostalismo brasileiro como ator relevante no cristianismo global, reforçando a percepção de protagonismo espiritual dos fiéis nacionais no desenrolar dos eventos escatológicos.

A análise integrada de mídia, religião e política demonstra que o sionismo cristão no Brasil é um fenômeno complexo, sustentado por discursos teológicos, estratégias midiáticas e práticas políticas concretas. A revista *O Mensageiro da Paz* representa um dos principais vetores de legitimação desse processo, contribuindo para a formação de uma cultura religiosa que interpreta o cenário internacional como parte do plano divino e orienta o comportamento político de seus leitores. Assim, o estudo do sionismo cristão exige não apenas compreensão das doutrinas empregadas, mas também dos mecanismos institucionais e midiáticos que transformam crenças em ação social e política.

2.2 Expansão e consolidação do imaginário pró-Israel no pentecostalismo brasileiro

A ampliação do interesse pró-Israel entre os pentecostais brasileiros, especialmente no contexto das Assembleias de Deus, está intimamente vinculada ao modo como *O Mensageiro da Paz*, popularizou uma escatologia voltada para a restauração do povo judeu. A revista, ao longo das décadas, reafirmou constantemente a interpretação de que o retorno dos judeus à sua terra e a criação do Estado de Israel constituíam sinais inequívocos do cumprimento das profecias bíblicas. Essa ênfase, somada à leitura escatológica sistematizada por obras como *Escatologia Pentecostal* de Esdras Cabral de Melo, contribuiu para criar no público pentecostal a percepção de que apoiar Israel não era apenas um posicionamento político, mas um dever espiritual. Assim, o discurso pró-Israel passou a ser entendido como expressão da própria fidelidade cristã.

A partir dos anos 2000, esse processo ganhou ainda mais densidade à medida que as representações sobre Israel se tornaram centrais na pedagogia eclesiástica. A iconografia israelense, como a bandeira azul e branca, a estrela de Davi e imagens de Jerusalém começou a ser incorporada em eventos, congressos e campanhas evangelísticas. *O Mensageiro da Paz* acompanhou e impulsionou essa tendência ao tratar Israel como modelo espiritual e profético. Ao apresentar temas como guerras, alianças internacionais e restauração do Templo por meio de lentes escatológicas, o jornal reforçou a associação entre cotidiano político e cumprimento das Escrituras, ampliando a importância de Israel na vida devocional dos fiéis.

Além disso, a circulação de materiais devocionais e doutrinários que ecoavam as leituras escatológicas do livro de Melo contribuiu para sistematizar a compreensão pentecostal sobre Israel como eixo final da história sagrada. A obra, frequentemente citada em escolas bíblicas e formações ministeriais, solidificou a leitura de que o papel do Estado de Israel no cenário contemporâneo não era acidental, mas parte indispensável do plano divino. Desse modo, o discurso pró-Israel deixou de ser apenas espontâneo ou emocional, ganhando forma teológica estruturada que ofereceu coerência interna ao imaginário pentecostal.

Outro fator decisivo para o fortalecimento do movimento pró-Israel no Brasil foi a intensificação das peregrinações pentecostais à Terra Santa. *O Mensageiro da Paz* não apenas divulgou tais viagens, mas frequentemente publicou testemunhos, reportagens e diários espirituais que exaltavam a experiência de caminhar fisicamente pela “terra das profecias”. Esse tipo de narrativa reforçou no imaginário dos fiéis a ideia de que Israel é um espaço sacralizado, dotado de significado espiritual superior. A experiência sensorial e visual da paisagem bíblica, aliada ao discurso escatológico já consolidado, ampliou o engajamento afetivo e simbólico dos pentecostais com o país.

No campo político, o fortalecimento das relações entre lideranças evangélicas brasileiras e autoridades israelenses, especialmente nas últimas duas décadas, encontrou eco direto nas páginas do jornal. Eventos diplomáticos, visitas oficiais e declarações de apoio mútuo eram frequentemente interpretados como avanços espirituais, confirmando a proximidade entre a igreja e o cumprimento profético. *O Mensageiro da Paz* desempenhou papel ativo ao transformar acontecimentos diplomáticos em narrativas espirituais, o que contribuiu para reforçar o entendimento de que a política pró-Israel era parte integrante do testemunho cristão na arena pública.

A construção desse imaginário ocorreu simultaneamente à expansão das redes digitais e ao surgimento de pastores e pregadores com forte presença midiática. A circulação de sermões, lives e vídeos que reproduzem e ampliam as perspectivas já difundidas pelo jornal fortaleceu uma cultura religiosa transnacional na qual Israel ocupa posição privilegiada. Embora o jornal continue sendo uma das principais fontes institucionais de interpretação para os fiéis, o ecossistema digital faz com que suas narrativas alcancem públicos mais jovens e diversos, ajudando a consolidar o movimento pró-Israel como fenômeno cultural amplo no pentecostalismo brasileiro.

Também é possível observar que a defesa de Israel se converteu em marcador identitário para as igrejas que desejam se posicionar como defensoras da “ortodoxia doutrinária”. Em muitos contextos, o apoio explícito ao Estado de Israel tornou-se sinônimo de compromisso com a fé bíblica e com a escatologia tradicional das Assembleias de Deus. O jornal fortaleceu essa percepção ao divulgar matérias que associavam fidelidade teológica ao alinhamento com o país. Assim, o discurso pró-Israel passou a exercer função disciplinadora, servindo como critério de pertencimento e de legitimidade religiosa.

O aprofundamento dessa relação se relaciona com mudanças mais amplas no cenário religioso brasileiro. À medida que o pentecostalismo expandiu sua influência política e midiática, os símbolos e discursos pró-Israel difundidos pelo jornal e reforçados pela literatura escatológica se integraram às pautas conservadoras defendidas por líderes evangélicos. Israel, nesse contexto, tornou-se não apenas símbolo espiritual, mas também parâmetro moral e político utilizado em debates nacionais. Dessa forma, o sionismo cristão deixou de ser uma crença restrita à esfera teológica, assumindo lugar central na formulação das identidades políticas de amplos setores pentecostais no Brasil.

2.3 A Imprensa Assembleiana e a Consolidação do Discurso Pró-Israel

A construção do apoio assembleiano ao Estado de Israel dependeu fortemente da atuação de seus meios editoriais, em especial do *Mensageiro da Paz*. Diferente dos periódicos mais antigos da denominação, que enfatizavam a obediência à autoridade e a separação entre igreja e mundo, o jornal desempenhou um papel central na sistematização e divulgação de uma interpretação escatológica em que Israel se torna peça-chave da leitura profética contemporânea. Essa mudança discursiva revela um processo de adaptação da narrativa religiosa às transformações internacionais, sobretudo após a criação do Estado de Israel em

1948, quando eventos geopolíticos passaram a ser retratados como sinais dos “últimos tempos”.

Ao reforçar a ideia de que Israel representa o cumprimento literal das profecias bíblicas, o *Mensageiro da Paz* consolidou os elementos teológicos que sustentam a adesão pentecostal ao sionismo cristão. O jornal frequentemente associa acontecimentos no Oriente Médio à realização de promessas divinas, transformando a política internacional em extensão da narrativa escatológica. Essa forma de leitura da atualidade fortaleceu a percepção de que apoiar Israel não era apenas uma posição política, mas um dever espiritual do crente. Assim, a imprensa assembleiana passou a exercer não apenas função informativa, mas também doutrinária e formadora de identidades políticas.

A obra de Esdras Cabral de Melo, dedicada à sistematização da escatologia pentecostal, contribui para compreender a base teológica que fundamenta essa aproximação entre fé e geopolítica. Melo demonstra que a teologia pentecostal organiza a história humana em marcos proféticos que convergem para o retorno de Cristo, sendo Israel um dos principais indicadores do relógio escatológico. Essa perspectiva escatológica encontra no *Mensageiro da Paz* um canal de ampla difusão, o que explica sua forte influência na constituição da cultura religiosa pró-Israel dentro da Assembleia de Deus.

Outro aspecto relevante é o modo como o jornal reforça a legitimidade espiritual da liderança pastoral por meio da narrativa escatológica. Ao apresentar Israel como centro do plano divino, o *Mensageiro da Paz* fortalece a ideia de que sua interpretação política é, na verdade, interpretação bíblica. Isso permite ao periódico orientar não apenas crenças, mas também posicionamentos morais e, gradualmente, políticos, estabelecendo um consenso institucional que se estende para além do púlpito. Dessa forma, o discurso pró-Israel é incorporado como orientação oficial, reforçando a unidade doutrinária da denominação.

A imprensa assembleiana funcionou como mediadora entre o imaginário teológico tradicional e a nova agenda internacional. Ao traduzir eventos políticos em linguagem profética, o *Mensageiro da Paz* ampliou o alcance do discurso sionista cristão e contribuiu decisivamente para sua naturalização entre os fiéis. Assim, a centralidade de Israel no pensamento assembleiano contemporâneo deve ser compreendida como resultado de um longo processo de produção simbólica conduzido por seus meios editoriais, cuja atuação moldou percepções, afetos e práticas políticas dentro da denominação.

2.4 Dimensões Diplomáticas, Política Nacional e Fortalecimento do Movimento Pró-Israel

A incorporação do discurso pró-Israel entre pentecostais brasileiros também se relaciona à crescente aproximação diplomática entre Brasil e Israel, que ganhou força especialmente a partir da segunda metade do século XX. Os textos do *Mensageiro da Paz* refletem e, simultaneamente, reforçam esse movimento, interpretando cada gesto diplomático como confirmação da centralidade profética de Israel. Dessa forma, decisões políticas e acordos internacionais são frequentemente apresentados como parte de um plano divino maior, aproximando a política externa brasileira das expectativas escatológicas pentecostais.

Ao enquadrar eventos diplomáticos dentro de uma narrativa escatológica, o jornal contribuiu para transformar o apoio a Israel em um marcador identitário e político da comunidade assembleiana. A visão de que Israel desempenha papel singular no cumprimento das profecias leva muitos fiéis a interpretar como moralmente corretas as ações de governos brasileiros que se alinham ao Estado israelense. Esse processo evidencia como a teologia, ao ser mediada pela imprensa religiosa, adquire capacidade de influenciar avaliações políticas concretas, moldando preferências eleitorais e percepções sobre a atuação do Brasil na arena internacional.

A literatura escatológica pentecostal, sistematizada por Esdras Cabral de Melo, ajuda a compreender por que tais interpretações são tão bem recebidas entre os fiéis. Melo demonstra que, na tradição pentecostal, a história é lida a partir de uma lógica teleológica na qual Israel representa o eixo central da revelação profética. Essa estrutura narrativa fornece uma chave hermenêutica que permite transformar a política internacional em categoria teológica. Assim, decisões governamentais relacionadas ao Oriente Médio passam a ser interpretadas como indicadores da proximidade dos eventos finais, reforçando a adesão emocional e espiritual ao Estado de Israel.

Com o avanço das relações diplomáticas, especialmente a partir dos anos 2000, observa-se o fortalecimento do engajamento político de setores evangélicos na defesa de pautas alinhadas aos interesses israelenses. O discurso publicado no *Mensageiro da Paz* funciona como catalisador desse processo ao apresentar o tema não apenas como preferência política, mas como compromisso espiritual. Esse deslocamento faz com que o apoio a Israel ultrapasse os limites da teologia e se torne elemento de mobilização política, capaz de influenciar

posicionamentos públicos, articulações parlamentares e a própria participação dos fiéis na esfera política nacional.

Dessa forma, a relação entre diplomacia, teologia e imprensa religiosa desempenhou papel decisivo na consolidação do movimento pró-Israel no Brasil. O *Mensageiro da Paz* contribuiu para transformar pautas de política internacional em elementos da cultura religiosa assembleiana, enquanto a escatologia sistematizada por Melo forneceu o arcabouço teológico para legitimar esse engajamento. O fortalecimento do sionismo cristão no contexto brasileiro, portanto, não pode ser compreendido apenas como fenômeno espiritual, mas como resultado da articulação entre discursos religiosos, estratégias de comunicação denominacional e dinâmicas políticas nacionais e globais.

Conclusão

A trajetória do sionismo cristão no Brasil, particularmente no interior das Assembleias de Deus, revela um processo gradual de formação teológica e política que se desenvolveu ao longo de décadas. Esse movimento não pode ser compreendido como fenômeno recente ou isolado, mas como resultado de um acúmulo histórico de discursos, práticas devocionais e interpretações escatológicas que moldaram a visão de mundo dos fiéis. A associação entre leitura bíblica literalista e acontecimentos internacionais foi central para essa construção.

O jornal *Mensageiro da Paz* desempenhou papel estruturante nesse processo ao fornecer, de maneira contínua, uma narrativa profética sobre Israel e sobre o cenário geopolítico global. Por meio de artigos, editoriais e análises de conjuntura, o periódico consolidou uma hermenêutica que interpreta o Estado moderno de Israel como cumprimento direto de profecias bíblicas. Essa forma de leitura moldou o imaginário pentecostal brasileiro, fortalecendo a ideia de que apoiar Israel é um imperativo espiritual.

Paralelamente, a literatura escatológica utilizada em círculos pentecostais, como as obras de Ester Esdras Cabral, contribuiu para aprofundar e sistematizar essas interpretações. Ao oferecer um arcabouço teológico detalhado sobre o papel de Israel nos “fins dos tempos”, tais obras reforçaram a percepção de que os eventos políticos do Oriente Médio têm significado espiritual imediato. Essa conexão entre profecia e história conferiu ao sionismo cristão uma aura de inevitabilidade e legitimidade teológica.

A convergência entre discurso denominacional e literatura escatológica produziu uma cultura religiosa na qual a política internacional é compreendida como extensão da narrativa bíblica. O *Mensageiro da Paz*, ao disseminar continuamente notícias e análises sobre Israel, reforçou a ideia de que a igreja deve “vigiar os tempos”, interpretando guerras, tratados e tensões diplomáticas como parte de um plano divino. Essa prática consolidou um ethos de atenção profética que favoreceu a recepção do sionismo cristão.

Nesse contexto, o apoio a Israel deixou de ser apenas uma postura doutrinária e passou a constituir elemento identitário para muitos fiéis das Assembleias de Deus. A construção de uma consciência religiosa que associa Israel à fidelidade bíblica e à missão espiritual da igreja fortaleceu a adesão a discursos pró-Israel no ambiente pentecostal contemporâneo. Assim, o sionismo cristão se insere não apenas como expressão teológica, mas como marcador político e simbólico de pertencimento.

Em síntese, compreender o desenvolvimento do sionismo cristão no Brasil exige reconhecer o papel histórico exercido pela imprensa denominacional e pela literatura escatológica pentecostal na formação de uma cultura política religiosa. O entrelaçamento entre narrativa profética, moralidade cristã e leitura espiritualizada da política internacional permitiu que o apoio a Israel se consolidasse como parte fundamental da identidade pentecostal brasileira. Trata-se de um fenômeno que articula fé, história e política, e cuja força deriva justamente dessa integração profunda.

Bibliografia

COUTO, João. *Mensageiro da Paz: trajetória histórica do periódico oficial da Assembleia de Deus*. São Paulo: CPAD, 2010.

CPAD – Casa Publicadora das Assembleias de Deus. *Mensageiro da Paz*.

MELO, Esdras Cabral de. *Escatologia Pentecostal: a revelação sistematizada na teologia pentecostal*. Rio de Janeiro: , 2021.

ETNICIDADE TERENA EM CAMPO GRANDE-MS: PROCESSOS DE RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM CONTEXTOS URBANOS

Nadielly Aparecida Souza Ramos

Resumo. A presença do povo Terena em Mato Grosso do Sul, resultado de processos históricos marcados por deslocamentos, reconfigurações territoriais e transformações sociais, revela dinâmicas identitárias complexas que desafiam concepções fixas de etnicidade indígena. Este artigo analisa como os Terena constroem, negociam e atualizam sua identidade coletiva em diferentes contextos do estado, partindo de elementos históricos, políticos, linguísticos e culturais que moldaram sua permanência e resistência ao longo dos séculos. A investigação discute as relações entre território, memória e pertencimento, destacando tanto os mecanismos de preservação cultural dentro das aldeias quanto os processos de afirmação identitária em espaços urbanos. Considera-se, ainda, o impacto das políticas indigenistas, das interações interétnicas e das pressões socioeconômicas sobre as formas contemporâneas de ser Terena. Ao compreender a etnicidade como um fenômeno relacional, dinâmico e historicamente situado, o estudo busca evidenciar a vitalidade cultural do povo Terena e sua centralidade na formação histórica e social de Mato Grosso do Sul, contribuindo para o debate sobre identidade indígena no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Etnicidade Terena; identidade indígena; territorialidade; memória cultural; Mato Grosso do Sul; povos indígenas; resistência cultural.

1 INTRODUÇÃO

A presença indígena em Campo Grande, Mato Grosso do Sul constitui um dos elementos centrais para compreender a formação histórica, social e cultural do Estado. Entre os povos que compõem essa diversidade, os Terena se destacam não apenas pelo número expressivo de indivíduos, mas pela complexidade dos processos identitários que mobilizam em meio às transformações territoriais, políticas e econômicas das últimas décadas. Inseridos em uma região marcada por intensos conflitos fundiários, expansão agropecuária e crescimento urbano acelerado, os Terena vivenciam um conjunto de dinâmicas que desafiam concepções tradicionais sobre identidade indígena, etnicidade e pertencimento. Mais do que um grupo vinculado exclusivamente às aldeias e às terras tradicionalmente ocupadas, os Terena têm elaborado estratégias próprias de resistência cultural e reorganização comunitária que ultrapassam os limites formais do território rural, alcançando também centros urbanos como Campo Grande e Aquidauana.

A discussão contemporânea sobre etnicidade exige reconhecer que identidades indígenas não são categorias fixas, mas construções dinâmicas, relacionais e contextuais, como apontam Barth (2000), Oliveira (1999) e Gallois (2011). No caso Terena, a etnicidade se expressa tanto pela manutenção de práticas rituais, língua, memória e modos de organização quanto pela capacidade de adaptar e ressignificar esses elementos diante de pressões externas. A migração para áreas urbanas, por exemplo, não implica ruptura cultural, mas inaugura novas formas de pertencimento e de afirmação étnica, constituídas por redes de solidariedade, mobilizações políticas, rituais adaptados e práticas coletivas que articulam tradição e contemporaneidade.

Nesse contexto, este artigo busca analisar como a etnicidade Terena tem sido construída, reconstruída e expressa em Mato Grosso do Sul, com foco especial nos processos socioculturais que moldam a identidade coletiva em meio às transformações do território. O estudo parte da seguinte problemática: como os Terena mobilizam elementos culturais, históricos e políticos para reafirmar sua identidade étnica em um cenário marcado pela disputa territorial, pela urbanização e pelo contato interétnico? Para responder a essa questão, o artigo se propõe a identificar as estratégias de resistência, continuidade e reinvenção cultural utilizadas

pelo grupo, considerando tanto os espaços tradicionais quanto os ambientes urbanos.

O recorte geográfico concentra-se no estado de Mato Grosso do Sul, região historicamente ocupada pelos Terena e caracterizada pela coexistência de aldeias, terras reivindicadas e fluxos migratórios em direção às cidades. O recorte temporal abrange principalmente os processos formados a partir da segunda metade do século XX, período de maior intensificação das transformações socioeconômicas que impactaram diretamente as organizações indígenas.

Metodologicamente, o trabalho adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de estudos antropológicos, históricos e sociológicos que tratam da experiência Terena no estado. As referências incluem autores clássicos e contemporâneos que discutem etnicidade, territorialidade, identidade indígena e a formação histórica do Mato Grosso do Sul. A escolha desse percurso metodológico permite compreender a etnicidade Terena como um processo em constante movimento, articulando memória, tradição, agência política e adaptação às novas condições de vida.

A relevância deste estudo reside na necessidade de ampliar o debate acadêmico sobre a presença indígena no Centro-Oeste brasileiro, evidenciando que a identidade Terena permanece ativa, plural e resistente, mesmo diante das pressões estruturais impostas pelo avanço das fronteiras econômicas e pela urbanização. Assim, o artigo contribui para aprofundar a compreensão sobre as formas contemporâneas de pertencimento indígena, destacando a complexidade e a vitalidade das expressões culturais que marcam a trajetória do povo Terena.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A construção da fundamentação teórica deste artigo parte da necessidade de situar a etnicidade Terena dentro de um quadro interpretativo que articula identidade, território, historicidade e processos de resistência. Para compreender as dinâmicas que moldam a experiência Terena em Mato Grosso do Sul, torna-se indispensável recorrer a autores que se dedicaram à análise das sociedades indígenas no Brasil, às teorias étnicas contemporâneas e à formação histórica das relações interétnicas no país. Assim, este capítulo se organiza em três eixos teóricos complementares, que dialogam entre si e fornecem suporte metodológico e analítico para a discussão desenvolvida ao longo do artigo.

No primeiro eixo, contempla-se a contribuição de Fredrik Barth, cuja abordagem sobre etnicidade como processo relacional e fronteira social oferece a base conceitual para compreender a forma como os Terena mantêm sua identidade coletiva diante de pressões externas. Esse eixo também considera estudos antropológicos brasileiros que ampliam a compreensão dos mecanismos de continuidade cultural entre povos indígenas.

O segundo eixo dedica-se às produções de Manuela Carneiro da Cunha, especialmente no que diz respeito à historicidade indígena, às políticas de Estado e às transformações sociais impostas pela colonização e pela modernidade. A autora permite interpretar os Terena não apenas como sujeitos inseridos em um passado fixo, mas como agentes históricos capazes de reelaborar sua identidade e suas formas de organização frente aos desafios contemporâneos.

O terceiro eixo mobiliza a obra de João Pacheco de Oliveira, que discute a relação entre Estado, territorialidade e processos de deslocamento e tutela. Suas análises contribuem para entender como a estrutura estatal influenciou e ainda influencia a territorialização e desterritorialização dos Terena, especialmente no contexto sul-mato-grossense marcado por conflitos fundiários e pela permanência de políticas assimétricas.

A articulação desses três eixos possibilita compreender a etnicidade Terena de maneira ampla, considerando suas dimensões socioculturais, históricas e territoriais. Além disso, esse conjunto teórico sustenta as análises posteriores, permitindo que a discussão sobre identidade, território e resistência seja construída a partir de referenciais sólidos e amplamente reconhecidos na produção acadêmica

brasileira e internacional.

2.1 ETNICIDADE E IDENTIDADE INDÍGENA: BASES TEÓRICAS

A compreensão da etnicidade Terena no contexto sul-mato-grossense exige o retorno a um conjunto de debates clássicos e contemporâneos da antropologia, que tratam a identidade como um fenômeno dinâmico, relacional e historicamente situado. A noção de etnicidade, longe de ser entendida como um atributo fixo ou essencial, tem sido trabalhada por autores como Fredrik Barth, Manuela Carneiro da Cunha, João Pacheco de Oliveira, Viveiros de Castro e Hobsbawm & Ranger como um processo ativo de construção social que envolve fronteiras simbólicas, negociações culturais, memória coletiva e a recriação contínua de tradições.

Para Barth (2000), a etnicidade não reside em traços culturais internos, mas nas fronteiras que distinguem grupos, fronteiras estas constantemente produzidas e atualizadas nas interações com o “outro”. É nesse movimento relacional que as identidades se afirmam, por meio de marcadores selecionados pelos próprios grupos como sinais de continuidade, pertencimento e distinção. Essa perspectiva é fundamental para compreender os Terena, cuja identidade se reconfigura conforme os contextos de contato, disputas territoriais e relações institucionais, sem deixar de se ancorar em referências culturais profundas.

Dialogando com essa ideia, Manuela Carneiro da Cunha (2009) afirma que a cultura é sempre um campo de disputas simbólicas, no qual valores, significados e práticas são continuamente reinterpretados. Para a autora, não existe cultura estática, existem repertórios acionados estrategicamente por grupos em situações específicas, especialmente em contextos de pressão política, desigualdade ou necessidade de afirmação pública. A cultura, portanto, é tanto um recurso quanto um marcador identitário, algo que se negocia e se reinscreve na relação com o Estado, com a sociedade envolvente e com outros povos.

João Pacheco de Oliveira (1999; 2016) aprofunda esse debate ao criticar a visão colonial que tratava o indígena como “remanescente” ou “sobrevivência” do passado. Para o autor, as identidades indígenas são construções históricas que se transformam conforme os regimes de poder, as políticas oficiais e as formas de territorialização e desterritorialização impostas pela expansão econômica. Assim, os povos indígenas não são resquícios de um tempo perdido, mas agentes políticos,

constantemente rearticulando suas formas de organização, suas estratégias de resistência e seus modos de identificação coletiva.

A essa perspectiva soma-se o pensamento de Eduardo Viveiros de Castro (2007), que enfatiza as dimensões relacionais da cultura, destacando que as identidades indígenas se constituem por meio da posição que os sujeitos ocupam nas redes de relações, e não apenas por elementos culturais isolados. Isso amplia a compreensão da identidade Terena ao mostrar que ela é resultado de um jogo complexo entre memória, relações interétnicas, estrutura social e cosmologia sempre em movimento.

Por fim, Hobsbawm e Ranger (1984) oferecem um aporte essencial ao discutir o conceito de “tradições inventadas”, mostrando que sociedades, especialmente em contextos de mudança acelerada, reinterpretem práticas antigas e criam novas, a fim de sustentar continuidade simbólica e coesão interna. No caso indígena, essa dinâmica se torna evidente na atualização de rituais, festas, narrativas e marcadores culturais que asseguram a persistência da identidade mesmo em condições adversas, como migração, violência territorial ou urbanização.

Ao reunir essas perspectivas, percebe-se que a identidade Terena, assim como a de outros povos indígenas do Brasil, deve ser entendida como um processo social dinâmico, marcado pela negociação de fronteiras, pela disputa simbólica, pela reinvenção das tradições e pela mobilização da memória coletiva como eixo de continuidade. Esses elementos teóricos são essenciais para analisar tanto o passado quanto as transformações contemporâneas vividas pelos Terena, especialmente no contexto historiográfico e urbano que serão aprofundados nas próximas seções.

2.2 HISTORIOGRAFIA E FORMAÇÃO SOCIAL DOS TERENA EM MATO GROSSO DO SUL

A trajetória histórica do povo Terena em Mato Grosso do Sul está profundamente marcada por processos de territorialização, deslocamentos forçados, conflitos agrários e reconfigurações sociais que atravessaram o século XX e continuam presentes na contemporaneidade. A historiografia demonstra que a formação social Terena não pode ser entendida como linear ou homogênea; ao contrário, trata-se de um percurso permeado por disputas, negociações e estratégias

de permanência cultural diante do avanço do colonato, da expansão agrícola e das políticas estatais de controle territorial.

Segundo Pereira (2009), a memória coletiva Terena desempenha papel central na manutenção da coesão do grupo, estruturando-se por meio do parentesco, da oralidade e de um sistema de transmissão intergeracional que reforça valores, saberes e vínculos comunitários. Essa memória não apenas rememora o passado, mas também orienta práticas sociais contemporâneas, especialmente em contextos de deslocamento. Ao analisar comunidades Terena em diferentes regiões do estado, o autor demonstra que esses laços constituem a base simbólica e organizacional que sustenta a identidade do grupo frente às transformações externas.

Monteiro (2018) destaca que a formação histórica dos Terena foi intensamente atravessada pelo contato com projetos coloniais e pela atuação de frentes econômicas que avançaram sobre seus territórios tradicionais desde o final do século XIX. A implantação de fazendas, estradas, povoados e frentes de colonização no Mato Grosso do Sul conduziu a uma série de processos de desterritorialização, obrigando os Terena a reorganizarem sua estrutura social. Como aponta o autor, apesar da pressão territorial, os Terena desenvolveram estratégias de adaptação, negociação e resistência que permitiram não apenas a continuidade física, mas também a rearticulação simbólica de seus territórios.

A luta pela terra é aprofundada por Ximenes (2011), que analisa a mobilização política Terena diante dos conflitos agrários e das tentativas de retomada territorial. A autora evidencia que, ao longo do século XX, os Terena protagonizaram disputas importantes contra fazendeiros, empresas rurais e o Estado, afirmando seus direitos coletivos através de ocupações, reivindicações formais e ações judiciais. Esses conflitos não apenas constituíram momentos de tensão, mas também fortaleceram a organização interna das comunidades, consolidando lideranças, alianças e estratégias legais que continuam presentes na atualidade.

Amado (2020) amplia essa discussão ao observar que os direitos coletivos dos povos indígenas são profundamente impactados pela estrutura fundiária concentrada do Mato Grosso do Sul e pelas políticas públicas insuficientes no atendimento às especificidades culturais. O autor ressalta que a disputa territorial não se limita ao espaço físico, mas envolve o reconhecimento político da autonomia,

da memória e das formas próprias de organização social indígena. Nesse sentido, a situação dos Terena é emblemática: sua presença em reservas, aldeias e áreas retomadas revela tanto o impacto da violência territorial quanto a persistência de práticas comunitárias que reconfiguram o espaço vivido.

As fontes institucionais, como os dados da FUNAI e do IBGE, reforçam esse panorama, indicando que os Terena constituem uma das maiores populações indígenas do estado, distribuídos em diferentes formas de ocupação: terras indígenas homologadas, áreas em processo de regularização, aldeias urbanas e espaços comunitários rurais. O IBGE mostra que o Mato Grosso do Sul possui uma das maiores populações indígenas do país, e que grande parte delas vive em contextos de mobilidade, migração sazonal ou fixação em zonas urbanas, fenômeno que inclui diretamente os Terena. Esses dados evidenciam que a história territorial do povo está em constante movimento, marcada por múltiplos deslocamentos e recomposições espaciais.

Assim, a historiografia revela que o percurso social dos Terena é marcado pela tensão entre expulsões, reorganização comunitária e resistência cultural. Seu processo de formação em Mato Grosso do Sul integra elementos de adaptação, memória, conflito e reinvenção, demonstrando que a identidade Terena se constrói em diálogo permanente com as transformações políticas e territoriais do estado. Essa base histórica é fundamental para compreender, na próxima parte, como esses processos se atualizam no contexto urbano contemporâneo, especialmente nas dinâmicas de reinvenção cultural, redes de solidariedade e novas territorialidades emergentes.

2.3 URBANIZAÇÃO, REINVENÇÃO CULTURAL E TERRITORIALIDADES INDÍGENAS CONTEMPORÂNEAS

A presença crescente dos Terena em áreas urbanas, especialmente em Campo Grande, reflete transformações profundas nas formas de organização social e cultural dos povos indígenas no Brasil. Longe de representar ruptura ou perda identitária, a urbanização constitui um espaço de reinvenção, resistência e ampliação das territorialidades indígenas, que se desdobram em práticas cotidianas, redes comunitárias, rituais adaptados e novas formas de participação política. A literatura recente demonstra que, no caso Terena, o deslocamento para a cidade não

implica abandono de tradições, mas sua reinterpretação em um novo contexto social, marcado por desafios, assimetrias e disputas simbólicas.

Salvador (2020) mostra que o processo de migração Terena para centros urbanos de Mato Grosso do Sul está associado à industrialização regional, ao avanço das frentes agrícolas e à dificuldade de manutenção econômica em terras indígenas pressionadas pela atividade rural intensiva. Nesse contexto, a inserção urbana se tornou tanto uma estratégia de sobrevivência material quanto um campo de rearticulação das práticas culturais. O autor enfatiza que a presença Terena no espaço urbano se estrutura por vínculos familiares, redes de apoio e participação comunitária que constituem novas formas de territorialidade, ampliando o sentido de pertencimento e continuidade cultural fora do território tradicional.

Essas dinâmicas são aprofundadas por Silva e Mauro (2019), que analisam como a reorganização social dos Terena em áreas urbanas envolve não apenas a adaptação às condições materiais da cidade, mas também a reconstrução simbólica de práticas rituais e culturais. Segundo os autores, rituais como o *kopenoti*, celebrações coletivas, danças tradicionais, rezas e festas de calendário são mantidos e reinterpretados em ambientes urbanos, funcionando como instrumentos de coesão e afirmação identitária. Além disso, práticas artesanais como cerâmica, trançados, colares de sementes, uso de penas e grafismos tornam-se formas de reafirmação cultural e também de geração de renda, articulando tradição e necessidade econômica.

Colman, Souza e Vieira (2023) ampliam essa perspectiva ao demonstrar que a representatividade indígena em cidades como Campo Grande se fortalece por meio de coletivos culturais, grupos de jovens indígenas, ações de revitalização linguística e eventos rituais em espaços públicos. O estudo destaca que as aldeias urbanas como Marçal de Souza, Água Bonita, Darcy Ribeiro e Tarsila do Amaral constituem territorialidades emergentes, entendidas não apenas como espaços de moradia, mas como centros simbólicos de resistência, reconstrução social e diálogo intercultural. Nessas aldeias, os Terena mantêm práticas religiosas, momentos de cura, encontros comunitários e celebrações que reafirmam sua identidade, ao mesmo tempo em que se articulam politicamente com escolas, universidades e órgãos públicos.

O conceito de territorialidade, conforme Gallois (2011), é fundamental para compreender esse fenômeno. Para a autora, o território não é um dado geográfico

fixo, mas uma construção simbólica, relacional e dinâmica, estruturada por práticas, significados e afetos. Aplicado ao contexto Terena urbano, esse conceito permite entender por que aldeias urbanas e espaços comunitários em Campo Grande funcionam como territórios culturalmente vivos, mesmo que fora da terra tradicionalmente reconhecida. Esses espaços articulam memória, rituais, ancestralidade e sociabilidade, constituindo uma territorialidade indígena contemporânea que se expande e se redefine em meio à cidade.

Cunha (2009), ao discutir a cultura como campo de disputas simbólicas, oferece uma chave analítica essencial para compreender como os Terena afirmam sua identidade no contexto urbano. A autora argumenta que a identidade indígena se fortalece justamente nos espaços onde a diferença é contestada, negada ou invisibilizada. No caso urbano, a reafirmação da identidade Terena ocorre em um ambiente marcado pelo racismo estrutural, pela invisibilidade indígena e pela pressão por assimilação. Assim, rituais, festas, uso da língua terena, produção artesanal, projetos culturais e participação política tornam-se práticas de resistência que redefinem a presença indígena na cidade.

Os dados do IBGE reforçam a relevância desse movimento ao indicar que Mato Grosso do Sul possui uma das maiores proporções de indígenas vivendo em áreas urbanas do país. Esse dado não apenas confirma a tendência histórica de deslocamento, mas também evidencia a importância de analisar a urbanização indígena como fenômeno estrutural e não episódico. No caso dos Terena, a presença urbana se combina a experiências de mobilidade entre aldeias, bairros periféricos, áreas de retomada e aldeias urbanas, criando um circuito territorial complexo, permeado por redes de parentesco, solidariedade e cultura.

Assim, a literatura demonstra que o processo de urbanização Terena é indissociável de formas contemporâneas de reinvenção cultural. As práticas rituais adaptadas à cidade, a criação de espaços coletivos de pertencimento, o fortalecimento da representatividade indígena e a produção de territorialidades plurais evidenciam que a identidade Terena não é enfraquecida pela urbanização, mas redimensionada. Esse fenômeno revela a força da memória coletiva, da organização comunitária e da capacidade de atualização cultural, elementos centrais para compreender a presença indígena nas cidades brasileiras e, particularmente, em Campo Grande.

3 METODOLOGIA

A construção deste trabalho fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, orientada pela lógica interpretativa, alinhada à própria natureza do tema, que envolve identidade, memória, territorialidade e experiências culturais em constante negociação. A escolha por essa perspectiva metodológica se justifica porque o fenômeno estudado, a presença e atuação dos Terena no contexto urbano de Campo Grande, não pode ser reduzido a números ou descrições estáticas; trata-se de compreender sentidos, práticas, continuidades e transformações, exatamente como autores como Barth, Viveiros de Castro, João Pacheco de Oliveira e Manuela Carneiro da Cunha enfatizam ao pensar cultura e etnicidade como campos vivos, dinâmicos e relacionais.

O levantamento bibliográfico é o eixo central desta pesquisa, pois permite reconstruir historicamente a trajetória dos Terena, bem como mapear os debates teóricos que possibilitam interpretar os processos identitários e territoriais. Foram consultadas obras clássicas da antropologia, como as contribuições de Barth, que orientam a leitura das fronteiras étnicas e dos processos de diferenciação; de Cunha, no entendimento da cultura como espaço de disputa e atualização simbólica; de Oliveira, ao situar os povos indígenas como sujeitos históricos em constante reconstrução; além das reflexões de Viveiros de Castro sobre perspectivismo e relações interétnicas. Esse corpo teórico oferece as ferramentas necessárias para interpretar a presença indígena no meio urbano sem reforçar estereótipos, mas reconhecendo agência, diversidade e complexidade.

Paralelamente, foi realizada uma revisão sistemática de produções específicas sobre os Terena, especialmente autores como Pereira, Monteiro, Ximenes e Amado, que tratam desde a formação histórica do povo, suas reorganizações territoriais e processos de luta política, até a atuação contemporânea em Mato Grosso do Sul. Esse conjunto de autores foi selecionado porque permitem conectar passado e presente, compreendendo a formação social dos Terena como resultado de interações históricas, disputas territoriais e estratégias de permanência cultural.

A metodologia também incorpora análise de dados institucionais, principalmente levantamentos produzidos pela FUNAI e pelo IBGE. Essas fontes oferecem parâmetros demográficos, registros sobre aldeias, presença indígena em

espaços urbanos e deslocamentos populacionais. Embora os números não sejam o foco central, eles contribuem para contextualizar o impacto da urbanização e a proporção da população indígena no estado, permitindo relacionar os dados quantitativos à interpretação qualitativa realizada na análise teórica.

Quanto ao procedimento analítico, optou-se por uma leitura cruzada entre teoria antropológica, historiografia indígena e estudos contemporâneos sobre urbanização. Esse cruzamento permite identificar padrões, tensões e continuidades que aparecem nos textos, observando como a identidade Terena se materializa tanto nos territórios tradicionais quanto na dinâmica urbana. A análise procura sempre articular conceitos de etnicidade, memória, territorialidade simbólica e reinvenção cultural, garantindo que cada etapa do trabalho dialogue com a fundamentação teórica anterior.

Além disso, foi utilizada análise documental para examinar relatórios institucionais, materiais acadêmicos, textos legais e produções científicas que tratam das aldeias urbanas, formas de organização política e práticas culturais dos Terena em Campo Grande. Esse tipo de análise permite capturar expressões contemporâneas da identidade, como rituais, festividades, movimentos de resistência e formas de representação no espaço urbano.

Por fim, toda a metodologia foi orientada pela preocupação de evitar interpretações essencialistas ou romantizadas, valorizando a perspectiva histórica e a agência indígena. Assim, este trabalho se estrutura como um estudo que integra teoria, historiografia e análise documental para compreender, de forma crítica e fundamentada, como os Terena se reinventam, se territorializam e se afirmam na cidade de Campo Grande, articulando passado, presente e futuro em um processo identitário contínuo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise articulada entre teoria antropológica, historiografia e documentação recente permite compreender que a presença Terena em Mato Grosso do Sul não é um fenômeno isolado, tampouco um rompimento com suas formas tradicionais de organização. Ao contrário, os resultados mostram que se trata de um processo contínuo de reinvenção identitária, no qual elementos históricos, culturais e territoriais dialogam com as condições contemporâneas, reafirmando a ideia de que identidade indígena é sempre dinâmica, negociada e situada, como defendido por Barth, Carneiro da Cunha e João Pacheco de Oliveira. A cidade, nesse contexto, não emerge como espaço de ruptura, mas como um novo território simbólico que exige reformulações estratégicas e atualizações culturais que reafirmam, e não apagam, o pertencimento Terena

Um dos pontos mais evidentes revelados pelos materiais analisados é que a memória coletiva exerce papel central no modo como os Terena se reconhecem como grupo, mesmo em espaços urbanos. Essa memória, descrita por Pereira como fator estruturante da coesão social, aparece na forma de rituais recriados, celebrações adaptadas e práticas comunitárias que se reorganizam conforme as possibilidades e limitações da cidade. Esses elementos dialogam com o que Hobsbawm e Ranger chamam de tradições inventadas, mas não no sentido de falsificação, e sim de continuidade transformada: a revitalização de danças, rezas, apresentações e reuniões comunitárias funciona como mecanismo de atualização simbólica, permitindo que a identidade se mantenha viva diante das pressões urbanas.

Os resultados também evidenciam que a urbanização não dilui a territorialidade indígena, mas a reconstrói em outras bases. Gallois afirma que territorialidade é essencialmente simbólica, e essa interpretação se confirma quando observamos a emergência das chamadas “aldeias urbanas”, espaços em que redes de parentesco, solidariedade e memória se reorganizam para produzir um senso de pertencimento dentro da cidade. Esses territórios, longe de serem naturais ou fixos, são continuamente produzidos por práticas cotidianas, festas, reuniões políticas, rituais e articulações comunitárias.

Assim, a cidade se torna um cenário onde múltiplas territorialidades coexistem: a territorialidade tradicional lembrada, a territorialidade jurídica disputada e a territorialidade urbana reinterpretada.

Outro resultado relevante diz respeito à agência política dos Terena. As referências de Ximenes e Amado demonstram que, historicamente, o povo Terena sempre articulou sua existência em meio a conflitos territoriais, negociações com o Estado e disputas por direitos. Na cidade, essa agência assume novas formas: associações comunitárias, inserção em movimentos sociais, participação em políticas públicas e presença crescente em espaços de representação cultural. Assim, a identidade urbana não é passiva; ela é resultado de ações concretas que reconstróem e afirmam a presença indígena em Campo Grande, evidenciando a continuidade da luta territorial sob outras dimensões.

A leitura integrada de autores como Monteiro e Salvador reforça que o deslocamento urbano dos Terena não deve ser interpretado como mero êxodo, mas como uma estratégia histórica de sobrevivência, adaptação e expansão de redes. A industrialização e o crescimento de Campo Grande, segundo Salvador, abriram possibilidades de emprego, circulação e educação, ao mesmo tempo em que intensificaram desigualdades, racismo e processos de invisibilização. Nesse cenário, os Terena se apropriam da cidade como campo de oportunidades e resistência, afirmando que a urbanidade não é antagônica à indianidade, mas uma extensão dela.

Os resultados também mostram que a identidade Terena em Campo Grande é marcada por negociações constantes com a sociedade envolvente. Viveiros de Castro, ao falar sobre perspectivismo e relações interétnicas, ajuda a compreender que esses encontros não são assimétricos a ponto de anular a identidade indígena, mas produzem trocas, tensões e adaptações. A presença de escolas indígenas, iniciativas culturais, grupos de dança e práticas rituais nas áreas urbanas confirma que os Terena não apenas resistem à cidade, mas a transformam, inscrevendo nela seus próprios modos de existência.

Os dados demográficos da FUNAI e do IBGE reforçam a dimensão quantitativa desse processo: o crescimento da população indígena em áreas urbanas do Mato Grosso do Sul reflete um movimento que é ao mesmo

tempo econômico, político e cultural. Esses números, quando articulados à análise qualitativa, demonstram que os Terena não estão se afastando de sua identidade ao viver na cidade. Pelo contrário, estão ampliando seus territórios simbólicos, reafirmando pertencimentos e reconstruindo práticas, exatamente como defendido por Cunha e Barth ao tratar da identidade como processo, fronteira e negociação.

Assim, a discussão dos resultados evidencia uma síntese fundamental: a identidade Terena não se perde na cidade; ela se atualiza. A urbanização não dissolve fronteiras étnicas, apenas as desloca e complexifica. A cultura não desaparece; ela se reinventa. E o território não se limita à terra física; ele se estende ao espaço simbólico das práticas, memórias e relações que os Terena constroem diariamente.

6 CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste artigo evidencia que a identidade Terena em Mato Grosso do Sul, especialmente na cidade de Campo Grande, constitui um processo histórico e dinâmico marcado por negociações constantes entre memória, territorialidade, resistência e reinvenção cultural. Longe de representar um afastamento das origens ou uma ruptura com o passado, a presença Terena no espaço urbano revela a continuidade de estratégias de adaptação que acompanham esse povo desde o contato colonial, confirmando que a identidade indígena não está vinculada exclusivamente ao território rural, mas às redes sociais e simbólicas que sustentam o pertencimento.

A fundamentação teórica permiti compreender que etnicidade não é um atributo fixo, mas um processo, como demonstrado por Barth, Carneiro da Cunha e Oliveira. Essa perspectiva foi essencial para ler a urbanização não como perda cultural, mas como campo de rearticulação identitária. A história dos Terena permeada por deslocamentos, disputas territoriais e reconfigurações políticas demonstrou que a busca por novos espaços, inclusive urbanos, faz parte de sua trajetória coletiva e se insere em estratégias ampliadas de sobrevivência e fortalecimento comunitário.

Os resultados indicaram que a cidade, embora marcada por desigualdades e desafios específicos, não produz um apagamento cultural. Pelo contrário, evidencia-se um movimento de recriação constante de rituais, práticas coletivas, modos de sociabilidade e formas de expressão simbólica. A territorialidade, compreendida de forma ampliada segundo Gallois, manifesta-se em espaços físicos e também em práticas que reafirmam pertencimentos, desde associações comunitárias até celebrações, redes de parentesco e ocupações políticas que ressignificam o ambiente urbano. A ideia de tradição, observada dentro da lógica de Hobsbawm e Ranger, não aparece como algo estático, mas como um repertório revitalizado, que se adapta às condições contemporâneas sem perder sua potência identitária.

A presença Terena nas cidades, reforçada pelos dados da FUNAI e do IBGE, amplia a compreensão sobre o que significa “ser indígena” no Brasil contemporâneo. Essa presença desafia narrativas que associam indígena exclusivamente ao espaço rural, ao mesmo tempo em que reafirma a pluralidade das experiências indígenas.

Campo Grande, nesse sentido, torna-se um espaço de disputas e também de afirmação, onde a cultura Terena circula, se expressa e se renova. O ambiente urbano, ao invés de limitar práticas culturais, abre novas possibilidades de representação, organização e visibilidade.

Dessa forma, conclui-se que a identidade Terena na cidade não é um fenômeno periférico, mas parte integrante de uma trajetória histórica ampla, que combina continuidade, adaptação e resistência. A urbanização não elimina a etnicidade, mas a reconfigura; não apaga tradições, mas as reconstrói; não desarticula o pertencimento, mas o reorganiza em novas formas e territorialidades. Assim, compreender os Terena em Campo Grande significa reconhecer a vitalidade das culturas indígenas no Brasil contemporâneo e a centralidade que têm na construção de novas formas de cidadania indígena urbana.

Por fim, este estudo contribui para ampliar o debate historiográfico e antropológico sobre populações indígenas em contexto urbano, reforçando a necessidade de pesquisas que visibilizem essas experiências e superem estereótipos ainda persistentes. Analisar a presença Terena nas cidades não é apenas interpretar um movimento demográfico, mas reconhecer um processo vivo de reconstrução cultural e política que continua a desafiar fronteiras, discursos e expectativas sobre o que é ser indígena no século XXI.

REFERÊNCIAS

AMADO, Luiz Henrique. *Direitos territoriais indígenas e disputas políticas no Brasil contemporâneo*. Brasília: Editora UnB, 2020.

BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

COLMAN, André; SOUZA, Juliana; VIEIRA, Rafael. *Territorialidades indígenas e práticas rituais em contexto urbano*. Campo Grande: Editora UFMS, 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura e diferença: ensaios contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). *Relatórios de povos indígenas no Brasil*. Brasília: FUNAI, vários anos.

GALLOIS, Dominique Tilkin. *Territorialidade e identidade indígena no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2011.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022: população indígena*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MONTEIRO, Carlos Augusto da Silva. *História e trajetória social dos Terena no Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora UFMS, 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *A emergência dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: E-papers, 2016.

PEREIRA, Levi Marques. *Parentesco, memória e organização social Terena*. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

SALVADOR, Emerson Pimentel. *Indígenas Terena e processos de urbanização no Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 2020.

SILVA, Ana Paula; MAURO, Rafael. *Reconfigurações culturais em contexto urbano indígena*. São Paulo: Annablume, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

XIMENES, Sérgio. *Território, etnicidade e luta política entre os Terena*. Campo Grande: UCDB, 2011.

UM ESTUDO SOBRE AS FORMAS DE SILENCIAMENTO DA MULHER NA SOCIEDADE SUL-MATO-GROSSENSE: medo, loucura e histeria

ISADORA CESSSEL DOS ANJOS

RESUMO

O presente trabalho analisa a subjugação da mulher a partir do estereótipo da loucura e investiga de que maneira o medo, enquanto instrumento de controle social e político, fomentou historicamente no discurso da histeria feminina, transformando corpos e comportamentos dissidentes em objetos de patologização e exclusão. A pesquisa foi realizada com base em uma revisão bibliográfica e análise de conteúdo de um Processo Criminal de 1911, proveniente do município de Corumbá – MS, que relata um caso de violência contra a mulher e que resulta na absolvição do réu. Através dele podemos compreender discursos que envolvem as relações de gênero, como a culpabilização da vítima e o pedido de sanidade para comprovação de seu relato. Além de remeter elementos de uma sociedade com base patriarcal em prol da manutenção da dominação masculina. Esse estudo surge como uma ferramenta para exemplificar que a violência de gênero é uma construção social sustentada por dispositivos de poder que foram historicamente naturalizados e consolidados.

Palavras-Chave: Gênero; Patriarcado; Loucura; Processo Criminal.

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de pesquisa que utiliza um Processo Criminal de 1911, proveniente do município de Corumbá – MS, que relata um caso de violência contra a mulher e que resulta na absolvição do réu. Através dele podemos compreender discursos que envolvem as relações de gênero, como a culpabilização da vítima e o pedido de sanidade para comprovação de seu relato, além de remeter a elementos de uma sociedade de base patriarcal em prol da manutenção da dominação masculina. Esse estudo surge como uma ferramenta para exemplificar que a violência de gênero é uma construção social sustentado por dispositivos de poder que foram historicamente naturalizados e consolidados.

Partimos do pressuposto de que o patriarcado enquanto sistema de dominação-exploração de mulheres necessita de mecanismos para se estabelecer. Dentre esses dispositivos, utilizo a instrumentalização política do medo, que no contexto inquisitorial disseminou um pânico social diante do feminino. Posteriormente, esse discurso fomentou historicamente na patologização da histeria como uma doença puramente feminina, transformando corpos e comportamentos dissidentes dignos de exclusão.

Início a pesquisa com o tópico denominado “A anatomia do medo e seus dispositivos no âmbito de gênero”, no qual examino a construção social e política do medo como ferramenta de controle, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade social. Segundo Zygmunt Baumann, “o medo é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentar, se cessá-la estiver além do nosso alcance.” (Baumann, 2008, p. 6). Em complemento, utilizo autores como Jean Delumeau e Silvia Federici, que abordam o período de Caça às Bruxas, que se consolidou na Era Moderna, período esse resumido da seguinte forma por Lucien Febvre: “*Peur toujours, peur partout*” (“medo sempre e em toda parte”). Servindo como um fenômeno paradigmático na difusão de um imaginário de perigo associado ao feminino.

No tópico seguinte, “As engrenagens do Patriarcado: a naturalização dos processos de dominação”, abordo o referencial teórico de Gerda Lerner, Pierre Bourdieu e Ana Maria Colling, que premissas misóginas são puramente construções sociais do patriarcado. No qual utilizam-se discursos das diversas esferas: política, religiosa e científica, e que ao serem reproduzidos socialmente, tornam-se parte integrante do senso comum, passando a operar como uma verdade indubitável.

Em “Das fogueiras aos manicômios: a histeria como uma doença feminina”, avanço na demonstração de que a perseguição às bruxas não findou, mas transmutou-se para o discurso médico e científico, no qual discorro que as bruxas do período inquisitorial se tornaram histéricas. Para isso, exponho a construção da imagem pejorativa acerca do louco e a sua categoria de exclusão, utilizando a obra *História da Loucura* de Michel Foucault, e em como posteriormente foi associada a imagem feminina, com a patologização da histeria.

E por fim, faço a análise do Processo Criminal Histórico datado em 1911, expondo como os discursos do réu e das testemunhas manifestam os valores da sociedade da época, culpabilizando a vítima e deslegitimando a sua palavra. A absolvição do agressor evidencia falhas do sistema jurídico penal que atua sobre uma estrutura social que muitas vezes normaliza a violência masculina como forma de “correção” e manutenção da honra.

Como futura historiadora, anseio que essa pesquisa contribua para os estudos de gênero que se mostra tão escassos no estado de Mato Grosso do Sul, especialmente no período da Primeira República, dada a alta demanda social em vista dos números alarmantes de violência de gênero. Além disso, em exposição às formas de silenciamento sofridas por muitas mulheres, busco através desse trabalho dar visibilidade aos imbróglis presentes na Historiografia, que por muito tempo foi contada por figuras masculinas, reiterando mulheres como sujeitos da História.

A ANATOMIA DO MEDO E SEUS DISPOSITIVOS NO ÂMBITO DE GÊNERO

O dicionário de língua portuguesa da Academia Brasileira define o medo como um “Fenômeno psíquico, afetivo, de intensidade variada, resultante da conscientização de um perigo, real ou imaginário”. Ao analisarmos registros históricos e como já citado por Jean Delumeau, podemos perceber que o medo está presente nos setores mais diversos da existência cotidiana. Por um lado, atua como um companheiro em prol da nossa sobrevivência, em virtude de nós sermos os únicos seres vivos a termos consciência de nossa finitude, ou seja, somos os únicos seres vivos que sabemos, antecipadamente, que um dia vamos morrer. Desse modo, isso faz com que tomemos medidas que possuem o objetivo de nos proteger desse perigo (Brandão, 2005). Por outro lado, o medo também pode ser utilizado como uma ferramenta política de controle social, principalmente em contextos de alta vulnerabilidade da população, como em períodos de guerra, de peste ou de fome – nos quais a manipulação do temor coletivo servem para consolidar hierarquias e silenciar vozes dissidentes.

[...] O fascismo e o nazismo beneficiaram-se dos alarmes dos detentores de rendas e dos pequenos burgueses que temiam as perturbações sociais, a ruína da moeda e o comunismo. As tensões raciais na África do Sul e nos Estados Unidos, a mentalidade obsidional que reina em Israel, o “equilíbrio do terror” mantido pelas superpotências, a hostilidade que opõe a China e a União Soviética são umas tantas manifestações dos medos que atravessam e dilaceram nosso medo (Delumeau, 2009, p. 28).

Estudar a cultura do medo é buscar entender como esse discurso de poder pode produzir uma imagem de terror social e como isso é transferido de forma naturalizada e espontânea ao senso comum. A cultura do medo, é enraizada em nossa civilização, refletindo uma produção do imaginário social ideologicamente efetivado e amplamente divulgado, seja pela mídia, pela família ou também pela religião. O sentimento de certeza (ainda que ilusória) fomentado de que estamos vivendo no caos, aumenta a sensação de insegurança e conseqüentemente, torna-se uma forte ferramenta para as figuras de autoridade, sejam ela o Estado ou a Igreja (Sobrinho, 2005).

Os perigos dos quais se tem medo (e também os medos derivados que estimulam) podem ser de três tipos. Alguns ameaçam o corpo e as propriedades. Outros são de natureza mais geral, ameaçando a durabilidade da ordem social e a confiabilidade nela, da qual depende a segurança do sustento (renda, emprego) ou mesmo da sobrevivência no caso de invalidez ou velhice. Depois vêm os perigos que ameaçam o lugar da pessoa no mundo - a posição na hierarquia social, a identidade (de classe, de gênero, étnica, religiosa) e, de modo mais geral, a imunidade à degradação e à exclusão sociais (Baumann, 2008, p. 8-9).

Essa perpetuação do medo como uma ferramenta política se dá através de dois elementos centrais: o discurso e o imaginário social. Foucault cita que a linguagem não é só vocabulário, mas discurso que, em uma relação de saber e poder, determina verdades e nos subjetiva. O discurso é um fenômeno social que é construído nas malhas das relações de poder, as quais se apropriam do sujeito (já submetido a esse poder) e se expressa através dele. Assim, nós, enquanto sujeitos, temos a falsa ilusão de sermos autores de nossos discursos, no entanto, enunciamos a partir daquilo que é socialmente imposto, reproduzindo narrativas que nos antecedem.

[...] Não há sociedade onde não existam narrativas que se contam, se repetem e se fazem variar, fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas, coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza (Foucault, 2012, p. 21).

Os discursos produzem uma “verdade” sobre os sujeitos e sobre seus corpos quando sugerem o que vestir, o que usar, o que falar, como se comportar etc., constituindo identidades. Essa produção de identidades pelos discursos, ao mesmo tempo em que inspira liberdade, organiza práticas de disciplinamento e de controle (Colling, 2019, p. 37). No âmbito da sexualidade, Foucault a cita como uma criação discursiva que teria como objetivo fundamental controlar as pessoas produzindo a normalização dos corpos. Para ele, os discursos são históricos, não só porque se constroem num certo tempo e lugar, mas porque têm uma positividade concreta,

investem-se em práticas, em instituições, em um número infindável de técnicas e procedimentos, que, em última análise agem nos grupos sociais e nos indivíduos (Colling, 2019, p. 17-18).

Partindo para a esfera do imaginário social, ele é formado amplamente por símbolos e mitos que na maioria das vezes tornam-se receptores das projeções dos medos, interesses e aspirações, modelando comportamento, condutas e visões de mundo desde que partilhado por pessoas, criando uma comunidade de sentido e solidificando uma determinada visão de mundo, tornando o campo do imaginário um campo de enfrentamento político (Serbena, 2003). Segundo Michel Maffesoli, podemos ler uma cultura a partir dos monstros de uma sociedade, pois o imaginário é formado pelas expectativas e temores coletivos, correspondendo ao encontro entre o inconsciente coletivo e a cultura de um grupo social.

Ana Maria Colling disserta em sua aclamável obra “Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino” que quando referimos o imaginário a história das mulheres, descobrimos que um corpo se produz tanto a partir do imaginário que existe em torno dele quanto das variadas práticas que se articulam em espaços definidos, em ritmos, em modos de vestir e de utilizar a língua, em leituras, em gestos, em olhares permitidos e proibidos.

Este trabalho sobre o corpo e, sobretudo, “sobre a alma que transparece no corpo que a contém”, como afirma Duby, é fruto de um contexto social, onde se cria, esquadrinha ou exclui. Como o corpo é o primeiro lugar da inscrição, a sociedade sempre leu, encarou a mulher a partir de seu corpo e de suas produções, fechando-a na reprodução e na afetividade. A natureza - menstruação, gravidez, parto etc., destinava as mulheres ao silêncio e à obscuridade, impossibilitando-as de outras formas de criação (Colling, 2019, p. 26-27).

Delumeau aborda que os medos se tornam mais complexos quando se trata da esfera humana, pois eles são múltiplos por serem fruto da sua imaginação e, portanto, passíveis de descrições históricas porque sofrem variações. Ao tratarmos da imaginação, é importante ligá-la ao aspecto cultural de determinada sociedade. A psicóloga clínica Luciana Oliveira dos Santos cita em seu artigo a alegação de Robert Solomon referente a esse quesito cultural, onde ele diz que as emoções básicas são passíveis de mudança (o medo por exemplo), e que “devemos supor que as emoções primordiais variam consideravelmente de cultura para cultura, e mesmo quando permanecem superficialmente as mesmas, elas devem ter status diferentes e desempenhar papéis muito diferentes nas interações sociais.”

A sociedade interpreta determinados fatos conforme a ideologia vigente naquele momento histórico, ou seja, a lógica hegemônica do grupo dominante deve prevalecer, difundindo a ideia principal através de pequenas justificações, as quais permitirão, ante a presença do fato indesejado, mas real, que parcelas de sua liberdade sejam reprimidas a fim de

manter (ou restaurar) a ordem, ainda que em troca de arbitrariedade ou opressão. Diante disso, é notável o tratamento político a ser evidenciado nesta correlação de forças, visto que o medo é traduzido como mecanismo de dominação política e social, tolhendo a liberdade do indivíduo e reduzindo direitos dos cidadãos (Sobrinho, 2005, p. 220-221).

No âmbito do gênero, o medo e o imaginário foram elementos cruciais para que se estabelecesse e ampliasse a violência de gênero. Constrói-se uma figura feminina de inferioridade e submissão ao homem, seja em relação à saúde (as mulheres são fracas e doentes), à intelectualidade (os homens são mais inteligentes do que as mulheres), ao corpo (disposição dos órgãos sexuais, que representa como o inverso dos masculinos, atribuindo ao útero, o órgão que dá a identidade à mulher e que explica as características de uma fisiologia e de uma psicologia vulneráveis), entre outros aspectos (Colling, 2019).

Importante destacar que tais formas de pensar são lentamente construídas e estruturadas na sociedade, que não costumam surgir de maneira corriqueira, mas sim como desenvolvimento de relação de poder com recortes voltados – como na maioria dos processos de opressão social – à classe e gênero (Bittencourt, 2019, p. 121).

A partir desse entendimento nos faz buscar identificar algumas das narrativas contidas em séculos passados que podem ter dado continuidade a determinada forma de pensar. Quando a controlar e representar as mulheres com intuito de desqualificar, levando-as a manter-se cativas em ambientes privados, monitoramento regido pelo medo como forma de garantir a obediência em uma sociedade que procura a manutenção de seu status quo (Bittencourt, 2019, p. 121).

Dessa forma, creio ser necessário destrinchar pelo período da caça às bruxas, momento em que se tornava explícito o ódio contra as mulheres que fugiam dos seus papéis impostos, que exaltavam a feminilidade criada nos moldes culturais e capitalistas. Gerando uma atmosfera de medo do feminino, servindo para preparar o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor. Como citado por Silvia Federici, foi um meio de desumanização e, com tal, uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e o genocídio. Para Merchant, a mulher-enquanto-bruxa, foi perseguida como a encarnação do “lado selvagem” da natureza, de tudo aquilo que na natureza parecia desordenado e incontrolável.

Mas antes de prosseguirmos com as características impostas a essas mulheres consideradas bruxas, é importante destacarmos o contexto histórico no qual ele foi instaurado. A sociedade presente no final da Idade Média e no início da Idade Moderna é considerada uma sociedade fragilizada, dado ao período marcado pelos medos e anseios fomentados pelas disputas

ideológicas, territoriais, e o poder político e econômico muito presentes na época. Tais elementos se inflamaram e foram devidamente utilizados a ponto de serem peças importantes para a base de uma reestruturação das sociedades rurais e urbanas da Europa (Bittencourt, 2019).

Com a alta taxa de mortalidade ocasionada pela peste e pelas guerras da época, as autoridades denunciavam a existência de uma conspiração, instigando a população a buscar os malfeitores (Federici, 2017). Esses malfeitores eram direcionados como “bodes expiatórios” que eram escolhidos, em sua maioria, nos grupos marginalizados que se constituíram enquanto vítimas da mentalidade de seu tempo, sendo eles, os judeus, os homossexuais, os leprosos e as bruxas (Bittencourt, 2019, p. 124-125). Ou seja, eram, em sua maioria, pessoas pobres, isoladas do convívio social e que como já frisado por Delumeau: “é mais fácil atribuir culpa a um mais pobre cujas possibilidades de defesa são reduzidas”.

As bruxas são majoritariamente mulheres que lidam com as funções reprodutivas e da sexualidade (parteiras) pois detinham saberes diante de técnicas abortivas e de anticoncepção, e que, em função disto, detêm considerável dose de influência nas suas aldeias (Colling, 2019, p. 63). E com isso, intensificou-se a perseguição às bruxas como uma forma de método disciplinar que o Estado adotou com a finalidade de regular a procriação e quebrar o controle das mulheres sobre a reprodução. Ao negar às mulheres o controle sobre seus corpos, acaba por reduzi-las ao papel de procriadoras, onde o casamento era visto como a carreira e a “solução” de uma mulher, alimentado pelo discurso de que elas eram incapazes de sobreviverem sozinhas (Federici, 2017).

Federici evidencia que a bruxa era um símbolo vivo do “mundo contrário” vinculado às aspirações milenares de subversão da ordem social. Não sendo somente a parteira, mas também a mulher que evitava a maternidade, era a mulher libertina e promíscua, a mulher que praticava sua sexualidade fora dos vínculos do casamento e da procriação. Era também aquela rebelde que respondia, discutia, insultava e não chorava sob tortura. Tendo isso em vista, a autora destaca que centenas de mulheres não poderiam ter sido massacradas e submetidas às torturas mais cruéis se não tivessem proposto um desafio à estrutura de poder (Federici, 2017).

Sem dúvida, a inércia dos homens diante das atrocidades a que foram submetidas as mulheres foi frequentemente motivada pelo medo de serem implicados nas acusações, já que a maioria dos homens que foram julgados por tais crimes eram parentes de mulheres suspeitas ou condenadas por bruxaria. Contudo, os anos de propaganda e terror certamente plantaram entre os homens as sementes de uma profunda alienação psicológica com relação às mulheres, o que quebrou a solidariedade de classe e minou seu próprio poder coletivo (FEDERICI, 2021, p. 346).

Esse discurso firmado na crença de um feminino particularmente assustador e invocador de demônios, foi nutrido majoritariamente pelo poder eclesiástico, que oportuniza uma gama de

informações espalhadas à sociedade em volta de um imaginário social que se detém na construção de explicações sobrenaturais que são igualmente controláveis pelos “homens da igreja”, que se encontram de acordo com a narrativa contida nos manuais inquisitoriais.” (Bittencourt, 2019, p.122)

Jean Delumeau evidencia o medo humano diante do desconhecido, de tudo aquilo que precede e segue a breve existência do homem. Diante disso, citamos o medo perante o mar. No período antecessor das grandes navegações, o homem branco em busca de expansão territorial e de riquezas passou a explorar um ambiente até então desconhecido, rodeado por lendas e mitos. Pois uma civilização essencialmente terrestre não podia, portanto, senão desconfiar de um elemento tão perverso como a água, sobretudo quando se acumula sob forma de mar (Delumeau, p. 70, 2009).

Dessa forma, a Igreja, a partir de seu discurso eclesiástico passa a assumir o papel de forjadora de medos, pois o medo é sempre uma ajuda para o governante. Minorando medos genéricos e irracionais (como os do mar e das estrelas) e ampliando o medo do demônio e do pecado, trazendo a necessidade de desmascarar Satã e os seus agentes. Os transformando em mais aterrorizantes para os seus fiéis (Alaniz, 2013). Fazendo com que a Inquisição fosse motivada e mantida pelo medo desse inimigo sem cessar renascente: a heresia que parecia perseguir incansavelmente a Igreja (Delumeau, 2009, p. 28).

Nesse cenário se edifica o medo diante do feminino, ou melhor, que se consolidou pois, como abordado por Marilena Chauí, sempre existiu o medo da mulher. Sendo pela formação do ego do indivíduo do sexo masculino, que deve ter ocorrido em um contexto de medo, admiração e possivelmente pavor da mulher, pode ter levado os homens à criação de instituições sociais para incentivar o ego, aumentar a autoconfiança e validar sua noção de valor (Lerner, 2019, p. 75).

“Desde sempre, em toda parte, tem-se medo do feminino, do mistério da fecundidade e da maternidade, “santuário estranho”, fonte de tabus, ritos e terrores. “Mal magnífico, prazer funesto, venenosa e enganadora, a mulher é acusada pelo outro sexo de haver trazido sobre a terra o pecado, a infelicidade e a morte.” Terror de sua fisiologia cíclica, lunática, asco de suas secreções sangrentas e do líquido amniótico, úmida e cheia de odores, ser impuro, para sempre manchada: Lilith, transgressora lua negra, liberdade vermelha nos véus de Salambô. Rainha da Noite vencida por Sarastro. Perigosa portadora de todos os males, Eva e Pandora; devoradora dos filhos paridos de sua carne, Medeia e Amazona; lasciva, “vagina denteada” ou cheia de serpentes, o que Freud chamou medo da castração e que em todas as culturas é assim representado. Fonte da vida, fertilidade sagrada, mas também noturnas entranhas: “Essa noite, na qual o homem se sente ameaçado de submergir e que é o avesso da fecundidade, o apavora”, o medo ancestral do Segundo Sexo. [...] (Chauí, 1987, disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/sobre-o-medo/>)

Todos os medos arraigados que os homens nutriam em relação às mulheres (principalmente devido à propaganda misógina da igreja) foram mobilizados num contexto em que se instigava os homens que haviam sido expropriados, empobrecidos e criminalizados a culpar a bruxa castradora pela sua desgraça. Além disso, as mulheres não foram só acusadas de tornar os homens impotentes, mas também sua sexualidade foi transformada num objeto de temor, pois se ensinava aos homens que uma bruxa podia escravizá-los segundo sua vontade (Federici, 2017).

Como dito anteriormente, a caça às bruxas criou uma atmosfera de medo do feminino, servindo para preparar o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor. Fazendo com que, dessa forma, fortalecessem raízes antropológicas misóginas que se permeiam até nos dias atuais por meio da violência de gênero, podendo ser explícitas, como os altos índices de feminicídio, ou em forma de violência simbólica sutis (mas não menos danosa), atreladas a discursos que naturalizam a inferioridade da mulher diante do homem, restringindo sua autonomia e reproduzindo estereótipos que ecoam da mesma lógica de controle observada no período da Inquisição. É nessa continuidade histórica que identificaremos narrativas e práticas que ainda hoje perpetuam a submissão feminina.

AS ENGRENAGENS DO PATRIARCADO: A NATURALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE DOMINAÇÃO

O patriarcado, enquanto sistema de dominação-exploração de mulheres necessita de mecanismos para se estabelecer, dependendo fundamentalmente da internalização e da naturalização de seus preceitos pela sociedade. Desse modo, ele opera na inserção sutil de suas bases em diversas esferas discursivas, seja ela em âmbitos políticos, religiosos, científicos ou culturais, que ao serem reproduzidos socialmente, tornam-se parte integrante do senso comum, passando a operar como uma verdade indubitável.

Em conformidade com essa premissa, Michel Foucault nos apresentou a sexualidade como uma criação discursiva que teria como objetivo fundamental controlar as pessoas produzindo a normalização dos corpos. No caso do corpo feminino, ele não foi simplesmente uma construção histórica (ou exclusivamente), mas filosófica, médica, pedagógica, psicológica e jurídica. Esses variados discursos articulam-se de uma maneira às vezes imperceptível, mas no final, todos receitam o que é ser homem, o que é ser mulher, e os papéis sociais designados a ambos: descrevem como se fazem as mulheres em determinada cultura; como se faz um corpo sexuado feminino (Colling, 2019, p. 16).

A violência das ideias que legitimam a dominação não está permanentemente presente na consciência das mulheres, mas está no espírito dos dominantes. Para a dominada, o que é permanente é a violência das limitações que lhe são impostas cotidianamente e que vêm mediatizadas pela ideologia. (Garcia, 1995, p. 14)

Como já citado por Simone de Beauvoir, ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher. Em que o “ser mulher” é uma construção social e cultural rodeada de discriminações que costumam ser justificadas mediante a atribuição de qualidades e traços de temperamento diferentes a homens e mulheres, que são utilizados para delimitar seus espaços de atuação. Com frequência, esses traços são considerados como algo inato, com o qual se nasce, algo supostamente “natural”, decorrente das distinções corporais entre homens e mulheres (Piscitelli, 2009, p. 118).

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (Bourdieu, 2019, p. 8)

Pierre Bourdieu descreve a feminilidade como uma arte de “se fazer pequena”, na qual o feminino é sinônimo de diminutivo, isto é, as mulheres são socialmente incentivadas a contrair-se e a limitar seus movimentos, mantendo-as encerradas em uma espécie de cerco invisível, que restringe simbolicamente o território de atuação de seus corpos – enquanto os homens ocupam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos. (Bourdieu, 2025, p. 53)

Essas divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem assim, progressivamente, em duas classes de habitus² diferentes, sob a forma de hexis corporais³ opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino (Bourdieu, 2025, p. 56).

Berenice Bento exemplifica a materialidade do corpo como uma construção social iniciada ainda antes do nascimento. A expectativa de se saber o sexo da criança no período de gravidez por exemplo, é estruturada através de uma complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha

² O habitus consiste em disposições internalizadas que aprendemos ao longo da vida (como gestos, pensamentos e formas de agir).

³ Hexi corporal é como o corpo é treinado para se comportar no espaço.

causa (Bento, 2011, p. 550). Ou seja, projetam sobre o feto identidades que, na verdade, são socialmente produzidas. Assim, antes de nascer, o corpo já está inscrito em um corpo discursivo.

A mulher verá crescer sua identidade em discursos que ela não formulou, caminhará com a palavra emprestada, como uma estrangeira; definindo-se em uma linguagem feita por outros, vivendo em um espaço desenhado por outros, em uma trama de razões que outros pensaram. (Colling, 2019, p. 15)

Essa divisão binária faz com que tenha o privilégio de um termo sobre o outro, em que o segundo termo se torna uma função e, também, uma invenção do primeiro: desenvolvido/subdesenvolvido, moderno/primitivo, civilizado/bárbaro. Nesse sistema, o binarismo é o mundo do “Um e seus outros” – a mulher, assim, se converte no “outro” do homem (Segato, 2022, p. 16). Fazendo com que tais representações e discursos diante do corpo feminino não sejam inocentes, pois onde há hierarquização, há lógica de controle.

Importante destacar que como apontado por Rita Segato em sua obra “as estruturas elementares da violência”, o polo hierárquico constitui-se e realiza-se precisamente às custas da subordinação do outro. Foucault complementa essa ideia ao explicar que, o poder não atua somente na função de reprimir, agindo apenas por meio da censura e da exclusão, caso contrário ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo – como se começa a conhecer – e também no nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. E a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico (Foucault, 2010, p. 225).

[...] O sistema patriarcal só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida por intermédio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam. As mulheres participam no processo de sua subordinação porque internalizam a ideia de sua inferioridade. Como apontou Simone de Beauvoir: “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos.” (Lerner, 2019, p. 21)

Essa dinâmica de poder que, como destacado anteriormente por Rita Segato e Michel Foucault, opera por meio da hierarquização e da produção de saberes, desembocando diretamente no processo de disciplinamento corporal, onde os corpos são moldados para performar papéis de gênero que naturalizam e reforçam as relações de dominação. Em “Vigiar e Punir”, Foucault cita o corpo como um campo político, no qual as relações de poder têm alcance imediato sobre ele. O corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo um corpo produtivo e um corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia,

ela pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e, no entanto, continuar a ser de ordem física (Foucault, 2019, p. 12-13).

Nas relações de gênero, esse poder possui uma figura de autoridade com atributos de masculinidade, a figura paterna, fálica e poderosa, enquanto a feminina se configura na figura materna, sinônimo daquilo que se subtrai. (Segato, 2025) Gerda Lerner descreve a submissão feminina como uma relação de um grupo dominante, considerado superior, com um grupo subordinado, considerado inferior, em que a dominação é mitigada por obrigações mútuas e direitos recíprocos.

O dominado troca submissão por proteção, trabalho não remunerado por manutenção. Na família patriarcal, as responsabilidades e obrigações não são distribuídas de modo semelhante entre aqueles a serem protegidos: a subordinação dos meninos à dominação do pai é temporária; dura até que eles mesmos se tornem responsáveis por suas casas. A subordinação das meninas e das esposas dura a vida inteira. As filhas podem escapar de tal dominação apenas caso se posicionem como esposas sob a dominação/proteção de outro homem. A base do paternalismo é um contrato de troca não escrito: sustento econômico e proteção oferecidos pelo homem pela subordinação em todos os campos, serviço sexual e trabalho doméstico não remunerado oferecido pela mulher. (Lerner, 2019, p. 267)

Pierre Bourdieu trabalha a hipótese de que a reprodução de tais condutas misóginas se perpetua em maior escala em três instâncias principais: a Família, a Igreja e a Escola. Em comum, agem sobre as estruturas inconscientes. No âmbito familiar impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho, no caso do trabalho doméstico não remunerado, que segundo Silvia Federici, ele tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho. Quanto à Igreja, desde sua criação ela é marcada por um clero patriarcal que condena o feminino atuando sobre a simbologia dos textos sagrados, em que se associa a autoridade masculina à divindade enquanto o feminino é associado à pecaminosidade (figura da Eva como a origem do pecado). Um exemplo central está na passagem da Carta de São Paulo aos efésios, no Novo Testamento (5:23-24):

Que as esposas aprendam em silêncio a sujeição (...) eu não suporto que uma mulher usurpe a autoridade dos homens, mas que esteja em silêncio (...). Esposas, submetam-se a seus maridos (...) pois o marido é a cabeça da esposa, como Cristo é a cabeça da Igreja.

Já na esfera escolar trata-se de um ambiente que desde a infância reproduz valores e normas da sociedade, reforçando as hierarquias de gênero existentes e preparando os indivíduos para ocuparem papéis específicos na sociedade. A cultura acadêmica nunca deixou de encaminhar modos de pensar arcaicos, atrelados a um discurso oficial sobre o segundo sexo, para o qual colaboram cientistas, filósofos e médicos que visam a restringir a autonomia da mulher, em nome de sua natureza “pueril” e tola (Bourdieu, 2025, p. 143).

No século XIX quando o argumento religioso perdeu força, a explicação tradicionalista da inferioridade das mulheres tornou-se “científica”. Com a crescente do Darwinismo Social - teoria essa que pregava um ideal de hierarquia entre as sociedades, incentivando uma competitividade entre os indivíduos e somente aquele considerado mais apto seria capaz de sobreviver socialmente - distorcendo conceitos instaurados por Charles Darwin em sua Teoria de Seleção Natural para justificar discursos preconceituosos em prol da “ciência”. Dessa forma, defensores científicos do patriarcado justificavam a definição de mulheres pelo papel materno e pela exclusão de oportunidades econômicas e educacionais como algo necessário para a sobrevivência da espécie (Lerner, 2019, p. 45).

Era por causa da constituição biológica e da função materna que mulheres eram consideradas inadequadas para a educação superior e muitas atividades educacionais. Menstruação, menopausa e até gravidez eram vistas como debilitantes, doenças ou condições anormais, que incapacitavam as mulheres e as tornavam de fato inferiores. (Lerner, 2019, p. 45)

Discurso semelhante aos gregos, acreditavam que a inferioridade feminina estava presente em todos os planos: na anatomia, na fisiologia e na ética. O tamanho do cérebro era o principal argumento para caracterizar a mulher como um ser inferior intelectualmente, demonstrando a maior inteligência aos homens (Colling, 2019).

E é nesse contexto que a histeria enquanto uma patologia exclusivamente feminina se assentou como um diagnóstico emblemático para controlar corpos e comportamentos que fugiam às normas de gênero vigentes.

DAS FOGUEIRAS AOS MANICÔMIOS: A HISTERIA COMO UMA DOENÇA FEMININA

Michel Foucault em sua obra “História da Loucura” traça a loucura enquanto um fenômeno social. Para ele, a loucura caminha com os problemas sociais do momento histórico no qual o homem está inserido, refletindo valores, medo e estruturas de poder de determinada época. Logo, o entendimento de loucura sofre modificação conforme as mudanças da sociedade. Não a loucura em seu objeto, mas a forma com que se enxerga a loucura. Tal entendimento foi se adaptando aos discursos dominantes de cada época, fazendo com que ela não tenha uma essência fixa, e sim uma produção das relações de poder que determinam quem tem autoridade para nomeá-la e controlá-la (França, 2024).

Ao percorrer a linha do tempo da História da Loucura, é notório que ela esteja ligada à História do Esquecimento. Desde os leprosários, o objetivo central não era curar, mas isolar, expurgar da sociedade os considerados “malfeitores”. Assim, tornou-se um processo higienista

da sociedade ocidental burguesa, que tinha como objetivo excluir tudo o que era considerado incômodo e fora dos padrões morais e de normalidade vigentes na época. (Messias, 2022) Foucault cita que “o abandono é, para ele, a salvação; sua exclusão oferece-lhe uma outra forma de comunhão” (Foucault, 2019, p. 10).

Como já dito anteriormente, a Igreja a partir de seu discurso eclesiástico passa a assumir o papel de forjadora de medos, transformando medos genéricos e irracionais em mais aterrorizantes para os seus fiéis. Originalmente, o maior de todos os medos era a morte. Com o tempo, a loucura passou a ocupar o lugar da morte como fonte de inquietação. Se a morte era o fim trágico, a loucura passa a ser uma espécie de “morte em vida”, ou como citado por Foucault, a loucura é uma “morte antecipada”. Assim como no período Inquisitorial, em que condenavam as bruxas, agora não seria muito diferente da loucura, dado o fato de que se isolava todos aqueles que eram considerados elementos heterogêneos da sociedade, como os pobres (julgados como preguiçosos), desempregados (vistos como vagabundos) e prisioneiros (criminosos), todos encarados como irracionais (Foucault, 2019).

A Nau dos Loucos – embarcação que operava no transporte daqueles considerados insanos de uma cidade para outra - foi um dos principais mecanismos para a disseminação desse medo, passando a assombrar a imaginação da população na primeira parte do Renascimento. Sendo uma nau de peregrinação: embarcações altamente simbólicos de insanos em busca da razão (Foucault, 2019).

[...] Confiar o louco aos marinheiros é com certeza evitar que ele ficasse vagando indefinidamente entre os muros da cidade, é ter a certeza de que ele irá para longe, é torná-lo prisioneiro de sua própria partida. Mas a isso a água acrescenta a massa obscura de seus próprios valores: ela leva embora, mas faz mais que isso, ela purifica. Além do mais, a navegação entrega o homem à incerteza da sorte: nela, cada um é confiado a seu próprio destino, todo embarque é, potencialmente, o último. É para o outro mundo que parte o louco em sua barca louca; é do outro mundo que ele chega quando desembarca. Esta navegação do louco é simultaneamente a divisão rigorosa e a Passagem absoluta. (Foucault, 2019, p. 16)

Como já dissertado anteriormente, o medo é utilizado estrategicamente para preservar a ordem social. Em períodos do Renascimento e Iluminismo valoriza-se a razão, a ordem, a disciplina e a produtividade, fazendo com que se intensifique essa perspectiva de “desordem” de determinados grupos sociais. Logo, a figura do louco passa a ser vista como um perigo para a sociedade. O que antes era visto como uma revelação dos excessos humanos, agora é visto como uma ameaça para a ordem social. O medo não desaparece, mas se transforma, utilizando novos mecanismos para se estruturar, partindo desde a demonização da loucura (associando-a a tudo aquilo que é maligno), até a sua exclusão e confinamento.

Diferente do período da caça às bruxas, a ironia se tornou peça central para a domesticação do medo. Em vez de enfrentar o terror da morte, as pessoas começam a ridicularizá-la, representando-a de forma cotidiana (como nos vícios e defeitos humanos). Nesse processo, a loucura assume um papel paradoxal: ela se torna uma estratégia para neutralizar o medo da morte. Ocorre, dessa forma, uma mudança de eixo na percepção do vazio existencial, antes o vazio era personificado pela morte - algo externo que vinha de fora para interromper a vida -, agora ele se internaliza. O vazio não é mais o fim da vida, mas uma presença constante dentro dela. A sociedade, então, passa a enxergar a loucura em toda parte, pois ela espelha uma fragilidade internalizada. Assim, Foucault busca mostrar como a sociedade mudou a forma de lidar com seus medos profundos, antes a morte era o grande terror, depois a loucura ocupou esse espaço, virando um espelho da fragilidade humana.

[...] A presença que é uma ameaça no interior mesmo do mundo é uma presença descarnada. E eis que nos últimos anos do século esta grande inquietude gira sobre si mesma: o desatino da loucura substitui a morte e a seriedade que a acompanha. Da descoberta desta necessidade, que fatalmente reduzia o homem a nada, passou-se à contemplação desdenhosa deste nada que é a própria existência. O medo diante desse limite absoluto da morte interioriza-se numa ironia contínua; o medo é desarmado por antecipação, tornado irrisório ao atribuir-se-lhe uma forma cotidiana e dominada, renovado a cada momento no espetáculo da vida, disseminado nos vícios, defeitos e ridículos de cada um. A aniquilação da morte não é mais nada, uma vez que já era tudo, dado que a própria vida não passava de simples fatuidade, palavras inúteis, barulho de guizos e matracas. A cabeça, que virará crânio, já está vazia. A loucura é o já-está-aí da morte. Mas é também sua presença vencida, esquivada nesses signos cotidianos que, anunciando que ela já reina, indicam que sua presa será bem pobre (Foucault, 2019, p. 20).

A grande internação, como destacado por Foucault, possui significados políticos, sociais, religiosos, econômicos e morais. Refere-se a uma estratégia de poder com caráter eliminatório, para purificar a sociedade e eliminar toda forma de “inservibilidade”, em que aqueles que detinham poder caracterizavam quem eram considerados loucos. Com a ascensão do capitalismo, a priori os asilos funcionavam como depósitos de uma mão de obra indesejada e/ou improdutiva. No entanto, com a Revolução Industrial e o fim das terras comunais faz com que se multiplique a população em condições precárias, e dessa forma inviabilize a internação de todos esses empobrecidos, fazendo com que surja a necessidade de transformar o pobre em “útil”. Convertendo o internamento em um novo sentido: adquirir mão de obra barata desses enclausurados. Além disso, na esfera religiosa, por muito tempo a loucura era vista como uma impureza, comportamentos considerados irracionais poderiam ser interpretados como possessão demoníaca, exigindo purificação através de castigos para que assim pudessem “expulsar o pecado” (Foucault, 2019).

[...] Testemunhas hieráticas do mal, obtêm a salvação na e através dessa própria exclusão: uma estranha inversão que se opõe à dos méritos e das orações, eles se salvam

pela mão que não se estende. O pecador que abandona o leproso à sua porta está, com esse gesto, abrindo-lhe as portas da salvação (Foucault, 2019, p. 6).

Na Era Clássica, a loucura foi progressivamente revestida por um "disfarce científico", um processo que serviu para legitimar e justificar o confinamento em massa de indivíduos considerados desviantes. Sob a alegação de proteger a família e a ordem estatal de supostas ameaças, a medicina emergiu como um agente de poder crucial, transformando um ato de exclusão social em um suposto "tratamento". Ao categorizar a loucura como uma doença, a medicina dá maior autoridade a certos grupos, como os médicos e o Estado, que passam a definir os parâmetros da "normalidade". Dessa forma, o objetivo não era ajudar ou curar, mas sim de classificar e controlar os corpos daqueles que desafiavam as normas sociais vigentes (Foucault, 2019).

É evidente que o internamento, em suas formas primitivas, funcionou como um mecanismo social, e que esse mecanismo atuou sobre uma área bem ampla, dado que se estendeu dos regulamentos mercantis elementares ao grande sonho burguês de uma cidade onde imperaria a síntese autoritária da natureza e da virtude. Daí a supor que o sentido do internamento se esgota numa obscura finalidade social que permite ao grupo eliminar os elementos que lhe são heterogêneos ou nocivos, há apenas um passo. O internamento seria assim a eliminação espontânea dos "a-sociais"; a era clássica teria neutralizado, com segura eficácia — tanto mais segura quanto cega — aqueles que, não sem hesitação, nem perigo, distribuímos entre as prisões, casas de correção, hospitais psiquiátricos ou gabinetes de psicanalistas (Foucault, 2019, p. 90).

É necessário salientar que apesar da loucura adotar uma roupagem médica e científica, ela permaneceu com o viés excludente. Modificando apenas o seu discurso, mas prosseguindo com o mesmo objetivo: isolar os desviantes da moral vigente. Assim, Foucault desmente a falácia de que os psiquiatras Philippe Pinel e William Tuke são os "libertadores dos loucos". Eles apenas os transferiram para asilos. Transformando o conceito de liberdade adotado de forma ilusória. A psiquiatria não humanizou, apenas modificou a forma de controle: "tratamento" em vez de "castigo".

O que se passou entre o fim da Renascença e o apogeu da era clássica não é, portanto, apenas uma evolução nas instituições: é uma alteração na consciência da loucura; são os asilos de internamento, as casas de força e de correção que doravante representam essa consciência (Foucault, 2019, p. 123).

Partindo da perspectiva de gênero, é necessário destrinchar o sujeito que teve sua reputação marcada pela histeria, sendo diretamente impactado pela máquina de exclusão. A Grande Internação se consolidou em uma matriz de poder preexistente, intrinsecamente ligada ao patriarcado, fazendo com que recaísse de forma desproporcional sobre o corpo e a mente das mulheres. Dessa forma, a passagem do controle religioso para o controle médico não representou uma ruptura, mas uma sofisticação dos mecanismos para a dominação de gênero.

Lucia Tosi e Thomaz Szasz compartilham do mesmo ponto de vista ao dissertarem que as bruxas do período inquisitorial se tornaram histéricas e que as fogueiras acesas no século XVI não foram totalmente extintas: “Continuam ardendo em fogo lento até hoje.”

Histeria (*hystera* do grego) conhecida como a “doença do útero”, em que acreditavam ser uma falha sanguínea do útero para o cérebro, podendo se manifestar somente em mulheres. Segundo o psiquiatra francês Charcot, a histeria se desenvolvia em quatro etapas: 1) rigidez tônica, 2) convulsões desajeitadas, 3) manifestação física de estados emocionais e 4) um estado final de delírio. Elevada ao status de doença mental no século XVIII ao lado da hipocondria, seria vista como distúrbio relacionado diretamente à sexualidade feminina, podendo surgir entre o início (puberdade) e o fim (menopausa) da vida sexual da mulher (Scotti, 2013, p. 230). O diagnóstico de histeria sofreu diversas alterações ao longo dos séculos, mas a relação entre histeria e bruxaria nunca foi rompida, tanto que, até o século XIX, na França, um teste usado com as bruxas – espetá-las com alfinetes e agulhas – era utilizado na demonstração clínica da histeria (Garcia, 1995, p. 49).

No Período da Primeira República, representava um grande problema para a medicina, surgindo no bojo de um projeto de medicalização da sociedade que se voltou para a prevenção das doenças, dos desregramentos morais e da desagregação social. Nesse contexto, a mulher burguesa foi convocada a exercer um novo papel: o de esposa e mãe, e as que se desviavam desse projeto foram descritas como perversas, loucas e, principalmente, histéricas (Nunes, 2010, p. 379).

A maioria dos escritos médicos culpava a anatomia feminina pelos eventuais distúrbios mentais que as mulheres pudessem vir a sofrer (Garcia, 1995, p. 48-49) Que assim como o Darwinismo Social, a psiquiatria desse período via a insanidade como efeito da hereditariedade e da degeneração, acreditando que a insanidade tinha uma causa física, e que uma vez que o sistema reprodutivo era a fonte da loucura feminina, as mulheres eram as principais transmissoras da loucura, e suas filhas, as primeiras a receberem essa herança. Enfocavam a lei da seleção natural e da sobrevivência do mais apto que acreditavam operar tanto no mundo mental quanto social (Garcia, 1995, p. 55).

No final do século [XIX], histeria e feminilidade se tornaram termos praticamente intercambiáveis, pois a histeria estava ligada ao que a medicina chamava de essência feminina. Entre as predisposições os sintomas e os efeitos da histeria, os médicos citavam insistentemente o ciúme, a inveja, o capricho, a vaidade, o egoísmo, o exibicionismo, a extravagância, a instabilidade, a fraqueza de vontade, a sensibilidade aguçada, a emotividade, a suscetibilidade, a sugestibilidade, a impressionabilidade (Garcia, 1995, p. 59).

A partir do século XVII, há um aumento significativo nas internações de mulheres em manicômios, havendo o dobro de casos de doenças mentais entre mulheres do que homens. (Rezende, 1995) Para Showalter, esse aumento pode estar ligado ao crescimento do prestígio da psiquiatria como ciência e às atitudes e opiniões científicas desta disciplina acerca da feminilidade. Para a autora, “numa sociedade que não apenas encara a mulher como uma criança, irracional e sexualmente instável, mas também nega qualquer tipo de poder deixando-a economicamente marginal, não é de se surpreender que elas tenham formado grande parte das categorias de desvio de onde os psiquiatras puderam extrair suas referências e a maioria da população dos asilos.” (Garcia, 1995, p. 51)

No século XVIII, suspeitava-se amplamente de que o confinamento estivesse particularmente sujeito ao abuso do poder de maridos e pais. Em 1728, Daniel Defoe, romancista e jornalista inglês, denunciou aquilo que chamou de conspiração dos homens e dos médicos para se livrarem de esposas e filhas “difíceis”: “Isto me leva a clamar contra a prática vil, hoje tão em voga entre os melhores da classe, como são chamados, mas na realidade da pior classe, isto é, mandar suas mulheres para hospícios, por qualquer capricho ou desafeto, de forma que possam estar mais seguros e à vontade em suas libertinagens (...) Se elas não são loucas no momento em que vão para essas amaldiçoadas Casas, logo se tornam loucas por causa dos costumes bárbaros que são vítimas. Será que não é o suficiente para que alguém fique louco ser repentinamente esbofeteado, despido, surrado, mal alimentado e usado? E tudo isso sem ter razão determinada para esse tratamento, não ter crime indicado e nem acusadores para enfrentar? (Garcia, 1995, p. 49).

Na obra “Carta à rainha louca” de Maria Valéria Rezende, apesar de se tratar de uma ficção, sua narrativa acaba dialogando com a realidade. O livro possui como protagonista Isabel Maria das Virgens, uma mulher aprisionada no período Colonial Brasileiro por insanidade, e que passa a enviar cartas a Rainha Louca (alusão a D. Maria I de Portugal) relatando os horrores que estava enfrentando. Isabel escreve essas cartas como uma tentativa de provar a sua sanidade, mas também como um meio de denúncia, já que a maioria dos trechos são censurados. Essas censuras entram no funcionamento dos discursos segundo a lógica foucaultiana, onde há mecanismos de exclusão que determinam o que pode e o que não pode entrar na ordem do discurso: “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em quaisquer circunstâncias, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa” (Foucault, 2012, p.9).”

No decorrer das páginas notamos que uma das principais problemáticas associadas à figura de Isabel, se trata do fato dela ser uma mulher alfabetizada em uma época em que isso era privilégio de poucos, especificamente dos homens. (Witzel e Teixeira, 2012) Assim como no período de Caça às Bruxas, que muitas eram condenadas pelos seus conhecimentos de plantas, ervas e raízes medicinais e curavam aqueles que não podiam recorrer aos médicos.

Li todos os livros proibidos [...] Disso talvez se tenha feito minha loucura, pois, segundo me dizem, nenhum espírito de mulher, salvo decerto as de linhagem real como Vós, é capaz de suportar o peso do saber. (Rezende, 2019, p. 16)”

A imagem de Isabel sintetiza os traços de mulheres que, ao resistirem ao poder patriarcal, tornam-se marcadas pela desobediência às normas de gênero estabelecidas, fazendo com que se tornem símbolos dos mecanismos de silenciamento. E que assim como apresentado por Carla Cristina Garcia: “a loucura é também um rótulo imposto pela sociedade à mulher que se atreve a se desviar ou a tentar escapar dos padrões estabelecidos, rótulo que aprisiona e oprime e é particularmente punitivo para quem tentou libertar-se da “normalidade”.”

Na sua Escrita de si, como já sublinhamos, Isabel subjetiva-se como uma mulher desobediente (Gros, 2018) que cria suas próprias regras, na medida em que suas memórias fogem ao padrão apresentado por sociólogos da época e sua existência reinventa o ser feminino na construção de sua narrativa histórica. Tanto por não querer se prostituir como único recurso de sobrevivência, quanto por não ter formado família – em grande parte por sua condição financeira, que não a permitia o pagamento do dote ao futuro marido – além de tentar expor os males que sofriam as mulheres na colônia, pois sofrer e chorar seria o quinhão de todas as Filhas de Eva, incluindo a própria rainha. Assim, ressignificando a definição das Filhas de Eva, não como pecadoras, mas como aquelas que enfrentam desafios diários para sobrevivência, em uma época em que as mulheres nada mais eram que objetos a serviço dos varões, como Isabel relata inúmeras vezes, “por certo sabeis como são e as imoralidades e crimes que perpetraram os homens poderosos de Vossos Reinos, aos quais uma pobre mulher não tem força para se opor e nada mais pode fazer senão voltá-los contra eles” (Rezende, 2019, p. 129). (Witzel e Teixeira, 2012, p. 254)

Camila Fortes Monte Franklin em sua pesquisa sobre os perfis das mulheres com transtornos mentais na imprensa piauiense relata que, nos manicômios, as alas femininas eram repletas de mulheres negras, lésbicas, divorciadas, viúvas, adúlteras ou qualquer mulher que causasse algum tipo de incômodo à sociedade, principalmente em relação à sua condição de ser mulher.

Como vimos, a caça às bruxas utilizou do discurso religioso para punir as mulheres que fugiam do seu papel social estabelecido. E posteriormente, a psiquiatria nascente utilizou-se do discurso da doença para “patologizar” a sexualidade feminina, castigando aquelas que fugiam das normativas de gênero. Sendo uma das consequências desse processo histórico, a deslegitimação da credibilidade de sua palavra, tema que será explorado no próximo tópico. É nessa interseccionalidade entre o gênero e a loucura que se consolida um dos mais eficazes mecanismos de silenciamento feminino, cujos ecos ressoam até os dias atuais.

ANÁLISE DO PROCESSO CRIMINAL HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Segundo Nye (1995), casos de homofobia, violência contra as mulheres e crianças são alguns métodos de consolidação do poder masculino. Para a autora, os mecanismos do poder

patriarcal e as estratégias utilizadas pelos sujeitos masculinos para promover a subjugação das mulheres ultrapassam em muito o âmbito particular dos relacionamentos familiares e sexuais, manifestando-se também em dispositivos econômicos e políticos e em leis restritivas, além das tradições e culturas de violência e opressão contra a mulher (Alós e Cargnelutti, 2019, p.7).

A estrutura patriarcal constrói determinados mecanismos de socialização, seja com o intuito de (re)afirmar seu poder, seja com a finalidade de sustentar e fortalecer a dominação masculina, de acordo com as diferentes conjunturas históricas, adaptando-se ao contexto e à evolução gradual e contínua da sociedade. Conforme explica Nye (1995, p. 122), “diferentes épocas revelam diferentes instituições patriarcais de acordo com a necessidade, e por isso os símbolos e imagens do poder masculino podem mudar enquanto as relações de poder de senhor e dominado permanecem”. (Alós e Cargnelutti, 2019, p. 11)

Como já abordado anteriormente, tais sistemas de opressão naturalizam uma realidade considerada como “a ordem das coisas”, em que a figura do homem cisgênero que performa masculinidade hegemônica é reforçada como superior. E aqueles que de alguma forma tentam ir contra essa propagação, são excluídos ou marginalizados pelas normativas sociais, afinal, não se pode rebelar contra a natureza.

O conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder, de dominação do homem e de submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçado pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. Assim, não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis e submissos das mulheres. Os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a ideia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres (Cavalcanti, 2005, p.12).

No presente tópico utilizarei como objeto de análise um Processo Histórico Criminal de um caso de Violência contra a mulher datado de 1911, proveniente do município de Corumbá – MS, que está disponível no Acervo Histórico do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, setor responsável pela conservação e digitalização de documentos das comarcas do Estado.

Assim como assinala Vilaca (2013), os arquivos surgiram da necessidade de guardar, organizar e conservar os registros produzidos pela sociedade ao longo do tempo. Tais documentos constituem como fontes primárias fundamentais, que funcionam como uma lente da qual o pesquisador pode observar o passado e fazer a sua análise e interpretação.

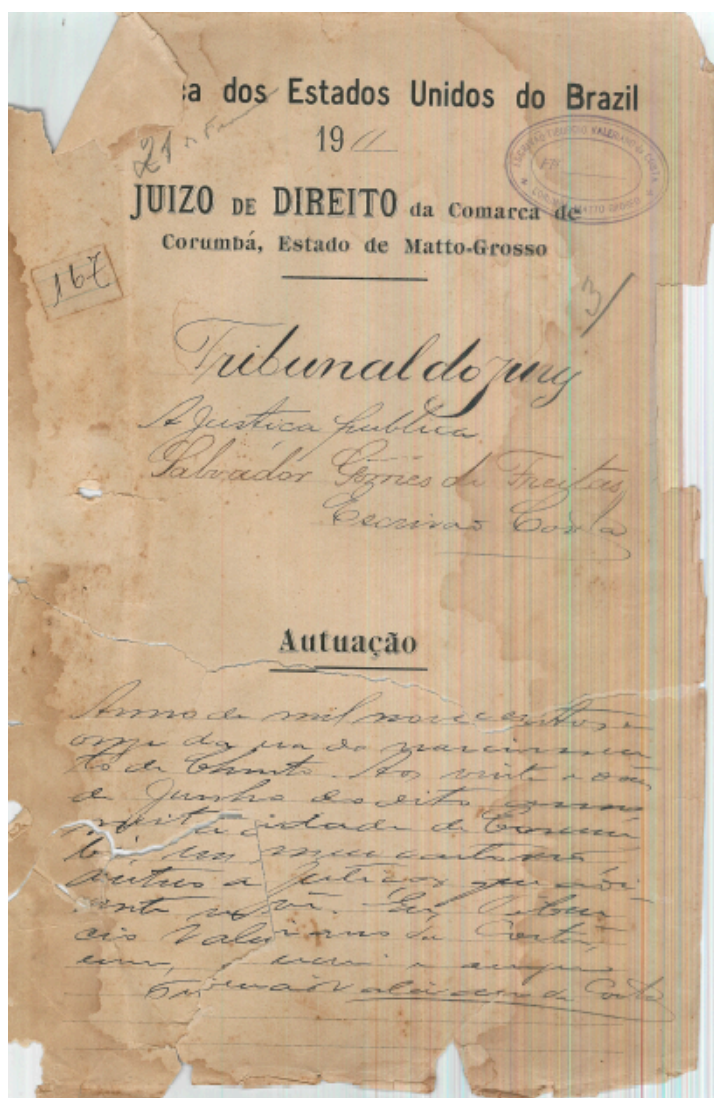


Figura 1 - Capa do Processo

Segundo a denúncia, o réu é indiciado perante o art. 303 do Código Penal da República (1890): Capítulo V – das Lesões Corporaes⁴ pois no dia 05 de fevereiro de 1911 por volta das 15h, na rua Antônio Maria, no município de Corumbá, após a vítima e irmã do réu, Christina Soares de Oliveira proferir insultos contra o denunciado e a sua família, o réu desferiu golpes contra ela. Na época não existia leis específicas de proteção às mulheres, visto que a Lei Maria da Penha só foi sancionada no ano de 2006.

⁴ Art. 303: Offender phisicamente alguém, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue: pena - de prisão cellualar por tres mezes a um anno. (Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm)

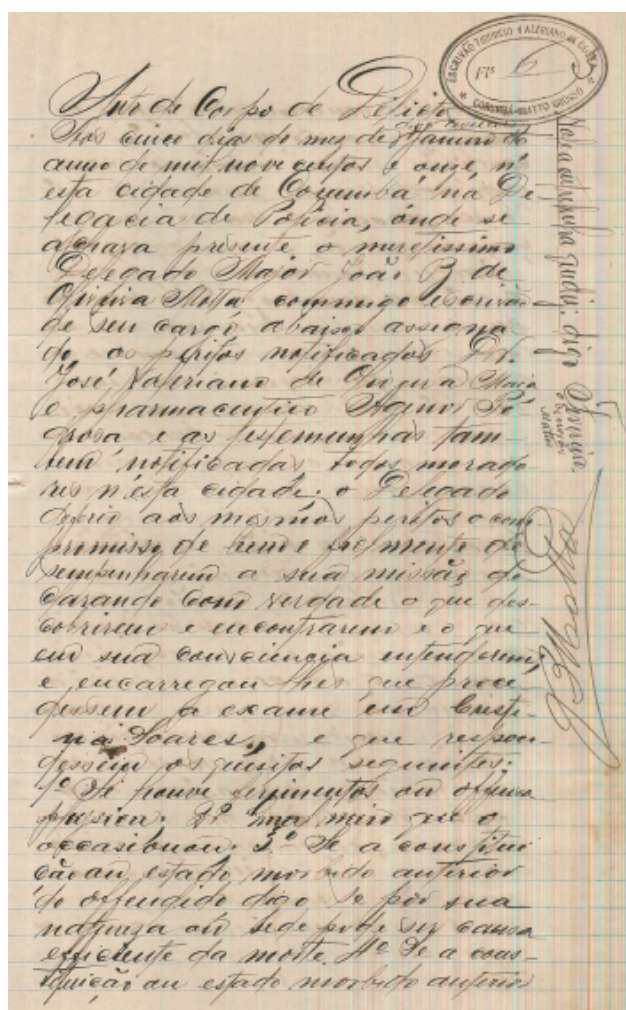


Figura 2: Auto de Corpo de Delito

De acordo com os peritos que realizaram o exame de corpo de delito na vítima, os ferimentos encontrados na vítima foram considerados graves, encontrando-se na região frontal uma enorme bossa sanguínea e equimoses nas órbitas oculares e na região ciliar, tanto direita quanto esquerda, além de um prolapso dos globos oculares em ambos os lados. Equimose e hemorragias pelas narinas, equimose das regiões molares (direito e esquerdo), intumescimento dos lábios, tanto inferior quanto superior, com vermelhidão. Na região da boca, hemorragia, fraturamento e arrancamento dos dentes incisivos superiores, caninos e pré-molares, congestão com grande hemorragia das gengivas, a língua apresenta equimose e contusão em toda região do pescoço, principalmente na região ante-lateral. Equimose e contusão em toda caixa torácica com escoriações pilares (ilegível), congestão dos pulmões havendo no anterior desses dois órgãos hemorragia que se configurou pela expectoração sanguínea verificado nos escarros. Segundo os peritos, a vítima se encontrava febril, e queixava-se de dores fasciculares pelo corpo em geral.

Há a solicitação de um auto de sanidade da vítima, em meio à comprovação de seu relato 11 dias após a denúncia. Para a realização do auto, seria necessário seguir alguns quesitos, e para

isso foram feitas 8 perguntas (presentes no lado esquerdo da tabela) que foram respondidos pelos peritos (lado direito da tabela).

Quadro 1: Perguntas e respostas no auto de sanidade

Perguntas	Respostas
Houve ferimento ou ofensa física?	Ofensa física
Qual meio que o ocasionou?	Instrumento contingente
Por sua natureza pode ser causa eficiente de sua morte?	Não
A constituição anterior do ofendido tornava o ferimento mortal?	Não
Das condições personalíssimas do ofendido pode resultar sua morte?	Não
Resultou ou pode resultar na mutilação ou amputação, deformidade ou privação permanente de algum órgão ou membro?	Não
Resultou ou pode resultar infirmitade incurável que prive a ofendida de exercer o seu trabalho?	Não
Qual tempo necessário para seu tratamento?	“Conscientemente medicada dez dias eram bastante para seu restabelecimento, hoje completados doze dias a julgamos boa, visto que equimose das conjuntivas e uma pequenina do lábio inferior não constitui moléstia. Não estando em nada

	prejudicado os órgãos visuais e a função da mastigação.”
--	--

Quadro elaborado pela autora, com informações do Processo Criminal datado em 1911.

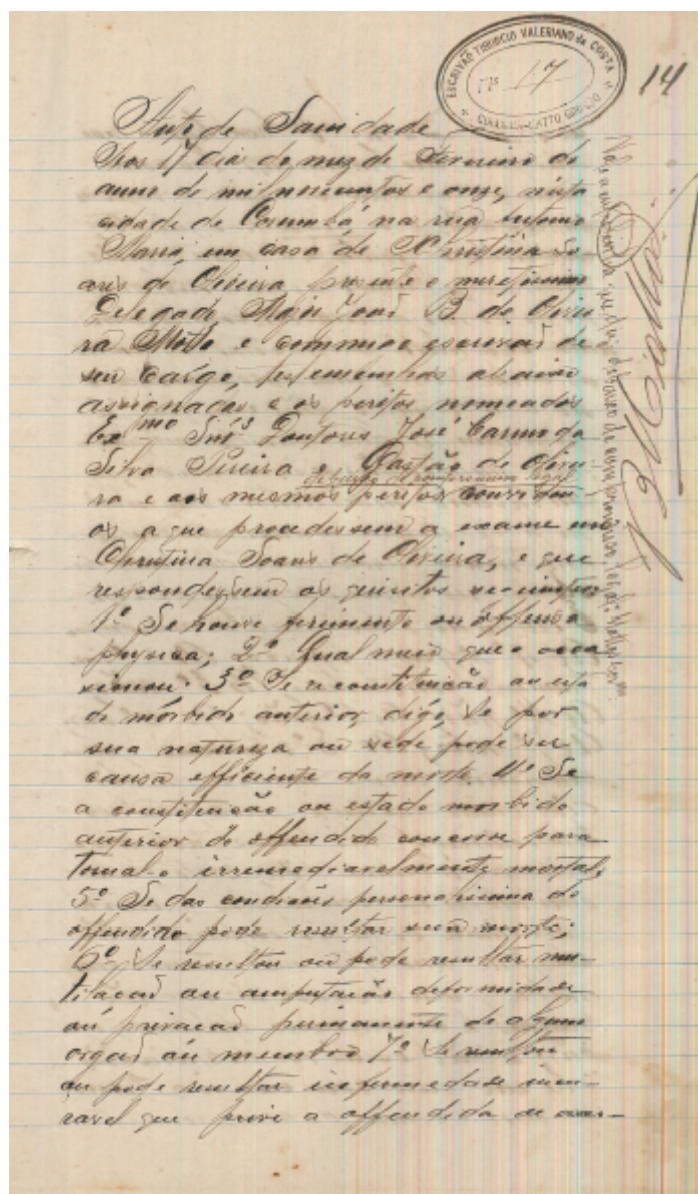


Figura 3: Auto de sanidade

As contusões e equimoses sofridas pela vítima a princípio são julgadas como graves no auto de corpo de delito, porém após o auto de sanidade, são contrariamente julgadas, passando a amenizar as agressões sofridas. Dessa forma, a investigação declara que de acordo com o relatório do corpo de delito mais recente, apenas encontraram uma equimose conjuntiva em ambos os olhos sendo mais pronunciada no olho esquerdo, lesões estas que já poderiam ter desaparecido mediante uma medicação apropriada. Encontraram mais uma equimose no lábio

inferior quase reabsorvida e que nada mais foi encontrando das lesões descritas no referido corpo de delito.

É válido realçar que essa reinterpretação das lesões sofridas por Christiane, entre a gravidade inicial descrita no auto de corpo de delito e a minimização posterior no auto de sanidade, não é ingênua. Ela opera como um mecanismo de amenizar a gravidade do crime, e ao atribuir o desaparecimento das lesões a um tratamento médico, há uma construção de uma narrativa de que a violência é algo superficial. Além disso, passa por ilustrar de forma concreta o conceito utilizado por Michel Foucault sobre o poder-saber médico, que define, classifica e intervém sobre os corpos, classificando-os segundo interesses sociais e morais. Dessa forma, o saber médico foi ativamente mobilizado para amenizar a violência sofrida, não tratando a violência sofrida com devida seriedade, como um risco a vida da vítima e sim como uma forma de correção às atitudes da vítima. Operando também uma deslegitimação da palavra da vítima, em que sua voz e a sua denúncia foram invalidadas pela suposta “instabilidade moral” que lhe foi atribuída.

Conforme relatado o réu, desde muito tempo sua irmã Christiane vinha sem motivo algum maltratando com injúria a ele e a sua família, não excitando mesmo em procurar suspeitar da sua honra. O acusado alega ter sofrido por muito tempo com esses insultos, e que persistia mesmo com seus contínuos avisos a ela. Até que no dia 5 de fevereiro por volta das 15 horas, ela vai até a sua casa para inserir insultos. Com isso, o acusado alega ter perdido inteiramente a calma e a reflexão e sem mais conseguir se conter avançou contra ela no ímpeto e castigou-a a mão limpa, com o intuito de fazer-lhe sentir que o deveria respeitar como irmão, que a criou e educou desde que “teira” idade. Que a fez casar e que na sua posterior viuvez continuou a protegê-la e ampará-la provendo-a de tudo até pouco tempo quando a sua ingratidão e a vida desonesta que começou a ter fizeram com que ele lhe retirasse aquela sua antiga proteção e amparo, e que mesmo assim não deixou de socorrê-la quando por ela solicitado nas suas frequentes necessidades.

A defesa construída pelo réu é baseada na moralidade do patriarcado: ao enfatizar seus supostos favores feitos à irmã (criação, casamento, proteção na viuvez), ele estabelece uma dívida que Christiane supostamente teria quebrado, convertendo sua ingratidão em justificativa para a violência.

Temos relatos de 5 testemunhas, que seguem de certa forma, a mesma premissa do réu. A primeira, trata-se do vizinho e tenente Firmino de Freitas, que de acordo com o seu depoimento, ele ouviu gritos de uma mulher e ao se dirigir ao local, encontrou o acusado Salvador em cima de

sua irmã Christiane dando-lhe contínuos socos, e que após isso dirigiu-se ao quartel de Polícia, onde solicitou ao respectivo comandante a apreensão do acusado. A segunda testemunha, denominado Ursino Pery de Mattos, relata que ouviu gritos de uma mulher e que ao sair de casa, viu Christiane toda ensanguentada pedindo socorro. E que ao perguntar para as demais pessoas da vizinhança, soube então que Salvador havia “castigado” a sua irmã. Quando perguntado se conhecia esse comportamento do acusado, ou se já o viu maltratar alguém e se ele havia uma boa conduta, Ursino respondeu que conhece Salvador de muito tempo, tendo sempre tido boas informações a seu respeito, considerando-o um bom chefe de família e cumpridor de seus deveres.

A terceira testemunha, Gabriel Machado Netto alega que quando viu Salvador sair de sua residência acompanhado de alguns policiais, acabou estranhando o fato, e foi seguindo a escolta do réu até a delegacia. E nisso ficou sabendo que o acusado havia sido preso após ter dado a “mão limpa” algumas bofetadas em sua irmã que lhe havia criado e protegia até pouco tempo. E que devido essa falta com respeito a ele e a sua família, “obrigando a seu irmão a castigá-la pelo modo referido”. E acrescentou que conhecia Salvador há pouco tempo, porém ele é um homem trabalhador muito estimado, e excelente chefe de família, cumpridor de seus deveres, honrando e pacato. Lamentando-se pela situação em que o réu se colocou graças a irmã que tem sido bastante ingrata com ele.

A quarta testemunha, José da Costa, expõe que estava passando pela rua Antônio Maria quando viu de certa distância um grupo de policiais que passavam na frente da casa de Salvador, e soube pela vizinhança que o acusado havia castigado sua irmã Christiane pelas contínuas vezes em que ela lhe havia faltado com respeito, ofendendo a esta o pudor e a dignidade. E afirma que a referida irmã o obrigou a proceder de uma forma infame conforme a voz geral que aquele momento corria.

Arnaldo Olavo de Almeida Serra, quinta e última testemunha, declarou que momentos depois do fato ouviu dizer que Salvador havia castigado a sua irmã Christiane por muitas vezes ter abusado de sua bondade chegando ao ponto de ofender a honra da sua família. Arnaldo cita que Salvador a criou desde que “tenra” idade, dando-lhe a educação que suas forças permitiam e que esse sacrifício pagou com a ingratidão, e alega que ouviu dizer que de certo tempo, Christiane havia começado a levar uma vida bastante desonesta – “mulher decaída no conceito público, chegando já ao ponto de entregar-se ao vício da embriaguez”.

Após o pagamento da fiança para aguardar o processo em liberdade, o réu foi submetido ao tribunal do júri, acusado pela prática de lesão corporal. Contudo, ao final do processo, os jurados decidiram pela absolvição do acusado.

Ao longo do processo, observa-se que a retórica da honra masculina é estrategicamente mobilizada como um mecanismo da legitimação da violência contra a mulher. Termos relacionados a honra e a defesa da dignidade familiar ou até mesmo do castigo gerado pela ingratidão da irmã, surgem não apenas na defesa do réu, mas também nos depoimentos das testemunhas. Esses discursos fazem com que se consolide um “consenso social” em torno do direito masculino de corrigir e castigar mulheres através da força física. A ingratidão da vítima, por não corresponder às expectativas de submissão é apresentada como uma justificativa moral para a agressão, consolidando o argumento da escritora Ercília Nogueira Cobra ao dizer que “toda criança do sexo feminino que nasce é uma futura escrava. Escrava do pai, do marido ou do irmão.”

A preocupação com a honra masculina se estabeleceu na lei, demonstrando que a normativa jurídica se encontra a serviço da defesa da lógica masculina (Ornellas, 2017). A tese da legítima defesa da honra se tornou vigente por muito tempo, tanto que só se tornou institucional no ano de 2023 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na qual bastava a mera suspeita do seu parceiro para que fossem severamente punidas pela sociedade e pelo Estado.

O conceito de honra nas expressões culturais brasileiras não nos fala dos valores de nobreza de caráter e retidão como um valor masculino, mas unicamente como um valor ligado à posse do homem sobre a mulher. Razão pela qual o interesse da mulher por outro homem ou a simples suspeita de tal interesse coloca a masculinidade em xeque e justifica o comportamento violento ou até mesmo a morte da mulher como forma de punição pela não submissão ao seu homem e ao papel reservado para ela na sociedade (Ornellas, 2017, p. 8).

Segundo Gerda Lerner, utilizar as leis como fonte histórica nos possibilita enxergar os valores de determinada sociedade. Para ela, a promulgação de uma lei sempre indica que a prática que está sendo criticada ou sobre a qual se está legislando existe e se tornou problemática na sociedade (Lerner, 2019, p. 140). No Código Civil de 1916, estão presentes os direitos e deveres da mulher, entre eles, a proibição de exercer profissão sem a autorização do marido⁵ e

⁵ Art. 242: A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

- I. Praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher (art. 235);
- II. Alinear, ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, nº II, III, VIII, 269, 275 e 310);
- III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outra;
- IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado;
- V. Aceitar tutelum curatela ou outro monus público;

quem exerce o pátrio poder, como chefe da família é o marido, e que apenas na falta ou no impedimento seu, a mulher (art. 380 do Código Civil de 1916).

O que a lei faz é estabelecer limites para o comportamento admissível, além de nos oferecer orientações aproximadas sobre as estruturas sociais subjacentes às leis. Essas orientações nos dizem o que se deve ou não fazer; assim, descrevem melhor os valores de determinada sociedade do que sua realidade (Lerner, 2019, p. 141).

Embora os discursos de controle fossem tradicionalmente direcionados aos maridos ou pais, o caso analisado revela que diante da viuvez de Christiane e do falecimento do pai, o seu irmão que passa a assumir o papel de “tutor”. Essa transferência de autoridade ilustra como o poder masculino se adapta e se reconfigura para manter as mulheres sob vigilância e controle. A naturalidade com que o irmão e as demais testemunhas justificam a agressão demonstra que a violência de gênero não se limita apenas na esfera conjugal, mas permeava em todas as relações familiares onde homens pudessem exercer autoridade sobre mulheres solteiras, viúvas ou aquelas consideradas desprotegidas.

Os agressores utilizam-se da relação de poder e da força física para subjugar as vítimas e mantê-las sob o jugo das mais variadas formas de violência. Assim, uma simples divergência de opinião ou uma discussão de menos importância se transformam em agressões verbais e físicas, capazes de consequências danosas para toda a família. Nesses conflitos, a palavra, o diálogo e a argumentação dão lugar aos maus tratos, utilizados cotidianamente como forma de solucioná-los (Cavalcanti, 2007, p. 9).

A insistência do réu e das testemunhas em descrever Christiane como “íngrata”, “desonesta” e entregue ao “vício da embriaguez” seguia um roteiro patriarcal bem conhecido: a culpabilização da vítima, tornando-a merecedora do “castigo”. A suposta insanidade de Christiane, se estabeleceu pela sua recusa em se curvar à autoridade patriarcal do irmão, que serviu como justificativa da violência sofrida quanto ao silenciamento de seu testemunho. Essa estratégia associa-se ao que Foucault abordou na construção social da loucura feminina, que abordamos em tópicos anteriores.

O caso Christiane, embora centenário, ecoa tragicamente na atualidade: a violência doméstica mantém-se como uma prática cotidiana, na qual segundo dados do Instituto Patrícia Galvão realizado no ano de 2022 aborda que a cada hora, 26 mulheres sofrem agressão física no país. De acordo com o Monitor da Violência Contra as Mulheres, iniciativa desenvolvida pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, alega que no ano de 2025 Campo Grande liderou o

VI. Litigar em juízo civil ou comercial, anão ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251;

VII. Exercer profissão (art. 233, nº IV);

VIII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal;

IX. Aceitar mandado (art. 1299)

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm

ranking estadual de violência doméstica com 5.972 casos registrados. E no município de Corumbá já foram registrados mais de 700 casos. Entre a análise de relacionamentos entre a vítima e o autor, há a predominância do cônjuge como autor do crime, com 2.755 casos, e de irmãos: 220 casos. Conforme apontado o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2024, o Brasil atingiu o maior número de feminicídios desde o início da tipificação do crime, em 2015, com 4 mortes por dia.

Esses dados alarmantes configuram o dia a dia das mulheres no nosso país que caracteriza a violência doméstica como uma das formas mais comuns de manifestação da violência e, no entanto, uma das mais invisíveis, sendo uma das violações dos Direitos Humanos mais praticadas e menos reconhecidas no mundo. Trata-se de um fenômeno mundial que não respeita fronteiras de classe social, raça ou etnia, religião, idade e grau de escolaridade (Souza, 2018, p. 02). Lívia Barbosa Pacheco Souza em sua pesquisa sobre formas de romper com o ciclo de violência doméstica, trabalha com algumas hipóteses do porque existe esse ciclo recorrente entre a vítima e o agressor: muitas mulheres deixam de denunciar por medo ou vergonha de admitir que são agredidas por seus companheiros, temendo serem mal vistas socialmente; a dependência financeira ao companheiro dificulta a denúncia; a banalização da violência contra a mulher contribui para a impunidade dos agressores.

Paralelamente a banalidade abordada por Lívia, dou ênfase para uma matéria publicado em novembro de 2024 pelas jornalistas Mirian Machado e Victória Bissaco no Jornal Midiamax noticiando a respeito da demora dos atendimentos na DEAM (Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher). Vítimas de violência, machucadas e muitas vezes sem roupas, mulheres esperam mais de 14 horas por atendimento, muitas contam que pelo menos 5 vítimas foram embora sem o atendimento. E relatam: “A gente teve que ver uma mulher entrando no caixão para ser levada direto pro IML. Estamos aqui porque precisamos ou vamos ter que ser morta para sermos atendidas.”

Diante dos dados aqui citados, escancara-se como uma emergência humanitária não declarada. Enquanto vítimas esperam horas por medidas protetivas, agressores circulam impunes, repetindo o roteiro secular do caso Corumbá: minimização da violência e convivência com o feminicídio. É necessário que haja políticas públicas e investimentos nas delegacias especializadas, com funcionários especialistas em assuntos de gênero. Sendo imprescindível a compreensão de que a denúncia por si só não basta, pois há centenas de casos em que o agressor possui inúmeras passagens por violência doméstica e segue impune, como foi o caso do

feminicídio de Vanessa Ricarte, no qual o seu até então companheiro, possuía 11 passagens. É preciso garantir que a denúncia não seja a última palavra de uma mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo central compreender a subjugação da mulher a partir da loucura e analisar de que maneira o medo, enquanto instrumento de controle social e político, fomentou historicamente discurso de histeria feminina, transformando corpos e comportamentos dissidentes em objetos de patologização e exclusão.

Antes que as cartas se confundam com os jogos de poder nos quais as mulheres são inevitavelmente envolvidas, indagar a loucura das mulheres que ainda povoam os nossos manicômios pode ser uma ocasião para compreender não só a história da mulher, mas o problema da loucura como produto histórico social (Basaglia, 1983, p. 12).

A partir das reflexões aqui apresentadas, percebe-se que o terror institucionalizado que atuou como uma pedagogia destinada a advertir todas as mulheres sobre os riscos de desafiar a autoridade patriarcal no período Inquisitorial abriu margem para que posteriormente mulheres fossem deslegitimadas em atribuição a sua insanidade mental, o que ocorreu no caso de Christiane.

Em suma, ao percorrer a trajetória das fogueiras inquisitoriais até os manicômios, percebemos que o patriarcado molda seus mecanismos de controle com o passar dos anos. E que a violência de gênero é um episódio contínuo sustentado por dispositivos de poder que se renovam sem abandonar o *status quo*: a manutenção da dominação masculina. Em complemento, Manuela Bailosa, subsecretária de Estado de Políticas Públicas para Mulheres, adverte em sua entrevista no Jornal Midiamax que apesar dos avanços para políticas públicas para as mulheres há um elemento social no machismo patriarcal que define quem vive e quem morre no Brasil.

Constata-se que expor os mecanismos históricos de naturalização da violência faz por si só um ato político: é necessário compreendemos raízes para sancionar um pensamento crítico transformador para a desestabilização do status quo de uma problemática tão recorrente que é a violência contra a mulher. Faz-se necessário a urgência de contribuições jurídicas sensíveis às questões de gênero, que seja capaz de não ser cúmplice do silêncio das vítimas e atuar sobre as assimetrias do poder que perpetuam a violência patriarcal.

Reforço que nenhuma forma de opressão é superada sem que suas raízes históricas sejam desenterradas e compreendidas. E que como citado por Gerda Lerner a falta de consciência da própria história de luta e conquista é uma das principais formas de manter as mulheres subordinadas.

O pensamento revolucionário é sempre baseado na melhoria da experiência do oprimido. O camponês precisou aprender a confiar na importância de sua experiência de vida antes de ousar desafiar os senhores feudais. O trabalhador industrial precisou tomar “consciência de classe”, o afrodescendente precisou tomar “consciência de raça” antes que o pensamento libertador pudesse ser desenvolvido na teoria revolucionária. Os oprimidos agiram e aprenderam de modo simultâneo – o processo de se tornar o mais novo grupo ou pessoa é libertário por si só. O mesmo vale para as mulheres (Lerner, 2019, p. 278).

Por fim, destaco que a análise do processo histórico só foi possível graças a historiadores que se dedicaram à preservação de documentos históricos, funcionando como um pilar fundamental para a contribuição dos estudos de gênero. É necessário desmistificar a falácia de que arquivos públicos são meros depósitos de papéis amarelados e empoeirados, quando na verdade a conservação dessas fontes permite dar voz a vítimas que por muito tempo foram silenciadas, reinserindo-as na narrativa social e transformar suas experiências de violência em ferramentas de conscientização e mudança social. Investir na manutenção desses acervos é, portanto, um ato político de compromisso com a verdade histórica e um reconhecimento de que o acesso à memória é condição indispensável para a construção de um futuro mais igualitário.

REFERÊNCIAS

A cada hora, 26 mulheres sofrem agressão física no país - Violência contra a mulher em dados. Disponível

em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/a-cada-hora-26-mulheres-sofrem-agressao-fisica-no-pais/>. Acesso em: 14 out. 2025.

ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. **Cantinho da História 71: Jean Delumeau e o Medo.** 23 de dezembro de 2013. Disponível em: https://youtu.be/6b_SbHYRVKQ?si=RkSuOmbyr3YIOUrF.

ALÓS, Anselmo Peres; CARGNELUTTI, Camila Marchesan. **A mulher como o outro: uma história de deslegitimação e silenciamento.** Disponível em: <https://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/8941539>.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **Feminismo no Brasil – Memórias de quem fez acontecer.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEZERRA, Livia. **O feminicídio de Vanessa expõe falhas que vão da falta de eficácia policial à lei de execução penal.** Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/policia/2025/feminicidio-de-vanessa-expoe-falhas-que-vao-da-falta-de-efetivo-policial-a-lei-de-execucao-penal/>. Acesso em: 14 out. 2025.

BITTENCOURT, Sara Schneider de. **O medo do feminino em construção no século XV.** Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2019.

BOLDRINI FRANÇA, J. **A atribuição da loucura à mulher enquanto instrumento de controle social e dominação.** Occursus - Revista De Filosofia, v. 9, n. 1, p. 83–91, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.52521/occursus.v9i1.13105>.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena Kuhner. 24. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2025.

BRANDÃO, C. F. **O controle das emoções, o medo e a violência.** In: CARVALHO, Alonso Bezerra de; BRANDÃO, Carlos da Fonseca (Org.). Introdução à sociologia da cultura: Max Weber e Norbert Elias. São Paulo: Avercamp, 2005. p. 57-72.

CARVALHO, Felipe Mio de; MOTERANI, Geisa Maria Batista. **Misoginia: a violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica.** Disponível em: https://feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v14_artigo11_misoginia.pdf. 2017.

CARVALHO, Joice Anne Alves. **O discurso sobre o “ser mulher” e seus outros na construção do projeto de Brasil Eugênico 1910-1940.** 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Sobre o medo.** In: Sentidos da Paixão. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CICCI, Romero, M., & Santos de Oliveira Alves, M. C. (2023). A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA E DOS ARQUIVOS ESCOLARES . *Revista De Estudos Interdisciplinares* , 5(4), 130–141. <https://doi.org/10.56579/rei.v5i4.692>

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados: Ed. UFGD, 2019.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **De historiadoras, brasileiras e escandinavas: Loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)**. 1998.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A História da loucura na idade clássica**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANKLIN, Camila Fortes Monte. **Triste, louca ou má: os perfis da mulher com transtornos mentais na imprensa piauiense**. Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019.

GARCIA, Carla Cristina. **Ovelhas na névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MACHADO, Mirian. **No banco ou no carro, vítimas de violência doméstica aguardam atendimento há 14 horas na Deam**. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/policia/2024/no-banco-ou-no-carro-vitimas-de-violencia-domestica-aguardam-atendimento-ha-14-horas-na-deam/>. Acesso em: 14 out. 2025.

MESSIAS, Nayane Keilla. **Mulheres, corpo encantado e loucura: narrativas antimanicomiais e poéticas de resistência**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

NUNES, Sílvia Alexim. **Histeria e psiquiatria no Brasil da Primeira República**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, supl. 2, p. 373-389, dez. 2010.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

OLIVEIRA E SILVA, A. L. de. **Mulheres de Satã: uma leitura historiográfica sobre sexualidade e inquisição**. Revista Vernáculo, v. 1, n. 6/7, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rv.v1i6/7.18487>.

ORNELLAS, Sandra. **Lei e honra na construção simbólica da masculinidade: uma reflexão sobre o feminicídio**. Rio de Janeiro: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito**. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José (Org.). Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis e Vertecchia Editores, 2009. p. 116-150.

REZENDE, Maria Valéria. **Carta à Rainha Louca**. São Paulo: Alfaguara, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SATO, Osvaldo. **Campo Grande lidera ranking de feminicídios e 11 cidades de MS que não registraram crime na última década**. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/policia/2025/11-cidades-ms-nao-tiveram-feminicidios-ultima-decada-aponta-monitor-violencia/>. Acesso em: 14 out. 2025.

SCOTTI, Zelinda Rosa. **Que loucura é essa?: loucas e loucos italianos no Hospício São Pedro em Porto Alegre/RS (1900-1925)**. 2013. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SEGATO, Rita. **Estruturas elementares da violência**. Tradução de Danú Gontijo, Livia Vicenti e Marianna Holanda. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025.

SERBENA, Carlos Augusto. **Imaginário, ideologia e representação social**. Caderno de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas, v. 4, n. 52, 2003.

SIGO - PAINEL DE MONITORAMENTO. Disponível em: <https://monitorviolenciacontramulher.sejusp.ms.gov.br/>. Acesso em: 14 out. 2025.

SILVA, Poliana Moreira. **Movimento higienista: construção da figura feminina**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SOBRINHO, Sergio Francisco Carlos Graziano. **A cultura do medo e as transgressões contemporâneas**. Direito, Estado e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 215-226, jul./dez. 2005.

SOUZA, Beto. **Feminicídio bate recorde no Brasil em 2024, diz estudo**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/feminicidio-bate-recorde-no-brasil-em-2024-diz-estudo/>. Acesso em: 14 out. 2025.

SOUZA, Livia Barbosa Pacheco. **Empoderamento feminino: rompendo o ciclo de violência doméstica contra a mulher**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização

em Saúde da Família) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; CAMPOS, Paula Bohn de. “**Livrai-nos de todo mal**”: **medo, controle social e segregação espacial**. Revista de Direito da Cidade, v. 14, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rdc.2022.60193>.

WITZEL, Denise Gabriel; TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. **Discurso e memória de uma mulher desobediente em Carta à Rainha Louca**. Revista (EntreParênteses), v. 11, n. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2179-0027.20200074>.

A POLÍTICA DA DESGRAÇA: como o gerenciamento de desastres naturais, problemas sociais e crises humanitárias no Brasil vêm consolidando a política da desgraça como método de governança.

ROSCIVALDO BORGES BENTES

Resumo

Este artigo analisa as crises crônicas brasileiras, como as enchentes no Rio Grande do Sul (2024), a emergência sanitária Yanomami e o uso recorrente de operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro. Argumenta-se que, embora aparentemente desconectados, estes eventos são sintomas e produtos de um mesmo método histórico de governo: a "Política da Desgraça". O trabalho define este conceito como uma adaptação nacional do paradigma da "Indústria da Seca", um modelo de poder que prioriza a gestão reativa e espetacular da catástrofe em detrimento da prevenção estrutural. Isso ocorre porque a resposta emergencial – acionada por decretos de calamidade ou intervenção – gera maior capital político imediato e facilita a alocação de recursos via dispensa de licitação. Através da análise histórica comparativa do eixo socioambiental (enchentes, queimadas, garimpo) e do eixo da segurança pública (GLOs), o artigo conclui que a falha preventiva no Brasil não é omissão ou incompetência, mas a condição de possibilidade para um método de governo que se beneficia da emergência permanente.

Palavras-chave: Política da Desgraça; História do Brasil; Desastres Ambientais; Segurança Pública; Indústria da Seca; Yanomami.

Nos últimos três anos, 2023 - 2025 inscreveu-se na história brasileira como um marco de crises aparentemente desconectadas, mas que expuseram as fundações de um Estado em emergência perpétua. De um lado, o colapso climático no Rio Grande do Sul, com enchentes que submergiram cidades inteiras, reeditando tragédias passadas em escala sem precedentes. De outro, a persistência da crise humanitária Yanomami, onde a fome e a doença desafiam as operações de emergência sanitária. Concomitantemente, nos grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro, o combate à criminalidade e a política de segurança pública se reafirmam no uso de operações policiais com alta taxa de letalidade e apelos à intervenção à intervenção

federal e operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) - uma medida de exceção que vai se tornando rotina.

O que as enchentes que no Rio Grande do Sul, as alternâncias de seca, cheia e queimadas na Amazônia, as queimadas no Pantanal, a desnutrição que assola os Yanomami e as operações policiais nos morros cariocas têm em comum?

Este artigo argumenta que estes eventos, embora distintos em suas manifestações, são sintomas de um mesmo método histórico de governo: a "Política da Desgraça". Sustentamos que a falha crônica na falta de uma política de longo prazo e planejamento preventivo – seja ele ambiental (mapas de risco, diques, fiscalização de garimpo) ou social (inteligência policial, políticas sociais) – não é uma omissão accidental ou mera incompetência. É, ao contrário, a condição de possibilidade para um modelo de poder reativo, espetacular e financeiramente centralizado.

Historicamente, no Brasil, a gestão da emergência provou ser politicamente mais rentável do que a gestão do risco. A calamidade, seja ela natural ou socialmente fabricada, permite a decretação de orçamentos extraordinários com dispensa de licitação; gera forte capital político através da "estética do resgate" (o político na lama, o general no blindado); e suspende, temporariamente, os debates sobre as falhas estruturais que produzem a própria catástrofe.

Para provar essa tese, este trabalho será estruturado em três eixos analíticos. Primeiramente, definiremos o conceito de "Política da Desgraça" em diálogo com seu paradigma fundador: a "Indústria da Seca" no Nordeste. Em seguida, analisaremos o eixo socioambiental, conectando a gestão histórica de enchentes, as queimadas e a crise Yanomami. Por fim, demonstraremos como essa mesma lógica se aplica ao eixo da segurança pública, analisando GLOs e intervenções como "desastres" gerenciados, provando que, no Brasil, a emergência não é a exceção, é o método.

Para que o conceito de "Política da Desgraça", que norteia este artigo, não pareça apenas uma frase de efeito, é crucial ancorá-lo em seu precedente histórico mais documentado. O que chamamos aqui de "método de governo" emergencial não é uma invenção do século XXI. Ele é uma modernização e nacionalização de um fenômeno clássico da República brasileira: a "Indústria da Seca".

Cunhado no debate público e analisado por intelectuais e economistas ao longo do século XX – tendo o fenômeno sido central em análises como as de Celso Furtado sobre a formação econômica do Nordeste –, a "Indústria da Seca" descreve o mecanismo político e econômico pelo qual a catástrofe climática (a seca) foi convertida em fonte perene de poder e lucro para as elites regionais.

Historicamente, esse mecanismo operava em um ciclo claro:

1. O Desastre: A seca periódica castigava o semiárido, gerando fome e migração.
2. A Resposta (Emergencial): o governo federal liberava vultosos "créditos de emergência" para o socorro.
3. A Captura: esses recursos eram capturados pelas elites locais ("coronéis"), que os utilizavam não para criar soluções estruturais (como irrigação democrática), mas para fins privados (açudes em suas próprias terras) ou paliativos controlados (as "frentes de emergência" ou o "caminhão-pipa").
4. O Resultado: o problema da seca nunca era resolvido, mas *gerenciado*. A dependência da população ao "favor" emergencial garantia o voto (voto de cabresto), e a verba da emergência garantia o enriquecimento da elite.

Este artigo defende que essa lógica transbordou do semiárido e tornou-se o *método* de gestão de crises preferencial no Brasil. A "Política da Desgraça" é, portanto, a nacionalização dessa "Indústria".

A "Indústria da Enchente" no Sul opera no mesmo princípio: a verba emergencial para a reconstrução, liberada via decreto de calamidade (e com dispensa de licitação), torna-se mais atrativa politicamente do que o investimento prévio em diques e planos diretores. A "Emergência de Segurança" no Rio de Janeiro é idêntica: a GLO ou a Intervenção Federal são o "caminhão-pipa" da segurança – uma ação espetacular, cara, que não resolve a "seca" do crime estrutural, mas gera capital político imediato. Por fim, a "emergência sanitária" Yanomami usa o gatilho da calamidade humanitária (documentada em fotos chocantes) para justificar ações reativas, que disputam espaço com o próprio projeto de exploração (o garimpo) que gera a crise.

Assim, ao usarmos o termo "Política da Desgraça" neste trabalho, não estamos apenas cunhando uma expressão, mas aplicando um conceito analítico-histórico. Um conceito que identifica a manutenção calculada da vulnerabilidade – seja ela hídrica, climática ou social – como um projeto de poder funcional, reativo e historicamente enraizado.

A "Política da Desgraça", definida na seção anterior a partir do paradigma da "Indústria da Seca", não se limita ao semiárido. Ela é, na verdade, o modelo que explica a gestão histórica de todos os desastres ambientais no Brasil. Neste eixo, analisaremos como a gestão da água (enchentes) e do fogo/fome (queimadas, garimpo) segue a mesma lógica: a vulnerabilidade é construída, o desastre é tratado como "surpresa" e a resposta é reativa, midiática e financeiramente centralizada na emergência.

O colapso climático no Rio Grande do Sul em 2024 é frequentemente comparado, na mídia e no debate público, à "enchente histórica" de 1941 em Porto Alegre. Este diálogo entre passado e presente é a prova mais clara de como a "Política da Desgraça" opera. Em 1941, o Guaíba atingiu 4,76 metros, deixando 70 mil desabrigados (quase um quarto da cidade). As fontes da época, como fotos do Mercado Público e da Rua da Praia submersos, com barcos como principal meio de transporte, são assustadoramente similares às de 2024. Aquele evento foi um trauma fundador. E qual foi a resposta? Uma resposta típica da "Política da Desgraça": reativa. A tragédia motivou a construção de um grande sistema de proteção, incluindo o Muro da Mauá. Obras de prevenção não foram feitas antes do trauma, mas depois, como uma reação a ele.

Avançamos no tempo. Janeiro de 1966, Rio de Janeiro. Chuvas torrenciais deixam 250 mortos e 50 mil desabrigados, forçando o governo a usar o Maracanã como abrigo. A resposta reativa foi acelerar a construção da Cidade de Deus, removendo a população afetada para longe. Um ano depois, em 1967, a tragédia da Serra das Araras deixa um saldo estimado de 1.700 mortos, no que é considerado o pior desastre natural da história do país.

É aqui que o diálogo com as fontes primárias se torna crucial. A manchete de um jornal da época sobre a tragédia de 1967 resumiu o espírito que este artigo analisa: "A tragédia não acaba". Essa não era a retórica da prevenção, mas a normalização da emergência. O desastre não era uma exceção a ser evitada, mas um ciclo a ser gerenciado. A própria criação da Defesa Civil no Brasil, em sua estrutura moderna, nasce nesse contexto: não como um órgão de planejamento urbano e prevenção, mas como um sistema de resposta ao desastre já instalado.

O que 1941, 1967 e 2024 (no Sul) ou 2011 (na Região Serrana do RJ) provam é o ciclo da "Política da Desgraça":

1. A Permissão: a ocupação de áreas de risco (várzeas, encostas) é historicamente permitida ou incentivada em nome do "progresso" urbano e imobiliário. A vulnerabilidade é construída.
2. A "Surpresa": quando o desastre (anunciado) ocorre, ele é tratado pela imprensa e pelo poder público como um evento "sem precedentes", uma "fúria da natureza".
3. A Reação: o trauma gera a resposta emergencial – decretação de "calamidade pública", que por sua vez aciona o principal mecanismo da "Política da Desgraça," a dispensa de licitação. A verba federal chega não para a prevenção (invisível e de longo prazo), mas para a reconstrução (visível, imediata e politicamente rentável).

Assim, 83 anos depois da "enchente histórica" de 1941, a tragédia se repete em escala maior, provando que o sistema reativo (o Muro) foi insuficiente. A "Política da Desgraça" prefere gerir a "tragédia que não acaba" a investir na prevenção que a evitaria.

Se a "Indústria da Enchente" opera permitindo a construção da vulnerabilidade, a crise na Amazônia, no Pantanal e no território Yanomami expõe uma faceta ainda mais direta da "Política da Desgraça": o desastre como projeto.

Historicamente, o "desenvolvimento" da Amazônia foi sinônimo de destruição ambiental financiada pelo Estado. Durante o Regime Militar (1964-1985), o lema "Integrar para não entregar" serviu como justificativa ideológica para um projeto de colonização que via a floresta como um "vazio demográfico" a ser conquistado.

Fontes desse período (discursos oficiais, relatórios da SUDAM, projetos de infraestrutura como a Transamazônica) não tratam a queimada como um "desastre", mas como uma ferramenta de progresso: era preciso "limpar o terreno" para a agropecuária e a mineração. O que vemos hoje – as queimadas recordes no Pantanal ou a seca histórica nos rios amazônicos (2023-2024) – é o resultado cumulativo e de longo prazo desse projeto. A "Política da Desgraça" aqui não é apenas não prevenir o fogo; é ter incentivado o modelo econômico que depende dele.

Nenhum caso sintetiza melhor a "Política da Desgraça" do que a crise humanitária Yanomami. Ela é a intersecção perfeita de todos os eixos deste artigo: um desastre ambiental (o garimpo), que gera um desastre social (a fome) e é respondido com um método de segurança (militarização).

1. A Construção da Vulnerabilidade (O Projeto): o território Yanomami não foi "descoberto" em 2023. Relatórios de ONGs (como o ISA - Instituto Socioambiental) e de antropólogos (como as narrativas de Davi Kopenawa) vêm documentando há décadas a invasão garimpeira, que se intensificou brutalmente nos últimos anos. O garimpo, com sua poluição de mercúrio e destruição da caça e pesca, é o agente que constrói ativamente a "desgraça". A inação histórica do Estado em proteger a fronteira do território não foi omissão, foi uma escolha política que privilegiou o "desenvolvimento" extrativista ilegal.
2. O Espetáculo da Desgraça (A Reação): a crise só se torna uma "emergência nacional" quando o fotojornalismo expõe o seu sintoma mais chocante, as imagens de crianças e idosos em estado de desnutrição severa. Essas fotos são o "gatilho" da "Política da Desgraça". Elas são o equivalente à água no pescoço no RS.
3. O Método Emergencial: a resposta do Estado é paradigmática. Em 2023, decreta-se "Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional". O que isso faz?

Financeiro: Libera verbas emergenciais (o "caminhão-pipa" da saúde). Político:

Gera capital político imediato ("estamos agindo!").

Militar: A resposta à crise de *saúde* é, primariamente, militarizada (Força Nacional e Forças Armadas).

A "Política da Desgraça" Yanomami prova a tese: o Estado não age para prevenir a entrada do garimpo (a causa estrutural), mas reage de forma espetacular ao sintoma (a fome). A emergência sanitária, assim como a GLO no Rio, torna-se a ferramenta para gerenciar um território que o próprio Estado entregou ao desastre.

A "Política da Desgraça" não se limita aos desastres naturais ou ambientais. Sua lógica é tão eficaz que foi adaptada para gerenciar a crise social crônica mais visível do Brasil: a segurança pública. O que o Rio de Janeiro vivencia há décadas, com seu ciclo de operações policiais espetaculares, intervenções federais e o uso recorrente da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), é a aplicação direta da "Indústria da Seca" ao território urbano.

O argumento central é: a crise de segurança, especialmente a "guerra às drogas", não é tratada pelo Estado como um problema estrutural a ser resolvido (com prevenção, inteligência e política social), mas como um desastre a ser gerenciado emergencialmente.

O mecanismo que "destrava" a Política da Desgraça é o mesmo da calamidade: o decreto.

A Intervenção Federal no Rio (2018) – vamos olhar a fonte. O Decreto nº 9.288, que instituiu a intervenção, usou a linguagem clássica da emergência. Ele se justificou pelo "grave comprometimento da ordem pública" – uma retórica que ecoa o "desastre" ou a "calamidade".

A GLO (Garantia da Lei e da Ordem) – a própria GLO é definida constitucionalmente como um instrumento de exceção. A sua banalização, com mais de 28 operações de GLO na "era democrática" apenas no Rio de Janeiro, prova a tese: a exceção virou o método de governo.

Assim como o político visita a enchente, a "Política da Desgraça" na segurança também precisa de seu espetáculo e de seus dividendos.

1. O Capital Político (O "Herói" no Blindado):

A "Política da Desgraça" na segurança gera o arquétipo do "secretário linha-dura" ou do "general interventor". A mídia é crucial para construir essa imagem. O foco da cobertura jornalística não está na falha da inteligência que permitiu a crise, mas no espetáculo da reação: o tanque na favela, o policial de fuzil em riste, a "retomada de território". O general que comanda a intervenção é o exato paralelo do político que comanda a "reconstrução" pós-

enchente. Ambos ganham capital político imediato pela ação visível, não pela prevenção invisível.

2. O Capital Financeiro (A "Emergência" de Segurança):

A Intervenção de 2018 no RJ é a prova documental. Ao ser decretada, ela permitiu o que a "Política da Desgraça" mais gosta: gastos emergenciais com dispensa de licitação. Relatórios da própria intervenção mostraram a compra de milhões em viaturas, armamentos e coletes por essa modalidade. É o "caminhão-pipa" da segurança pública: uma injeção maciça de recursos reativos que enriquece fornecedores específicos, sem alterar a "seca" (o crime estrutural).

Aqui, o diálogo com a sociologia da violência é fundamental. Autores como Michel Misse (com seu conceito de "sujeição criminal") ou Luiz Eduardo Soares demonstraram que a "guerra às drogas" nunca foi uma política para acabar com o tráfico. Ela é uma política para gerenciar territórios e populações.

É a "Política da Desgraça" em sua forma mais necropolítica, como definido por Achille Mbembe. O Estado não "falha" em proteger a favela; ele escolhe que aquele território pode viver em "desastre permanente", justificando sua própria intervenção violenta e emergencial. A GLO não existe para trazer a paz; ela existe para gerenciar a guerra nos termos do Estado.

Assim como a "Indústria da Seca" garantia o poder do coronel, a "Indústria da Emergência de Segurança" garante o poder do Estado sobre populações descartáveis e justifica um fluxo bilionário de recursos para a "guerra" que, por definição, nunca pode acabar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é sobre direita ou esquerda e polarização. É sobre a história repetida sobre Política de Estado, principalmente sobre Política, ou sobre a ausência dela. A história recente do Brasil, marcada por enchentes devastadoras, incêndios florestais, crises humanitárias e intervenções de segurança, pode parecer uma sucessão de fatalidades e incompetências. Contudo, como este artigo buscou demonstrar, o que parece ser uma "falha" crônica do Estado em prevenir é, na verdade, o sucesso de um método de governo historicamente enraizado: a "Política da Desgraça".

Provamos que a lógica da "Indústria da Seca" – onde o gerenciamento reativo da crise gera mais capital político e financeiro do que sua solução estrutural – não ficou restrita ao semiárido. Ela foi nacionalizada e adaptada.

Analizamos como, nas enchentes, a retórica da "surpresa" se repete por décadas (de 1941 a 2024), justificando orçamentos emergenciais que substituem o planejamento urbano impopular. Vimos como, na Amazônia e no território Yanomami, o Estado não apenas negligencia, mas ativamente constrói a vulnerabilidade através de um projeto desenvolvimentista predatório, para depois agir de forma espetacular e militarizada sobre o sintoma (a fome), sem tocar na causa (o garimpo).

Por fim, demonstramos que essa mesma lógica se aplica perfeitamente à segurança pública. A GLO e a Intervenção Federal são o "caminhão-pipa" da "guerra às drogas": uma resposta cara, midiática e emergencial que gerencia o "desastre social" da violência, garantindo o poder do Estado e contratos emergenciais, sem jamais se propor a resolver a "seca" estrutural do crime. A lama no Sul, a fumaça no Pantanal, a desnutrição Yanomami e o blindado no Rio não são problemas distintos. São manifestações da mesma escolha política: a de governar pela exceção. No Brasil, o desastre – seja ele natural ou social – não é um acidente. É um projeto: criar vítimas para construir o herói. O papel do historiador, portanto, não é apenas lamentar a "tragédia anunciada", mas expor os mecanismos históricos que garantem que ela continue sendo anunciada, cíclica e, para alguns, muito lucrativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (ou edições clássicas).

KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MISSE, Michel. "Sujeição criminal e violência: os paradoxos da criminologia." In: *Anais do 29º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2005.

NAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PÁDUA, José Augusto. "O 'nascimento da política verde' no Brasil: fatores exógenos e endógenos." In: *América Latina: história, desafios do presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOARES, Luiz Eduardo. *A invenção da "guerra" no Rio de Janeiro: narrativas e usos*. In: *Justiça e Cidadania*, 2009.

LIMITES E CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O VALE DA CELULOSE EM MATO GROSSO DO SUL

Isabela Barbosa Rodrigues⁶

Ednilson de Souza Ceobaniuc Araujo⁷

Henrique de Oliveira Diniz Carvalhal⁸

Resumo: O presente artigo analisa o Vale da Celulose em Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 6.404/2025, como território produtivo e espaço de expressões das contradições do desenvolvimento regional contemporâneo. O estudo evidencia a rápida expansão da indústria de celulose, liderada por grandes corporações como Suzano e Eldorado. Apesar de contribuir para o crescimento do PIB estadual e para a geração de empregos, o modelo de desenvolvimento baseado na especialização em celulose revela limites econômicos, sociais e ambientais. No plano econômico, a dependência de uma *commodity* primária e voltada à exportação evidencia vulnerabilidades estruturais, baixa agregação de valor e persistência de padrões históricos de subdesenvolvimento. No âmbito social, observa-se a precarização da força de trabalho, sobrecarga dos serviços urbanos, aumento da especulação imobiliária e desafios para a segurança pública. No plano ambiental, a expansão das monoculturas de eucalipto impõe pressões significativas sobre os recursos hídricos, solos e biodiversidade, configurando impactos negativos no equilíbrio ecológico regional. O estudo, de caráter qualitativo e descritivo-analítico, fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise documental, articulando conceitos da Geografia Econômica, Economia Política e Ecologia Política. Conclui-se que, embora o Vale da Celulose represente um polo estratégico de crescimento econômico, sua consolidação reafirma a posição periférica do estado no contexto das dinâmicas globais do capital, reproduzindo desigualdades históricas e reforçando vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais.

Palavras-chave: Vale da Celulose; Desenvolvimento regional; Desigualdade socioeconômica; Impactos ambientais.

Introdução

A expansão da indústria de celulose em Mato Grosso do Sul, consolidada recentemente pela instituição do Vale da Celulose (Lei nº 6.404/2025), representa uma das transformações territoriais e produtivas mais significativas da história econômica do estado. O território

⁶Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Professora Efetiva da Rede Municipal de Educação de Campo Grande (MS). E-mail: isabela.rodri.ufms@gmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8618125988658124>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6347-6001>.

⁷Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Licenciado pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Graduando em Turismo pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-Mail: ednilsonceobaniuc@hotmail.com. Lattes iD: <https://lattes.cnpq.br/6920257336501733>.

⁸Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: henriquedinizgto@gmail.com. Lattes iD: <https://lattes.cnpq.br/6345051309410474>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5872-8617>

compreende os municípios de Água Clara, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Brasilândia, Inocência, Nova Alvorada do Sul, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas, formando um eixo de integração regional marcado por empreendimentos florestais e industriais de grande porte.

Essa configuração geoeconômica insere-se na lógica do agronegócio florestal exportador, reforçando a centralidade da celulose na pauta produtiva estadual e nacional. Entretanto, o processo evidencia uma tensão entre o discurso de modernização — baseado em inovação tecnológica, sustentabilidade e atração de investimentos — e práticas produtivas caracterizadas por dependência estrutural, especialização primária e aumento de desigualdades socioespaciais.

O Vale da Celulose representa, a princípio, um modelo de crescimento econômico, com atração de capital, criação de empregos e incremento na arrecadação estadual. No entanto, os impactos econômicos, sociais e ambientais mostram limites e contradições, uma vez que a produção centrada na commodity eucalipto apresenta pressões ambientais, vulnerabilidades socioeconômicas e riscos à sustentabilidade do território.

Sob a perspectiva do desenvolvimento desigual, a economia celulósica sul-mato-grossense ilustra, à luz de Furtado (1977), como a inserção subordinada das economias periféricas no sistema capitalista mundial mantém estruturas de subdesenvolvimento, reproduzindo desigualdades históricas e criando novas vulnerabilidades socioespaciais.

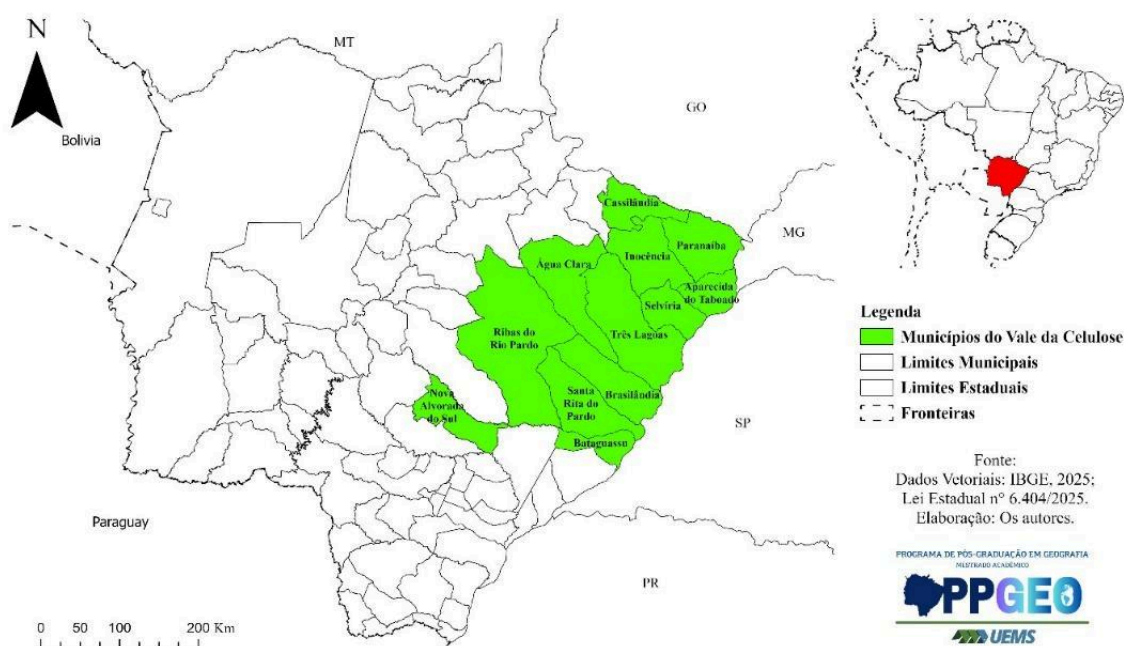
O presente artigo busca analisar o Vale da Celulose enquanto território de produção e expressão das contradições do desenvolvimento regional contemporâneo, destacando os limites econômicos, sociais e ambientais de um modelo centrado na exportação de produtos de baixo valor agregado. A pesquisa parte da hipótese de que, embora o Vale contribua para o crescimento do PIB estadual e atração de investimentos, ele reafirma a condição periférica do território diante das dinâmicas globais do capital industrial e florestal.

Metodologicamente, a investigação é de natureza qualitativa e descritivo-analítica, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental. Foram analisados relatórios técnicos, legislações estaduais, dados do IBGE e publicações acadêmicas sobre silvicultura e industrialização florestal no Centro-Oeste brasileiro. O recorte espacial abrange os municípios do Vale da Celulose, enquanto o recorte temporal concentra-se entre 2010 e 2025, articulando conceitos da Geografia Econômica, Economia Política e Ecologia Política para compreender as relações entre território, capital e natureza na constituição desse novo espaço produtivo.

O Vale da Celulose e a indústria de celulose em Mato Grosso do Sul

O Vale da Celulose, conforme a lei nº 6.404 de 7 de maio de 2025, refere-se ao conjunto de municípios do estado de Mato Grosso do Sul impulsioneados pela cadeia produtiva da celulose e por investimentos estratégicos em infraestrutura. A partir desse novo dispositivo institucional, o Vale da Celulose abrange os municípios de Água Clara, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Brasilândia, Cassilândia, Inocência, Nova Alvorada do Sul, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas, como mostra a figura 1.

Figura 1 – Localização do Vale da Celulose em Mato Grosso do Sul



Fonte: Elaborado pelos autores. Extraído: Mato Grosso do Sul (2025).

O texto, de autoria do deputado estadual Pedro Caravina, foi sancionado pelo governador com o intuito de oficializar a terminologia. Ao dispor sobre a denominação oficial, a expectativa é que o nome seja incorporado em sinalizações, documentos oficiais, estratégias de promoção e campanhas de atração de investimentos nacionais e internacionais (Mato Grosso do Sul, 2025). Desse modo, o objetivo consiste em aumentar a visibilidade para a agroindústria⁹ de celulose ao mesmo tempo que se reforça a concepção de um novo símbolo de desenvolvimento sustentável regional.

Cumpre, ainda, ressaltar que a escolha desses municípios não é por acaso, posto que a mesorregião¹⁰ Leste de Mato Grosso do Sul oferece diversos atrativos para o investimento de

⁹Neste artigo, compreende-se como agroindústria toda atividade de “beneficiamento e/ou transformação de matérias-primas provenientes de produtos agrícolas, pecuários, pesqueiros, aquícolas, extrativistas e florestais envolvendo desde os processos mais simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até os mais complexos que abrangem operações físicas, químicas ou biológicas” (Favro e Alves, 2020, p.20). Em relação ao ramo de foco da pesquisa, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) – a Cnae 2.0 – entende que somente a celulose faz parte da agroindústria, excluindo o consumo final e parte gráfica.

¹⁰Para fins de estudos, a organização do espaço geográfico do território de Mato Grosso do Sul adotada neste trabalho foi a divisão territorial em mesorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o

capital. Dentre essas vantagens, estão: edafoclimáticas com clima, solo e relevo adequado a diversas espécies florestais; rede logística de modais com rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos, usinas hidroelétricas e linhas de transmissão de energia; políticas de subsídios propícias tanto para o plantio do eucalipto (incentivos fiscais florestais) como para produção industrial de celulose com linhas e crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); dentre outros (Santos Silva, 2017).

Nesse sentido, a presença de celulose no Leste do estado é tão significativa que 87% da produção dessa atividade está concentrada nessa área (Santos Silva, 2017). Assim, a oficialização do Vale da Celulose busca construir uma identidade geoeconômica regional em torno do complexo eucalipto-celulose. Apesar disso, nota-se que a presença das grandes indústrias de celulose é algo recente na história do estado, datando do início do século XXI (Delcol e Heimbach, 2024).

Em termos de marcadores temporais, a data inaugural para o processo de chegada das grandes indústrias de celulose foi o ano de 2009, com a primeira instalação do ramo pela empresa Votorantim Celulose e Papel (VCP), atual Suzano S/A. Nos anos 1970 já era possível observar uma presença produtiva e territorial desse setor, ainda que de maneira mais contida. No entanto, o marco histórico foi, de fato, os anos 2000, pois os incentivos fiscais junto ao crescimento da demanda industrial por produtos florestais fizeram com que ocorresse um aumento do plantio de eucalipto (Delcol e Heimbach, 2024).

Vale destacar o papel do Estado enquanto agente financiador e impulsionador para a atração de empresas com finalidades industriais. As isenções fiscais fornecidas pelos decretos nº 14235/2015, nº 12.550/2008 e pela Taxa de Movimentação Florestal tornaram o Leste do estado muito mais atrativo para as novas agroindústrias de celulose. Além disso, a assistência dos programas Pronaf Floresta, Pronaf Eco, Propflora, Produsa, e BNDES Florestal facilitaram a operacionalização técnica para a chegada das multinacionais (Santos Silva, 2017).

Com base nisso, as unidades fabris do ramo da celulose vieram para o estado atraídas por fatores locacionais e estabeleceram uma base produtiva visando suprir as demandas por produtos florestais internacionais, principalmente dos mercados consumidores asiáticos (Fernandes, 2020). Conforme a Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (2025), as exportações de produtos florestais ultrapassaram US\$ 2,67 bilhão em 2024, com destaque para a China, que responde por mais de 54% das compras.

Ainda, os produtos florestais, em especial a celulose, ficaram na segunda posição no ranking de exportação (28,13%), atrás somente do complexo de soja (38,70%) na pauta

IBGE (1990), a mesorregião é uma área individualizada em um estado que apresenta características sociais, espaciais, econômicas, urbanas e naturais similares, formando uma identidade regional e espacial.

exportadora (Famasul, 2025). Sob essa ótica, a presença do Vale da Celulose está se transformando em um pilar para a economia de Mato Grosso do Sul. Todavia, esse modelo de desenvolvimento baseado na exportação de produtos primários para os mercados asiáticos possui contrapartidas socioeconômicas e ambientais, como serão exploradas nas próximas seções.

Retomando a vinda dessas empresas nos anos 2000, as duas principais empresas no estado são a Suzano S.A. e a Eldorado Brasil Celulose S.A. A Suzano é uma multinacional brasileira que surgiu da fusão entre Fibria Celulose S.A. e a Suzano Papel e Celulose. Com duas unidades fabris em Mato Grosso do Sul (uma em Três Lagoas e outra em Ribas do Rio Pardo), a Suzano se tornou a maior produtora de celulose de eucalipto do mundo, considerando sua capacidade de produção de 10,9 milhões de toneladas e exportação para mais de 100 países (Suzano, 2021).

No que se refere à empresa Eldorado Brasil Celulose S.A, ela é uma sociedade anônima de capital aberto com sede no estado de São Paulo que surgiu da união entre a Eldorado Celulose e a Florestal Brasil (Florestal Investimentos Florestais S/A98). Em 2012, foi inaugurada a unidade industrial na cidade de Três Lagoas que atua, além da produção de celulose, com o cultivo de mudas, extração de madeira em florestas plantadas e produção de energia elétrica a partir do processamento de biomassa (Fernandes, 2020).

Para além dessas duas empresas, existem investimentos futuros com a finalidade de aumentar o parque industrial de celulose sul-mato-grossense. Inclusive, houve o anúncio de uma nova fábrica de celulose em Água Clara (MS) e outra em Bataguassu (MS) pela empresa Bracell em 2025, além de uma nova unidade em Inocência (MS) pela empresa chilena Arauco. Se de fato forem construídas as novas unidades, esses novos empreendimentos podem influenciar ainda mais as dinâmicas espaciais e econômicas da região.

Em suma, houve uma rápida expansão da indústria de transformação de celulose nos últimos 10 anos, com grandes repercussões para a dinâmica territorial. Em consonância com a Indústria Brasileira de Árvores (2024), aproximadamente 1,3 milhões de hectares de Mato Grosso do Sul foram destinados para o plantio do eucalipto. Observa-se que, em dez anos (2014-2024), o estado saiu da posição de quarto maior produtor de eucalipto do Brasil com cerca de 800 mil hectares, para a segunda posição com aproximadamente 1,3 milhões hectares (IBÁ, 2024).

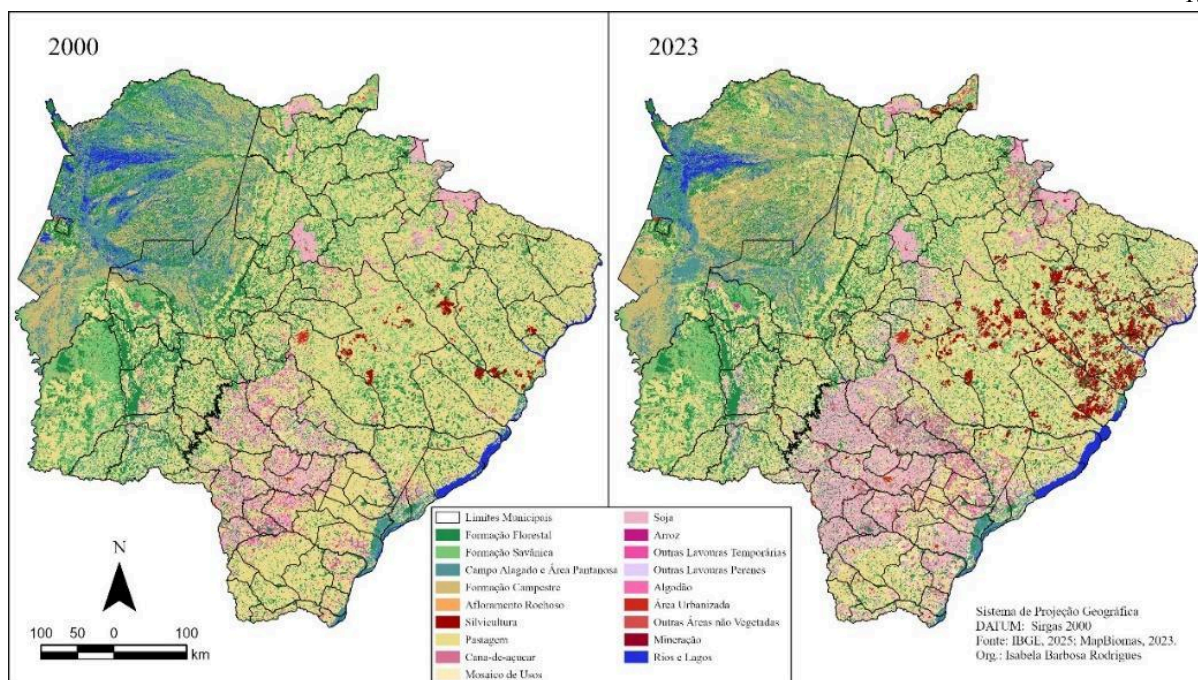
Dos onze municípios do Vale da Celulose, dez tiveram aumentos nas áreas plantadas para eucalipto nos anos de 2015 até 2023. Os maiores destaques foram Santa Rita do Pardo e Brasilândia com acréscimos respectivos de 166% e 134% da porção territorial de eucaliptos. Outras cidades que também tiveram crescimentos relevantes para a produção de florestas eucaliptais destinados ao mercado de celulose foram Paranaíba com 95%, Aparecida do

Taboado com 84%, Ribas do Rio Pardo com 65%, Inocência com 54% e Bataguassu com 41% (Fiems, 2025).

Mesmo as cidades com aumentos menores em relação aos números já citados têm uma expansão significativa: Água Clara (29%), Três Lagoas (32%) e Selvíria (37%). A única exceção, com um decréscimo de plantações, foi a cidade de Nova Alvorada do Sul, que possui uma margem estável de 3 mil hectares ao longo da série histórica observada. No geral, o Vale da Celulose apontou para uma variação positiva de 54% na área de hectares plantados para eucalipto (Fiems, 2025).

Corroborando com isso, a figura 2 mostra o reordenamento territorial de Mato Grosso do Sul no período de 2000 até 2023 em consequência das instalações fabris de celulose. Para além das modificações ocasionadas pelo aumento da plantação de soja e da capilarização de florestas remanescentes, as florestas de eucalipto ganharam intenso destaque. Enquanto praticamente inexistiam florestas robustas dedicadas à produção de celulose em 2003, boa parte da porção Leste foi tomada pelos eucaliptais em 2023. Assim sendo, o período histórico analisado indica a construção gradual nos municípios do Vale da Celulose em uma rede de abastecimento de insumos para as indústrias de celulose.

Figura 2 – Florestas plantadas em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2023



Fonte: Elaborado pelos autores. Extraído: IBGE (2025).

Compreendido o contexto de construção e a influência do Vale da Celulose, o foco da próxima seção consistirá na análise das contradições e dos limites inerentes ao modelo de desenvolvimento regional adotado. Com ênfase nos debates geoeconômicos, esta etapa busca unificar os debates sobre as vulnerabilidades econômicas decorrentes do modelo de desenvolvimento pautado na produção de celulose. Ainda, busca-se concatenar essas ideias com os debates teóricos sobre dependência econômica e industrialização.

Para além do PIB: limites e contradições econômicas do Vale da Celulose

O Vale da Celulose é apresentado pelo discurso oficial, inclusive pela redação da lei nº 6.404/2025, como uma contribuição significativa para o desenvolvimento regional por meio de um ecossistema de inovação e sustentabilidade. Em um site de divulgação da iniciativa¹¹, ele é descrito como um polo tecnológico criado para o desenvolvimento e para o fomento à inovação. Segundo o site, a projeção do Vale da Celulose em mídias e comunicações oficiais tem o apoio de quatro setores: 1) sociedade organizada, sendo representada pela Ordem dos Advogados (OAB-MS), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), dentre outros; 2) Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) como a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e outras instituições de pesquisa; 3) empresas como Eldorado e Suzano; e, 4) pelo governo do estado com suas secretarias.

Deste modo, o projeto de construção de um *hub* tecnológico de desenvolvimento

¹¹Website: <<https://www.valedacelulose.com.br/>>.

mobiliza, além de diversos setores públicos e privados da sociedade, um montante de investimento para que isso ocorra. Para Lelis (2022), a expansão do circuito espacial produtivo de celulose (CEPC) em Mato Grosso do Sul contou com um capitalismo de compadrio (*crony capitalism*). Em sua leitura, as articulações políticas dessas empresas com o Estado foram indispensáveis para o sucesso de um negócio em pouco tempo.

Como exemplo disso, a empresa Eldorado Brasil recebeu de operações diretas e indiretas não automáticas R\$ 2.713.502.000,00 do BNDES para a implantação da fábrica de celulose branqueada em Três Lagoas. No mesmo ano, também contou com mais R\$ 357.980.000,00 para a implantação de monocultivo de eucalipto, além de receber 311 financiamentos referentes às operações indiretas automáticas, totalizando R\$ 125.793.829,00. No total, foram disponibilizados R\$ 3.197.275.829,00 dos cofres públicos. Em 2010, o Grupo JBS, acionista majoritário da Eldorado Brasil, doou R\$ 2.700.000,00 para partidos no estado de Mato Grosso do Sul (Lelis, 2022).

Constata-se, portanto, uma relação de dependência entre o setor de celulose e o financiamento estatal. Contudo, mostra-se pertinente uma reflexão sobre as retribuições deste polo de desenvolvimento para o Mato Grosso do Sul, considerando o aporte financeiro expressivo. De imediato, o Vale da Celulose apresenta limites quanto à questão do tipo de produção econômica potencializada. Em consonância com Lamoso (2013), o estilo de desenvolvimento regional adotado pelo estado, desde a sua formação histórica até o momento, apenas reforçou a tradição agrário-exportadora baseada em bens de baixa produtividade e complexidade tecnológica.

Ou seja, desde a expansão da fronteira agrícola na década de 1930 até a valorização das *commodities* com as cadeias globais intensivas em recursos naturais no início do século XXI, existe uma dependência do crescimento econômico sul-mato-grossense baseado em produtos com baixa sofisticação, empregabilidade e competitividade no mercado internacional (Rivas, 2016). A monocultura do eucalipto corrobora com esse padrão de subdesenvolvimento, sendo que a economia estadual está excessivamente atrelada às flutuações do mercado internacional. Essa vulnerabilidade econômica faz que qualquer queda na demanda, mudança de preço ou crise econômica global possa ter um impacto direto na região. Um modelo que promete estabilidade e prosperidade, por estar concentrado em um único setor, é, na verdade, estruturalmente frágil.

Em uma operacionalização do conceito, Furtado (1977) considera o subdesenvolvimento como uma condição estrutural resultante de um sistema capitalista desigual que explora a periferia em prol do centro. Nesse caso, Mato Grosso do Sul estaria em uma posição de subdesenvolvimento, visto que existe uma dependência econômica, cultural e política que gera exploração bem como distribuição desigual da riqueza gerada. Já o

desenvolvimento se apresenta enquanto possibilidade de sair dessa condição periférica, alcançando o bem-estar social da população com crescimento econômico equitativo.

O autor destaca, de forma enfática, que a industrialização é um caminho fundamental para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Para ele, esse processo deve estar orientado por uma política de desenvolvimento capaz de direcionar e sustentar a expansão econômica. A incorporação de inovações técnicas aos processos produtivos pode não apenas elevar a produtividade e, conseqüentemente, a renda, mas também contribuir para a homogeneização social. No entanto, ressalta-se que tais avanços só terão impacto transformador se estiverem articulados a uma agenda mais ampla de mudança social, político-institucional e ambiental (Furtado, 1959).

Como citado anteriormente, percebe-se que a agroindústria de celulose reitera a tese de Mato Grosso do Sul enquanto um grande polo de subdesenvolvimento ao concentrar suas atividades econômicas em setores pouco sofisticados. Exemplo disso é que, ao invés de exportar o papel gráfico, as empresas de celulose exportam a pasta química de celulose que é processada na China em papel e revendida para o Brasil em cotação de dólar¹². Em 2024, 26,6% (US\$2,7 bilhões) dos produtos exportados em Mato Grosso do Sul eram de celulose em seu estado bruto. Já o Papel e o cartão representaram 0,2% (US\$22,6 milhões) da pauta exportadora no mesmo ano (Comex Stat, 2025).

Por mais que o complexo de celulose possa gerar retornos financeiros com incrementos na arrecadação fiscal e no Produto Interno Bruto (PIB) do estado, as contradições econômicas deste tipo de modelo de desenvolvimento são muitas. Rangel (2005), ao analisar a dualidade estrutural da economia brasileira, propõe que todas as instituições e categorias apresentam uma natureza dual, assumindo formas distintas quando observadas de dentro ou de fora do sistema. Em sua tentativa de compreender a complexidade da formação histórico-social do Brasil, o autor não apenas identifica a oposição entre setores mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, mas também elabora uma teoria que insere o desenvolvimento da economia brasileira em etapas que correspondem ao processo histórico do desenvolvimento econômico mundial.

Nesse sentido, a economia sul-mato-grossense também reproduz as lógicas nacionais. Internamente convive com uma dualidade básica: um setor exportador coexiste com setores de produtividade baixa que empregam a maioria da força de trabalho, ou seja, lida com produções e formas de organização social dominantes e subordinadas. Externamente, a forma como o estado se insere no mercado mundial indica sua relação periférica com as economias centrais. Logo, o desenvolvimento acontece como complemento de outras economias que ocupam a vanguarda do capitalismo.

¹²A cotação do dólar comercial no momento está cerca de R\$ 5,45 por USD.

Posto isso, não é possível superar a condição de subdesenvolvimento ou da dualidade brasileira com uma pauta exportadora em celulose, pois além dos preços serem voláteis às demandas do capital global também não geram difusão de produtividade e, tampouco, geram desenvolvimento a longo prazo. Também não é possível alcançar o desenvolvimento sem uma estratégia nacional guiada para a agregação de valor nas cadeias produtivas (Furtado, 1977).

Enquanto os países em subdesenvolvimento deveriam aprofundar suas tradições agrário-exportadoras, os países industrializados reforçariam sua produção com bens de alto valor agregado e tecnologia. Essa ideia, ainda presente no debate nacional e regional, também desconsidera que as políticas industriais e tecnológicas foram as principais ferramentas para que países do Norte Global – Inglaterra, Estados Unidos, Japão, Alemanha, dentre outros – mudassem seus eixos produtivos e alcançassem o desenvolvimento (Chang, 2004).

O desenvolvimento regional é marcado por desafios estruturais associados à concentração de investimentos em polos econômicos específicos, como a celulose, o que tende a aprofundar desigualdades e deixar regiões periféricas em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, a dinâmica econômica regional configura-se como um objeto de estudo complexo, influenciado por redes de relações intra e inter-regionais.

Em síntese, a especialização produtiva pode impedir o desenvolvimento industrial e tecnológico dos países em desenvolvimento, crucial para a diversificação econômica. No caso de Mato Grosso do Sul, o estilo de desenvolvimento baseado em exploração intensiva de recursos naturais, além de só gerar crescimento econômico, tem consequências socioeconômicas como: trabalho precário com baixa remuneração; dependência econômica de mercados externos; concentração fundiária; degradação dos solos; contaminação de águas; desequilíbrio ecológico, entre outros.

A seguir, o próximo item, ao analisar as contradições inerentes à lógica de acumulação de capital e os limites da especialização produtiva do Vale da Celulose, avança para a discussão dos impactos socioespaciais. Tendo em vista que o modelo econômico é o catalisador da reestruturação regional, torna-se importante investigar as consequências desse processo na força de trabalho e na dinâmica urbana, com foco em questões como a precarização do trabalho, a sobrecarga dos serviços públicos, dentre outros.

Contradições socioespaciais: o custo social do progresso

O crescimento exponencial da indústria de celulose no Mato Grosso do Sul tem gerado grande interesse econômico, mas também levantado preocupações sociais e trabalhistas. A região leste do estado se tornou um polo de atração para grandes *players* globais, como Suzano, Eldorado, Arauco, CMPC e Bracell, impulsionando a economia local e transformando a

dinâmica territorial. No entanto, essa expansão não está isenta de controvérsias, especialmente no que tange às condições laborais.

Convém pontuar que as características da força de trabalho no estado se configuraram como vetores de atração para a instalação dessas empresas. O baixo custo da mão de obra, o nível incipiente de organização sindical e o reduzido poder de barganha, entre outros fatores, criaram um ambiente propício para a injustiça social e a eventual sonegação de direitos trabalhistas (Perpetua, 2012).

Exemplo disso foi a decisão proferida em 2020 pela Vara do Trabalho de Três Lagoas, determinando que a jornada de trabalho dos motoristas da Eldorado Brasil Celulose era exaustiva. Com ampla repercussão para o setor, a decisão judicial impôs a redução do expediente de trabalho desses profissionais para 8 horas diárias, com o limite máximo de duas horas extras (totalizando 10 horas).

Para o Ministério Público do Trabalho (MPT) de Mato Grosso do Sul, a Eldorado Celulose estava desrespeitando a legislação laboral da categoria, com vários documentos do processo comprovando expedientes diários superiores a 17 horas e intervalos intrajornadas inferiores a 7 horas. Essas condições foram classificadas como análogas à escravidão pela jornada exaustiva, conforme a observação da procuradora Priscila Moreto:

O excesso de jornada e a ausência de intervalos para descanso são indubitavelmente fatores de risco de doenças e acidentes. Representa uma degradação de direitos tão grave que configura submissão de trabalhadores motoristas a condições análogas à de escravo por jornada exaustiva. (MPT, 2020).

Ainda, a decisão estabeleceu que a empresa deve ser sujeita à fiscalização em suas fábricas, galpões, subsidiárias e frentes de trabalho. Foi determinado, ainda, que a Eldorado tomasse medidas preventivas de monitoramento, fiscalização e conscientização junto aos prestadores de serviço de transporte rodoviário de cargas, visando coibir práticas que desrespeitem a dignidade da pessoa humana nas relações de trabalho.

Esse caso, ainda que particular, colocou em foco as consequências do esgotamento laboral dos motoristas para a sociedade. Além disso, a pressão trabalhista extrema pode, inclusive, levar os trabalhadores ao uso de drogas como alternativa para conseguir cumprir os longos expedientes, conforme a procuradora Priscila Moreto (MPT, 2020).

Nesse sentido, existe um “mito” em relação à geração de emprego derivado dos empreendimentos de celulose. A análise da dinâmica laboral revela que embora existam novos postos de trabalho, eles são frequentemente de baixa permanência, quando não inseridos em um quadro de precarização. Essa dinâmica se manifesta, sobretudo, na fase de implantação, a qual se observa uma expressiva, porém temporária, criação de vagas (Perpetua, 2012).

Na maior parte das vezes, essas vagas ocupadas pela força de trabalho mobilizada para a

construção e montagem das unidades fabris vêm de trabalhadores migrantes¹³ que sofrem preconceitos, jornadas exaustivas e baixa remuneração. Cabe destacar que os trabalhadores temporários, ou conhecidos como “peões do trecho”, são o número mais encontrado em estimativas de geração de emprego. Eles são, em geral, ajudantes, carpinteiros, pedreiros, pintores, funileiros, operadores de máquina, dentre outras profissões (Perpetua, 2012).

Contudo, após a fase de construção percebe-se que a maior parte desses trabalhadores são desmobilizados, não sendo absorvidos pela fase industrial de operação. Caso análogo é a segunda linha da Eldorado que detinha 7 mil trabalhadores durante a construção contra 3 mil na fase operacional – inclusos trabalhadores da área florestal e urbana. Ou seja, esses trabalhadores voltam para a massa flutuante de trabalhadores instáveis (Perpetua, 2012).

Ademais, as atividades do setor florestal, que englobam o plantio, manejo e colheita do eucalipto, constituem o segmento com maior presença de precarização com uma intensa relação de terceirização e subcontratação. Em contraste, o setor industrial apresenta um contingente de trabalhadores diretos significativamente menor, o que revela uma dualidade estrutural na força de trabalho. Esta discrepância é observável, por exemplo, na empresa Fibria, que em sua unidade de Três Lagoas, mantinha 897 funcionários próprios no setor industrial, ao passo que a área florestal empregava 1.573 trabalhadores terceirizados (Perpetua, 2012).

Por sua vez, quando a demanda aumenta, é comum que a infraestrutura seja pressionada, e que o mercado dite as regras de produtos, bens e serviços sem considerar necessidades que vão além do consumo. De acordo com a Suzano (2024), seu capital humano é composto por 23.124 trabalhadores próprios e 33.009 terceirizados. A mesma empresa indica que, apenas em Três Lagoas, há um total de 69.334 empregos gerados entre postos diretos, indiretos e os decorrentes do efeito-renda (Suzano, 2025).

Já em Ribas do Rio Pardo, o empreendimento em construção chegou a empregar 45 mil profissionais ao longo do projeto, iniciando com cerca de 3 mil trabalhadores e alcançando mais de 11 mil no pico das obras (Suzano, 2024). Esses números evidenciam que o rápido crescimento populacional está diretamente associado à implantação e à expansão dos grandes empreendimentos de celulose (Suzano, 2025).

Os dados demográficos confirmam essa tendência: a população de Três Lagoas passou de 101.791 habitantes em 2010 para 132.152 em 2022, enquanto Ribas do Rio Pardo aumentou de 20.946 habitantes para 23.150 no mesmo período. Trata-se, portanto, de um crescimento demográfico significativo, impulsionado principalmente pela dinâmica industrial e pela migração de trabalhadores em busca de oportunidades.

Contudo, o aumento populacional rápido também trouxe desafios à segurança pública.

¹³Dentre eles, a maioria é de nordestinos (como pernambucanos, maranhenses e recifenses), mas existem trabalhadores paulistas e cariocas também. Os motivos para a migração são sempre econômicos com a falta de emprego ou a baixa remuneração em sua região de origem (Perpetua, 2012).

Em Ribas do Rio Pardo, os registros de furtos cresceram 41,3% entre 2015 (283 ocorrências) e 2024 (400 ocorrências) (SEJUSP, 2025). Esse aumento coincide com o período de conclusão das obras do complexo de celulose, indicando que a intensificação das atividades econômicas e o fluxo populacional podem ter contribuído para o crescimento da criminalidade local. Em Três Lagoas, verificou-se um comportamento distinto: após um pico de 2.858 registros de furto em 2015 (cinco anos após a conclusão da fábrica), observou-se uma redução gradual nas ocorrências, com 2.566 em 2018 e 2.278 em 2024 (SEJUSP, 2025).

Esses dados sugerem que o crescimento industrial pressiona os indicadores de segurança, porém, se houver a estabilização econômica e, principalmente, a ação do Estado para o fortalecimento das instituições locais, é possível contribuir para a redução da criminalidade. A principal questão é como e se o Estado conseguirá criar estratégias para a redução da criminalidade.

O crescimento rápido impactou também a demanda em serviços de saúde. Todos os municípios que fazem parte do Vale da Celulose têm infraestrutura limitada no que diz respeito aos estabelecimentos públicos de saúde. Em grande parte dos municípios há apenas um hospital em funcionamento, sendo que somente Três Lagoas tem uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em funcionamento. Os demais municípios contam apenas com hospitais, UBS (Unidade Básica de Saúde), USF (Unidade de Saúde da Família) e ESF (Estratégia Saúde da Família), conforme registro do CNES/DATASUS (Brasil, 2025).

Quanto à disponibilidade de leitos clínicos, Três Lagoas possui 250 leitos clínicos, mas Ribas do Rio Pardo possui apenas 41, enquanto Inocência possui 13 (Brasil, 2025). Tais dados indicam que esses municípios não têm infraestrutura preparada para casos de urgência e emergência, com leitos disponíveis para um grande número de enfermos.

Outro fenômeno que impacta o território e a população local é a valorização imobiliária e o processo de especulação fundiária, pode ser observado no caso de Três Lagoas. A implantação de grandes fábricas de celulose a partir da década de 2010 funcionou como um catalisador para transformações profundas no mercado de terras e moradias no município. Conforme a análise de Silva e Oliveira (2021), a expectativa de chegada dos empreendimentos industriais desencadeou um movimento de especulação inicial, com a compra e retenção de lotes por parte de proprietários e investidores que tinham expectativa de ganhos futuros.

Este fenômeno é característico de regiões que recebem grandes investimentos externos, onde a lógica financeira se sobrepõe à função social da terra. Então, esse movimento resultou na valorização do metro quadrado, que, segundo dados do Índice Fipe Zap (2022), cresceu a uma taxa média anual superior a 20% entre 2018 e 2021 em Três Lagoas, um dos maiores incrementos do país, muito acima da média nacional para municípios de mesmo porte.

A pressão sobre o mercado locativo tornou-se evidente. Um estudo do Sindicato da

Habitação de Mato Grosso do Sul (2020) apontou que os aluguéis residenciais na cidade tiveram reajustes médios de 35% no biênio 2019-2020, período de expansão das plantas industriais. Esse processo tornou insustentável a permanência de famílias de baixa renda em bairros centrais.

Ainda, relatórios técnicos da Prefeitura Municipal de Três Lagoas (2021) identificaram uma sobrecarga nos sistemas de tráfego e abastecimento de água em regiões que sofreram com o crescimento e adensamento populacional acelerado, sem o devido planejamento. Essa defasagem entre o crescimento imobiliário e a infraestrutura é um indicativo de uma urbanização regida pela lógica do capital, e não por um planejamento público efetivo (Fernandes, 2018).

Outro município que apresenta alta especulação imobiliária é Inocência. O Valor da Terra Nua de lavoura de aptidão boa alcançou R\$15.000 por hectare no ano de 2025. O levantamento segue a metodologia de amostras a partir de pesquisa de opiniões de valores de mercado local de terras (Prefeitura Municipal de Inocência, 2025). A alta dos preços dos imóveis também pode ser constatada a partir da análise do ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis), regulamentado pela Lei Federal nº 13.259/2016 (Brasil, 2016), que deve ser pago pelo comprador (ou donatário) quando da transferência de um imóvel, calculado sobre o valor do bem e com alíquota definida pela prefeitura da cidade onde o imóvel está localizado.

Os valores arrecadados pelo Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis em Inocência mais que quadruplicaram no período analisado (de 2020 a 2025), apresentando incremento superior a 360% quando comparados os R\$ 3,91 milhões de 2020 com os R\$ 18,19 milhões já registrados até outubro de 2025 (Prefeitura Municipal De Inocência, 2025). Esses dados são evidências da alta no valor da terra (propriedade rural) e também do fluxo de compra e venda de imóveis.

Visando diminuir o déficit habitacional, causado pela vinda de milhares de trabalhadores, a Prefeitura busca aumentar a oferta de moradia por meio de programa habitacional da Agência de Habitação, viabilizado pelo Governo Estadual com apoio do Ministério das Cidades. A previsão de curto prazo compreende a entrega das 50 unidades já contratadas, enquanto a gestão municipal projeta, para o médio prazo, a conclusão de um total de 302 moradias para famílias que têm renda mensal de até R\$2.800 (Prefeitura de Inocência, 2024). Todavia, a oferta ainda está em desequilíbrio se comparada a demanda crescente.

Este cenário demonstra a urgente necessidade de instrumentos de planejamento urbano que sejam eficazes, como a criação de zonas especiais de interesse social e a implementação de fundos municipais de habitação. Somente por meio de uma governança territorial proativa, capaz de capturar e reinvestir o capital gerado pelos mega investimentos, será possível converter o crescimento econômico em equidade socioespacial, amparando o desenvolvimento

socioeconômico e menos exclusão espacial.

Por fim, a última seção busca mostrar como o Vale da Celulose é um exemplo paradigmático de um modelo de desenvolvimento que vê a natureza como um mero recurso a ser explorado, ignorando seus limites e sua complexidade.

Monoculturas de eucalipto e pressões ecológicas no Vale da Celulose

Ao se abordar a dimensão ambiental, observa-se que esse modelo produtivo também revela determinadas contradições. Embora seja apresentado frequentemente como sustentável e capaz de conciliar produção econômica com preservação ambiental, ele incorpora práticas que podem gerar impactos negativos significativos sobre os ecossistemas. A expansão de monoculturas, a utilização intensiva de recursos hídricos, a supressão da vegetação nativa e a dependência de insumos químicos evidenciam que, na prática, os efeitos ambientais nem sempre são compatíveis com a narrativa de sustentabilidade. Dessa forma, torna-se necessário analisar criticamente os diferentes aspectos desse modelo, considerando tanto os benefícios econômicos quanto os prejuízos ecológicos, a fim de compreender sua real sustentabilidade e os limites impostos pelo equilíbrio ambiental.

Por se tratar de um sistema de plantio direto (semelhante ao utilizado em outras culturas de grãos e frutas), constata-se a presença de agentes potencialmente degradadores do meio ambiente, sobretudo quando se considera a ampla escala de produção (Moledo *et al.*, 2016). A denominada monocultura produtiva provoca uma complexa desestabilização do ecossistema, afetando de maneira significativa a fauna e a flora, além de comprometer recursos naturais essenciais, como a água e os nutrientes do solo (Shiva, 2003).

No âmbito da silvicultura, consolida-se o discurso de uma produção sustentável e ambientalmente responsável, frequentemente sintetizado no slogan de que se está “plantando florestas”. Contudo, sob essa retórica do desenvolvimento econômico, da chamada “economia verde” e do sequestro de carbono, oculta-se um modelo produtivo que provoca profundas cicatrizes ecológicas e reproduz uma série de contradições ambientais que, em sua essência, revelam-se insustentáveis.

Além das preocupações relacionadas às extensas áreas de cultivo de uma única espécie vegetal (caracterizando uma monocultura, conforme já mencionado), observa-se que as espécies arbóreas mais utilizadas na silvicultura pertencem ao gênero *Eucalyptus* (Farinaci *et al.*, 2013). Trata-se de uma espécie exótica, ou seja, não nativa do bioma Cerrado. Os eucaliptos são originários da Austrália, da Tasmânia e de outras ilhas da Oceania (Raiz, 2018), regiões que apresentam uma distribuição relativamente uniforme de chuvas ao longo do ano. No entanto, o bioma Cerrado, especialmente no estado de Mato Grosso do Sul, caracteriza-se

por um regime climático marcado por uma estação seca bem definida durante o inverno (Alvares *et al.*, 2013).

O comportamento da vegetação nativa e do eucalipto apresenta diferenças significativas. As formações vegetais típicas do Cerrado são predominantemente caducifólias, ou seja, durante a estação seca (inverno) perdem completamente a folhagem. Essa perda sazonal de folhas favorece a formação de uma camada de serrapilheira¹⁴, responsável por proteger o solo e devolver nutrientes essenciais à sua composição (Ribeiro *et al.*, 2022). Em contraste, os eucaliptos são espécies perenifólias, mantendo a folhagem verde ao longo de todo o ano e não apresentando a característica de perda total das folhas em uma estação específica (Missio, 2024).

Um dos aspectos mais sensíveis e amplamente discutidos refere-se ao impacto sobre os recursos hídricos. O eucalipto é reconhecido por sua elevada taxa de evapotranspiração, além de possuir um sistema radicular profundo e altamente eficiente na absorção de água (Missio, 2024). No bioma Cerrado, onde se localiza o denominado “Vale da Celulose”, o clima apresenta uma estação seca bem definida durante o inverno, entre os meses de junho e setembro. Nesse período, torna-se necessária a irrigação das áreas de cultivo, especialmente nas fases iniciais de desenvolvimento das plantações, a fim de evitar perdas produtivas (De La Guardia Hernández; Miranda, 2024).

As denominadas “florestas plantadas” de eucalipto, em razão de suas características fisiológicas, consomem volumes de água significativamente superiores aos da vegetação nativa típica do Cerrado, de natureza savânica. Em determinadas áreas, observa-se o rebaixamento do lençol freático, a perda de zonas úmidas naturais e a redução da vazão de nascentes e cursos d’água (Capoane; Fushimi, 2024). As barragens anteriormente utilizadas para a dessedentação animal passaram a apresentar um consumo mais elevado, em função da demanda de irrigação dos plantios de eucalipto, o que afeta também a fauna aquática associada a esses ambientes (Mafra; De Souza, 2018).

A região em que se consolidou o chamado “Vale da Celulose” caracteriza-se por ser uma importante área de recarga de aquíferos (Vasconcelos *et al.*, 2013). Esses solos apresentam elevada porosidade (Gonçalves Santos *et al.*, 2025), o que favorece a infiltração da água e o consequente abastecimento das reservas subterrâneas. Dessa forma, um modelo produtivo que demanda grandes volumes de água mostra-se potencialmente prejudicial não apenas para as águas superficiais, mas também para os sistemas aquíferos subterrâneos.

De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (Santos *et al.*, 2025), os solos arenosos (Neossolos Quartzarênicos), utilizados para o plantio de eucaliptos, apresentam

¹⁴A serrapilheira ou serrapilheira, de acordo com Costa *et al.* (2010, p.260), tem várias funções no equilíbrio e dinâmicas dos ecossistemas, compreendendo “a camada mais superficial do solo em ambientes florestais, composta por folhas, ramos, órgãos reprodutivos e detritos”.

baixa concentração de nutrientes e elevado potencial erosivo, tornando-se mais suscetíveis à erosão quando expostos, especialmente após a remoção da cobertura vegetal. Outro fator que contribui para a intensificação desses processos é a supressão de terraços em nível para a implantação dos plantios de eucalipto. Os terraços em nível constituem uma medida preventiva contra a erosão, atuando como barreiras que diminuem a velocidade do escoamento superficial da água da chuva, prevenindo a formação de sulcos e ravinas (Magalhães, 2013).

O maquinário empregado no plantio de eucaliptos requer terrenos livres de irregularidades ou obstáculos (Fardin, 2015). Dessa forma, para viabilizar a operação, é necessária a remoção de todos os terraços existentes na área a ser cultivada. Após o desenvolvimento radicular dos eucaliptos, observa-se uma maior estruturação do solo e redução do escoamento superficial, diminuindo a necessidade de implantação de novos terraços em nível. No entanto, a preocupação com a remoção de terraços é especialmente relevante durante o estágio inicial do plantio, quando o sistema radicular das espécies ainda não apresenta capacidade suficiente para estruturar o solo. Nesses períodos de elevada pluviosidade, plantações em fase inicial podem apresentar processos erosivos de grande escala (Padilha, 2013).

Além dos processos erosivos, os solos arenosos apresentam baixa concentração de nutrientes. A vegetação previamente existente (seja pastagem ou vegetação nativa) contribuía para a manutenção da fertilidade do solo por meio de seu ciclo natural de crescimento e decomposição (Inkotte *et al.*, 2019). Com a implantação da silvicultura, esse processo natural é interrompido, uma vez que praticamente toda a biomassa das árvores é aproveitada, impedindo a reposição espontânea de nutrientes e promovendo o esgotamento do solo a cada ciclo de cultivo. Tal situação gera dependência de fertilizantes químicos sintéticos, os quais podem, por sua vez, provocar acidificação do solo e contaminação de aquíferos e corpos d'água superficiais (Cirino *et al.*, 2021).

Além do uso de fertilizantes, aplica-se herbicidas para controlar o crescimento de outras plantas consideradas “ervas daninhas” no modelo produtivo, bem como outros agroquímicos destinados ao controle de insetos prejudiciais à produção, como formigas. O emprego desses produtos químicos compromete significativamente a regeneração natural da vegetação nativa e promove contaminação difusa do ambiente (Ghelfi *et al.*, 2024).

Nas apresentações sobre o plantio de eucalipto, é comum que os produtores utilizem o termo “plantio de florestas”. No entanto, denominar essas plantações como “florestas” constitui um equívoco semântico e ecológico desse modelo produtivo. Uma floresta, especialmente em biomas complexos como o Cerrado, é um ecossistema caracterizado por elevada diversidade de vegetação, envolvendo centenas de espécies de árvores, arbustos, herbáceas, além de animais, fungos e microrganismos interagindo em uma teia ecológica intrincada (Costa Santos *et al.*,

2020). Em contraste, a monocultura de eucalipto poderia ser mais apropriadamente descrita como um “deserto verde”, uma vez que a homogeneidade da plantação, a sombra densa que inibe o crescimento de outras plantas e a aplicação de herbicidas e agroquímicos resultam em um ambiente biologicamente empobrecido.

A fauna nativa, adaptada à oferta variada de alimentos e abrigos característica do Cerrado, não encontra condições adequadas de sobrevivência nas áreas de plantio de eucalipto. Grandes mamíferos, aves e insetos polinizadores tendem a desaparecer, comprometendo cadeias alimentares e processos ecológicos essenciais, como a dispersão de sementes e a polinização (Zoretto, 2021). Nesse contexto, a monocultura de eucalipto funciona como uma barreira e fragmentadora de habitats, isolando populações de animais e plantas em remanescentes de vegetação nativa, o que aumenta o risco de extinção local dessas espécies.

Ao se considerar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), a vegetação desempenha papel crucial na redução do dióxido de carbono na atmosfera. Por meio do processo de fotossíntese, as plantas capturam o dióxido de carbono, liberam oxigênio e incorporam o carbono à sua estrutura biomolecular. Esse carbono “sequestrado” permanece armazenado em troncos, galhos e folhas (Carvalho *et al.*, 2016).

Dessa forma, grandes maciços de vegetação são denominados “sumidouros” de carbono, acumulando-o tanto na biomassa quanto no solo. Nas áreas de plantio de eucalipto, também ocorre o sequestro de carbono, porém em uma taxa mais elevada do que na vegetação nativa (Gatto *et al.*, 2010), devido ao rápido crescimento das árvores, que atingem o ponto de colheita em um período de cinco a sete anos.

Embora o sequestro de carbono pelo plantio de eucalipto seja mais rápido, o estoque de carbono gerado é temporário (Vieira; Rodriguez-Soalleiro, 2019). Diferentemente da vegetação nativa, que mantém carbono acumulado por séculos, o plantio de eucalipto possui ciclo curto, e após a colheita da madeira todo o carbono acumulado ao longo dos anos é liberado de volta à atmosfera durante a produção de derivados da celulose (Melo; Lima; Gimenes, 2016).

Quanto às partes da árvore não aproveitadas — galhos, folhas e raízes —, esse material pode seguir dois destinos distintos (Filipin, 2024). No primeiro caso, relacionado ao plantio com rebrota, as raízes são preservadas e galhos e folhas são incorporados ao solo, contribuindo para a ciclagem de nutrientes após a decomposição. No segundo caso, quando não há rebrota, os resíduos são amontoados em “leiras” e posteriormente submetidos à queima controlada.

O processo de queima controlada é realizado somente após a obtenção do devido licenciamento ambiental, no qual o órgão competente autoriza a atividade mediante o cumprimento de condicionantes específicas (Mato Grosso do Sul, 2015). Contudo, mesmo sendo uma atividade regulamentada, a queima resulta na emissão direta de dióxido de carbono para a atmosfera, evidenciando limitações na manutenção dos estoques de carbono.

Considerações finais

Em suma, o Vale da Celulose materializa o paradoxo do desenvolvimento regional contemporâneo em Mato Grosso do Sul. Uma região que se moderniza industrialmente, mas cuja estrutura social ainda reproduz padrões de desigualdade, subutilização da força de trabalho e fragilidade ambiental. O desafio que se impõe é transformar o crescimento econômico em desenvolvimento humano sustentável, ancorado em justiça social, meio ambiente equilibrado e fortalecimento da economia local, para que o progresso produtivo se converta efetivamente em melhoria das condições de vida para a população.

Por fim, apesar de contribuir para o crescimento do PIB estadual e para a geração de empregos, o modelo de desenvolvimento baseado na especialização em celulose revela limites econômicos, sociais e ambientais. No plano econômico, a dependência de uma *commodity* primária e voltada à exportação evidencia vulnerabilidades estruturais, baixa agregação de valor e persistência de padrões históricos de subdesenvolvimento. No âmbito social, observa-se a precarização da força de trabalho, sobrecarga dos serviços urbanos, aumento da especulação imobiliária e desafios para a segurança pública. No plano ambiental, a expansão das monoculturas de eucalipto impõe pressões significativas sobre os recursos hídricos, solos e biodiversidade, configurando impactos negativos no equilíbrio ecológico regional.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Bolsa do Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação (PIBAP) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Referências

ALVARES, Clayton Alcarde et al. Köppen's climate classification map for Brazil. **Meteorologische zeitschrift**, v. 22, n. 6, p. 711-728, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 16 mar. 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13259-16-marco-2016-782560-publicacaooriginal-149750-pl.html>> Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. **ComexVis** – Estatísticas do Comércio Exterior. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES):** Lista de unidades. 2025. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/leiintbr.def>. Acesso em: 18 out. 2025.

CAPOANE, Viviane; FUSHIMI, Melina. Devastation of the cerrado of mato grosso do sul and the advance of arenization in the pardo river watershed. **Discover Environment**, v. 2, n. 1, p. 111, 2024. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s44274-024-00150-1>> Acesso em: 17 out. 2025.

CARVALHO, João Luis Nunes et al. Potencial de sequestro de carbono em diferentes biomas do Brasil. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 34, p. 277-290, 2010.

CIRINO, Ednaldo et al. O uso de fertilizantes e seus impactos ambientais. **Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Técnico de Química. ETEC Benedito Storani**, 2021.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COSTA, Caio César de Azevedo *et al.* Análise comparativa da produção de serapilheira em fragmentos arbóreos e arbustivos em área de caatinga na FLONA de Açú-RN. **Revista Árvore**, Viçosa, MG, v. 34, n. 2, p. 235-244, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rarv/a/7XyBngYGWbxX95mfsYQKVMj/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025.

DE LA GUARDIA HERNÁNDEZ, Laura Andrea; MIRANDA, Jarbas Honorio de. **Assessment of irrigation water use for dry beans in the Brazilian Cerrado**: analyzing center pivot irrigation with ERA5-Land and Sentinel 2-A during the dry season. 2024.

DELCOL, Rafaela Fabiana Ribeiro; HEIMBACH, Samuel da Silva. Reestruturação produtivo-territorial em Mato Grosso do Sul, Brasil: observações a partir da implantação da Suzano Papel e Celulose em Ribas do Rio Pardo (2021-2023). **Revista Geografares**, n. 38, 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/geografares/12782>. Acesso em: 03 out. 2025.

FARDIN, Leonardo Pereira et al. Determinação de áreas potenciais para plantios de eucalipto utilizando técnicas de análise multicritério. In: Anais... **III Congresso Brasileiro de Eucalipto**, Vitória/ES. 2015.

FARINACI, Juliana Sampaio *et al.* Transição florestal e modernização ecológica: a eucaliptocultura para além do bem e do mal. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, p. 25-46, 2013.

FAVRO, Jackelline; ALVES, Alexandre Florindo. Agroindústria: delimitação conceitual para a economia brasileira. *Revista de Política Agrícola*, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 19, 2020. Disponível em: <https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/1534>. Acesso em: 14 out. 2025.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL. FAMASUL. Boletim Florestas Plantadas. Sistema Famasul, n. 52. [Campo Grande, MS]: DETEC, jan. 2025. 26 p. Disponível em: <https://portal.sistemafamasul.com.br/boletim-casa-rural-florestas-plantadas>. Acesso em: 14 out. 2025.

FERNANDES, André Luís Valverde. A expansão da silvicultura de eucalipto e a consolidação do complexo celulósico-papeleiro no nordeste sul-mato-grossense (1988-2018). Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Presidente Prudente, 2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MATO GROSSO DO SUL. FIEMS. Painéis da indústria de Mato Grosso do Sul. Fiems, 2025. Disponível em:

<https://observatoriodaindustria.fiems.com.br/paineis>. Acesso em: 05 out. 2025.

FERNANDES, Edésio. **Estatuto da Cidade e a Ordem Jurídico-Urbanística**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

FILIPIN, Natália dos Reis. **Processo de produção de celulose**: uma revisão. 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41946>> Acesso em: 16 out. 2025.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nacional, v.24, 1977.

_____. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura

GATTO, Alcides et al. Estoques de carbono no solo e na biomassa em plantações de eucalipto. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 34, p. 1069-1079, 2010.

GHELFI, Ariane et al. O uso de agrotóxicos como uma ameaça à conservação nos diferentes biomas brasileiros. **Revista Foco**, v. 17, n. 7, p. e5433-e5433, 2024.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES. IBÁ. **Relatório Anual IBÁ 2024**. IBÁ, 2024. Disponível em: <https://www.iba.org/publicacoes/relatorios>. Acesso em 06 out. de 2025.

INKOTTE, Jonas et al. Métodos de avaliação da ciclagem de nutrientes no bioma Cerrado: uma revisão sistemática. **Ciência Florestal**, v. 29, n. 2, p. 988-1003, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>. Acesso em: 26 set. 2025.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Indústria, desindustrialização e território. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 408–429, 2013. DOI: 10.54446/bcg.v3i3.126. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2495>. Acesso em: 16 out. 2025.

LELIS, Leandro Reginaldo Maximino. Capitalismo de compadrio em Mato Grosso do Sul: compreendendo as relações entre o Estado e as empresas produtoras de celulose. **Revista Cerrados (Unimontes)**, Montes Claros, v. 20, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576969868017>. DOI: <https://doi.org/10.46551/rc24482692202216>. Acesso em: 16 out. 2025.

MAGALHÃES, Geraldo Magela Freire. Análise da eficiência de terraços de retenção em sub-bacias hidrográficas do Rio São Francisco. **Revista brasileira de engenharia agrícola e ambiental**, v. 17, p. 1109-1115, 2013.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 6.404, de 7 de julho de 2025**. Dispõe sobre a criação de programa de incentivo fiscal para o agronegócio sustentável no Estado. In: Diário Oficial do Estado, n. 11.583, p. 2-3, 7 jul. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Resolução SEMADE n. 9**, de 13 de maio de 2015. Estabelece normas e procedimentos para o licenciamento ambiental estadual. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 14 maio 2015.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Dados Estatísticos das Exportações e Importações de Mato Grosso do Sul** – COMEXSTAT 2024. Brasília, 2024. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 01 out. 2025.

MELO, Joelma Ribeiro de; LIMA, Ed Pinheiro; GIMENES, Marcelino Luiz. Estudo computacional das emissões e dispersões atmosféricas do processo Kraft de produção de celulose: avaliação da qualidade do ar. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 21, p. 233-240, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41946>> Acesso em: 16 out. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT). Justiça defere pedido do MPT impedindo que Eldorado pratique trabalho em condição análoga à de escravo por jornada exaustiva. Campo Grande, 19 out. 2020. Disponível em: <https://www.prt24.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-ms/1226-justica-defere-pedido-do-mpt-impedindo-que-eldorado-pratique-trabalho-em-condicao-analoga-a-de-escravo-por-jornada-e-xaustiva>. Acesso em: 18 out. 2025.

MISSIO, Franceli de Fátima (org). **Tópicos Especiais em Engenharia Florestal**. São Paulo: Editora Científica Digital, 2024. Disponível em: <<https://www.editoracientifica.com.br/books/topicos-especiais-em-engenharia-florestal-volume-1>> Acesso em: 15 out. 2025.

MOLEDO, Júlio Cesar *et al.* Impactos ambientais relativos à silvicultura de eucalipto: uma análise comparativa do desenvolvimento e aplicação no plano de manejo florestal. **Geosciences= Geociências**, v. 35, n. 4, p. 512-530, 2016. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/geociencias/article/view/11997>> Acesso em: 11 out. 2025.

PERPETUA, Guilherme Marini. **O Complexo Celulósico de Três Lagoas: um estudo sobre a gênese da desigualdade social e a questão do trabalho**. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/192/1/GuilhermeMariniPerpetua.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.

RAIZ. Instituto de Investigação da Floresta e Papel. **Myrtaceae: a família do eucalipto**. 2018. Disponível em: <<https://raiz-iifp.pt/myrtaceae-a-familia-do-eucalipto/>> Acesso em: 11 out. 2025.

RANGEL, Ignácio. Dualidade Básica da economia brasileira. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1957] 2005, v.1, p.129-198.

RIBEIRO, José Felipe *et al.* **Guia de plantas do cerrado para recomposição da vegetação nativa**. 2022.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. In: **Os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

RIVAS, Rozimare Marina Rodrigues. **Ensaio da formação histórica, política e econômica do estado de Mato Grosso do Sul**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, MS, 2016.

SANTOS GONÇALVES, Humberto dos; *et al.* **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**.

6. ed., rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2025.

SANTOS COSTA, Leovigildo Aparecido; *et al.* Fitofisionomias do Cerrado: definições e tendências: Cerrado phytophysiognomies: definitions and trends. **Élisée-Revista de Geografia da UEG**, v. 9, n. 2, p. e922022-e922022, 2020. Disponível em: <<https://revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/10907>> Acesso em: 15 out. 2025.

SANTOS SILVA, Juliana dos. **O setor de celulose e papel e a industrialização em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, 2017.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SUZANO. **Relatório Anual Suzano 2021**. Disponível em: https://s201.q4cdn.com/761980458/files/doc_downloads/sustainability_reports/2021/Relat%C3%B3rio-Anual-Suzano-2021.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

VASCONCELOS, Vitor Vieira et al. Recarga de aquíferos: epistemologia e interdisciplinaridade. **INTERthesis, Florianópolis**, v. 10, n. 2, 2013.

VIERA, Márcio; RODRÍGUEZ-SOALLEIRO, Roque. A complete assessment of carbon stocks in above and belowground biomass components of a hybrid eucalyptus plantation in Southern Brazil. **Forests**, v. 10, n. 7, p. 536, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/f10070536>> Acesso em: 16 out. 2025.

ZIERMANN VIEIRA, Matheus Felipe, *et al.* Concentração do setor de base florestal no Brasil: estudo de evento da fusão da Fibria e Suzano. **Revista de Economia e Agronegócio**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 1–18, 2023. DOI: 10.25070/rea.v20i3.12890. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rea/article/view/12890>. Acesso em: 10 out. 2025.

ZORZETTO, Ricardo. Cerrado ameaçado. **Pesquisa Fapesp**, v. 309, p. 52-57, 2021.